

Pablo Martin Bender

**A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA PROVÍNCIA DE SANTA
FÉ(ARGENTINA)
Da época colonial às atuais dinâmicas produtivas**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Nazareno José de
Campos

**Florianópolis
2018**

BENDER, Pablo Martin

A formação sócio-espacial da província de Santa Fé (Argentina) : Da época colonial às atuais dinâmicas produtivas / Pablo Martin BENDER ; orientador, Nazareno José de CAMPOS, 2018.
201 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Geografia histórica . 3. Geografia Social argentina. 4. Agroindústria. 5. Desenvolvimento territorial diferenciado . I. de CAMPOS, Nazareno José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Pablo Martin Bender

**A formação sócio-espacial da província de Santa Fé
(Argentina): da época colonial às atuais dinâmicas
produtivas**

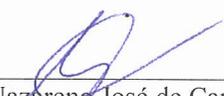
Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 09 de outubro de 2018.

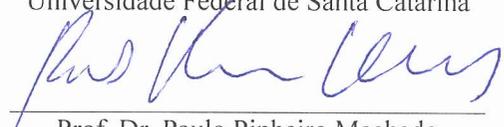


Profa. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
Coordenadora do PPGG/UFSC

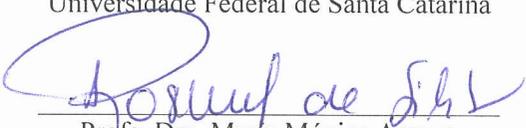
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina

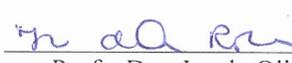


Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Dra. Marja Mónica Arroyo
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
-coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Geografia/UFSC
Siape: 1170430-3



Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelas bolsas de doutorado e doutorado sanduíche, à UFSC, aos professores do programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC, especialmente a meu orientador e camarada Nazareno José de Campos, à professora da Universidade de Bologna Elisa Magnani, co-orientadora no exterior; a Berenice Zanetti, por sua grande amizade, a minha mãe Raquel e a meu pai Angel, pelo exemplo de honestidade e trabalho que sempre foram para mim, a meus irmãos Diego, Patrícia, e Adrián, a meus sobrinhos Nacho, Santi, Valen, Elo, e Gael, a meus afilhados Selene e Axel.

RESUMO

A presente tese analisa a Formação Sócio-Espacial da província de Santa Fé (Argentina), desde a época colonial até as atuais dinâmicas sociais e produtivas. O foco da pesquisa está orientado a entender o porquê da fundação da cidade numa região periférica do Império espanhol, e como foi evoluindo sua ocupação territorial até os dias atuais, com foco nas transformações do espaço rural. No decorrer do texto serão expostas as causas econômicas e geopolíticas que a levaram a se transformar numa ativa opositora ao governo centralista de Buenos Aires e numa destacada defensora da Constituição Nacional, até conseguir sua autonomia e levar adiante um peculiar processo modernizador. Fruto de um desenvolvimento interno diferenciado, propomos uma divisão da província em três áreas: Norte, Centro e Sul, baseada na trajetória histórica da ocupação territorial e na estrutura agrária dominante em cada uma delas. Para auxiliar na explicação deste complexo processo foi realizada uma periodização em quatro etapas: 1) o período colonial, 2) Santa Fé na organização nacional, 3) estrutura agrária diferenciada a partir da Constituição de 1853 e 4) A dinâmica agroindustrial das últimas décadas.

Palavras chaves: Desenvolvimento diferenciado. Transformações rurais. Guerra civil. Polo agroindustrial exportador.

ABSTRACT

THE SOCIAL-SPATIAL FORMATION OF THE SANTA FE PROVINCE (ARGENTINA)

Of the colonial time to the current productive dynamics

To present thesis analyzes the formation social-spatial of the Santa Fe province (Argentina), from the colonial time to the current social and productive dynamics. The focus of the research is guided to understand the reason of the foundation of the city in an outlying area of the Spanish Empire, and as it went developing it territorial occupation until the current days, with focus in the transformations of the rural space. In elapsing of the text they will be exposed the economical causes and geopolitics that took it changing in an active opponent of the centralist government from Buenos Aires and in an outstanding defender of the National Constitution, until to get it autonomy and to take a peculiar one ahead I process modernizer. Due to at differentiated internal development, we propose a division of the province in three areas: North, Center and South, based on the historical path of the territorial occupation and in the dominant agrarian structure in each one of them. To aid in the explanation of this complex process a periodization it was accomplished in four stages: 1) the colonial period 2) Santa Fe in the national organization 3) it structures agrarian differentiated starting from the Constitution of 1853 and 4) the dynamics agro-industrial of the last decades.

Key words: Differentiated Development. Rural transformations. Civil war. Agro-industrial pole.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Argentina	3
Figura 2- <i>Manzana</i> Jesuítica de Córdoba.....	36
Figura 3- Área sul de Santa Fé.....	38
Figura 4- Representação do fortim de Sancti Spíritus.....	41
Figura 5- Forte Sancti Spíritus nas representações do século XVI.....	41
Figura 6 - Bacia do Prata no detalhe do Mapa-múndi de Gaboto.....	43
Figura 7- Perfil topográfico Asunción del Paraguay – Potosí.....	45
Figura 8- Perfil topográfico Potosí – Lima.	45
Figura 9- Mapa da Gobernación del Paraguay e antiga localização de Santa Fé.....	46
Figura 10- Cayastá e Santa Fé.....	47
Figura 11- Parque arqueológico Santa Fé La Vieja	47
Figura 12- Primeiras marcas de gado registradas na região pampeana.	50
Figura 13- Reducciones Jesuíticas em S. Gerónimo del Rey y S. Xavier (sic)	60
Figura 14- Caminho Santa Fé - Córdoba e Fuerte de los Sunchales.....	67
Figura 15- Lugar onde aconteceu a batalha de San Lorenzo(1813) sinalizado com duas espadas cruzadas.....	82
Figura 16- Parte do território que compreendia o Vice-reino do Rio da Prata e Santa Fé como parte da Intendência de Buenos Aires	87
Figura 17- Local histórico: finca Anajuacio, casa de descanso e estancia de Juan Facundo Quiroga, na província de La Rioja	94
Figura 18- Bandeira de Santa Fé quando integrava a "Liga dos Povos Livres", liderada pelo caudilho da Banda Oriental José Gervasio Artigas	99
Figura 19- Batalha de Los Quebrachitos, na fronteira entre Córdoba e Santa Fé.....	101
Figura 20- Atual bandeira da Província de Santa Fé.....	101
Figura 21- Batalhas na Cañada Cepeda (1820-1859), na fronteira entre Buenos Aires e Santa Fé, ambas com vitórias santafesinas	102
Figura 22- localização da Batalha de Monte Caseros (1852) e de Colônia do Sacramento.....	105
Figura 23- Localização da província de Santa Fé e áreas Norte, Centro e Sul.....	107
Figura 24- Províncias fitogeográficas santafesinas.....	109
Figura 25- Savana santafesina e remanescente do bosque chaqueño	110
Figura 26- Algarrobos na comuna de Humboldt.....	110
Figura 27- Ombú e trigo no sul de Santa Fé.	111

Figura 28- Campanha militar no norte argentino	113
Figura 29-área do norte santafesino, com seus departamentos, capitais departamentais e outras localidades	114
Figura 30- <i>Mangrullo</i> do antigo forte de Tostado	115
Figura 31- Crianças do povo Toba na comunidade indígena de Tostado	115
<i>Figura 32- Casa de colono com mangrullo, torre para observação da presença de indígenas no chaco santafesino.....</i>	<i>116</i>
Figura 33- Índios da tribo do cacique Ramón, Florência	117
Figura 34- Indígenas do norte santafesino, com sua morada ao fundo – tribu del cacique Charra, Florência	117
<i>Figura 35- Colônias ao sul e ao norte da linha de fortes traçada pelo General Obligado e parte da "senda de los índios del Chaco recorrida aún en sus invasiones a Santa Fe".</i>	<i>119</i>
Figura 36-Mapa de La Forestal apresentando seus territórios no norte de Santa Fé.....	122
Figura 37- Operários na empresa Langworhy, por Ernesto Schlie, 1888	123
Figura 38- Campos da empresa Harneteck, na colonia Luis D'abreu (hoje Calchaquí).....	123
Figura 39- Campos e estação ferroviária da empresa francesa Portalis e Cia. nas imediações do pueblo de Golondrina	124
<i>Figura 40- Propriedades da Compañía Forestal (em laranja) e da Argentine Quebracho Company (lilás), nas cercanias de Tartagal, Intiyaco e Cañada Ombú.....</i>	<i>125</i>
<i>Figura 41- Propriedades da Compañía de Tierras de Santa Fé e de Carlos Casado.....</i>	<i>126</i>
Figura 42- Casa que foi sede da estância Santa Felícia (cidade de Vera), antiga propriedade de La Forestal e atual sede do INTA –Vera	127
Figura 43- Postes de Quebracho em Colônia Florência. por Ernesto Schlie, 1888.....	128
Figura 44- "Hacheros" derrubando um quebracho, em Villa Guillermina, norte da província de Santa Fé	131
Figura 45- Instalações abandonadas da fábrica de tanino em La Gallareta.....	132
Figura 46- Ex-lenhador de La Forestal, Vicente Cóceres e a sua esposa, na localidade de La Gallareta.Atrás, jovens exemplares de quebracho colorado.....	133
Figura 47- As três primeiras colônias agrícolas no centro da província de Santa Fé (representadas com quadrados); o caminho para Córdoba e o lugar da batalha dos Quebrachitos.....	135

<i>Figura 48- Subdivisão da propriedade da terra em parcelas quadradas de 33 hectares no centro de Santa Fé</i>	136
Figura 49- Propaganda do arado fabricado por Nicolas Schneider e Federico Urfer, relojoeiro em Esperanza, ano de 1890.....	140
Figura 50- Molino Angelita - Bosh, Estoessel & Cia em 1888, por Ernesto Schilie; hoje Centro Cultural de Esperanza	141
Figura 51- Colheita semi-mecânica do trigo no século XIX, na Colônia Humboldt	143
Figura 52- alzadora inventada por Federico Urfer - Colonia Esperanza por Ernesto Schilie, 1888	144
Figura 53- Nueva línea de fronteras sobre La Pampa. Autor: Adolfo Alsina, 1877	146
Figura 54- A Campanha do Deserto terminou com o domínio índio no sul de Santa Fé e em toda a região pampeana.....	147
Figura 55- Sacerdotes batizando e evangelizando índios.....	147
Figura 56- Mapa cadastral do sul de Santa Fé	149
Figura 57- Detalhes do mapa da ferrovia Rosário Córdoba.....	150
Figura 58- Chacareros expulsos pelos proprietários	152
Figura 59- Expulsão de chacareros e destruição de suas casas no sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires, 1912	153
Figura 60- Localização do pólo agroindustrial e exportador de soja argentino no sul de Santa Fé (up river) e ponte Rosário-Victória.....	158
Figura 61- Localização das principais áreas de cultivo de soja; ferrovia do Nuevo Central Argentino (NCA); e distância em relação às agroindústrias de Rosário.....	160
Figura 62- Ponte Nuestra Señora del Rosário (Rosário-Victória).....	162
Figura 63- Elevadores do porto agroindustrial de Molinos Rio de La Plata	163
Figura 64- Porto agroindustrial de Vicentín, de capitais argentinos, na cidade de San Lorenzo	163
Figura 65- Solos dominantes na região pampeana argentina; principais portos agroexportadores; e áreas de maior produtividade.....	165
Figura 66- Divisão departamental da província de Santa Fé	168
Figura 67- Humboldt (centro de Santa Fé.A pecuária cede superfície à agricultura	173
Figura 68- Gado nas cercanias da localidade de Tostado, norte de Santa Fé	174
Figura 69- Queimadas nos campos do norte santafesino	175
<i>Figura 70- Soja cultivada em espaço público</i>	178
Figura 71- Caminhão transportando soja em Reconquista: (departamento de General Obligado).....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução da população dos pueblitos construídos pela Forestal	133
Quadro 2- Número de EAP e seu tamanho médio nos anos de 1988 e 2002.....	169
Quadro 3- Arrendamentos em Santa Fé por departamento, variação 1988-2002.	170
Quadro 4- Áreas com forragem em Santa Fe, anos 1988 e 2002.	172
Quadro 5- : Variação dos cultivos não pampeanos no norte da província de Santa Fé em 1988 e 2002.....	176
Quadro 6- Produção de soja 1988-2001.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Exportações argentinas por complexos, primeiro semestre de 2013 e 2014.....	166
Gráfico 2- Superfície em hectares das EAPs que combinam propriedade com arrendamento.....	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
a) Objetivos.....	7
b) Marco teórico e metodológico: natureza, trabalho e produção.....	8
c) O que define um modo de produção?.....	12
d) A Categoria de Formação Sócio Espacial (FSE).....	14
e) Renda capitalista da terra: uma teoria do espaço.....	16
f) Sobre o conceito de estrutura agrária.....	19
CAPÍTULO I: O PERÍODO COLONIAL.....	22
1.1. A formação do Estado espanhol.....	23
1.2. Características produtivas das colônias espanholas na América.....	27
1.3. A organização da produção nas colônias espanholas da América.....	29
1.4. Os Cabildos.....	30
1.5. A produção regional do atual território argentino na época colonial.....	31
a) Governação de Tucumán.....	31
b) A região de <i>Cuyo</i>	33
c) Paraguai e as missões jesuíticas.....	33
d) O intercâmbio interno.....	35
e) A produção no Litoral.....	36
1.6. Santa Fé no período colonial.....	38
1.7. Primeira fundação de Santa Fé.....	44
1.8. Segunda fundação de Santa Fé.....	52
1.9. Problemas com Buenos Aires no período colonial.....	54
1.10. O povoamento de Rosário, no sul santafesino.....	56
1.11. A fundação de <i>Pueblos</i> indígenas no norte santafesino.....	59
1.12. Santa Fé: porto preciso.....	61
1.13. Os caminhos e estâncias do centro santafesino.....	66
1.14. Santa Fé no Vice-reino do Rio da Prata.....	68
1.15. Invasões inglesas no Rio da Prata.....	72
CAPÍTULO II: SANTA FÉ E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL.....	75
2.1. Santa Fé e a revolução de Maio.....	76
2.2. O centralismo <i>porteño</i>	82
2.3. <i>Unitarios e federales</i> : causas econômicas dos conflitos armados entre Buenos Aires e as províncias do interior.....	84
2.4. A regionalização do conflito a partir da Independência (1816).....	86
2.5. A transição para uma economia comercial do gado como detonante dos conflitos civis.....	89
2.6. <i>Samimiento</i> , "civilização e barbárie": as supostas causas "culturais" dos conflitos entre Buenos Aires e o interior.....	93

2.7. O pensamento de Alberdi: a "Independência" Argentina e a dependência interna das províncias	96
CAPÍTULO III: ESTRUTURA AGRÁRIA DIFERENCIADA. DA CONSTITUIÇÃO DE 1853 A MEADOS DO SÉCULO XX	107
3.1. Caracteres climáticos e vegetação da província	108
3.2. Área Norte: grandes latifúndios florestais, "farwest" santafesino e a criação do Território Nacional do Chaco	112
3.2.1. Gênese do patrimônio territorial de La Forestal	120
3.2.2. O mercado externo demandava tanino	128
3.2.3. Aspectos internos de servidão sob domínio do capital inglês	129
3.3. Área Centro: pequena produção mercantil e desenvolvimento econômico	134
3.3.1. O contexto político e econômico	134
3.3.2. O processo de industrialização surgido da pequena propriedade	140
3.4. Sul de Santa Fé no século XIX, uma fronteira no interior	145
3.4.1. <i>Chacareros</i> arrendatários	148
3.4.2. O sistema trienal de arrendamentos	150
3.4.3. El grito de Alcorta	153
CAPÍTULO IV: AS MUDANÇAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO CAMPO SANTAFESINO	155
4.1. O sul santafesino como epicentro de fortes transformações no setor agrícola pampeano	155
4.1.1. Características gerais da agroindústria de soja Santafesina	158
.....	162
4.1.2. Rendas por fertilidade da terra	164
4.2. As mudanças na estrutura agrária santafesina das últimas décadas	167
4.2.1. A expansão do cultivo de soja	177
4.2.2. Meios de produção: máquinas e insumos	180
4.2.3. Relações de produção no campo santafesino	181
4.2.4. Alguns conflitos agrários resultante da maior inserção no mercado	181
CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS	192

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa abordagem salientando que a presente tese surge de um aprofundamento de nossas pesquisas de mestrado¹, estando relacionada à configuração e dinâmica sócio-espacial das atividades agrícolas e pecuárias da província de Santa Fé, com ênfase nas mudanças da estrutura agrária acontecidas desde a década de 1990 e nos processos sociais decorrentes.

A partir da leitura de bibliografias ligadas às várias ciências sociais e com foco na província de Santa Fé, percebemos que a sua formação esteve particularmente vinculada com sua localização em relação às demais províncias e regiões que, por motivos comerciais, atravessavam seu território para vender seus produtos, além de, inclusive, disputarem seus recursos. Por outro lado, o espaço geográfico de Santa Fé atuava como "barreira de contenção", dado a presença de populações indígenas, principalmente da região do Chaco, pelo norte.

À medida que o gado livre foi-se convertendo numa mercadoria, a economia provincial começou a demandar de uma estrutura política própria e independente, necessidade que confrontava com a subordinação e "obediência" que devia a Buenos Aires, a capital da *Gobernación del Río de la Plata*, à qual Santa Fé pertencia. Mesmo que os santafesinos acreditassem que com a Independência teriam plena autonomia, os conflitos e combates em torno ao poder central de Buenos Aires e seus recursos de aduana continuaram até 1880, ano no qual Buenos Aires e seus recursos portuários foram nacionalizados.

Com a consolidação do Estado Nacional, que começa com a Constituição de 1853, o ingresso da província ao mercado externo e à economia nacional foi-se dando de maneira desigual, podendo se distinguir três áreas diferenciadas: norte, centro e sul. Desta maneira, se bem em parte as áreas eram herdadas do período anterior, podemos dizer que as principais características da estrutura agrária que ainda hoje persiste, surge com esse processo de "modernização" do território que se inicia a meados do século XIX.

¹ Concretizada na Dissertação intitulada: *Província de Santa Fé (Argentina): as transformações na dinâmica produtiva agrícola a partir das políticas econômicas da década de 1990*, e que também foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

Assim, consideraremos, na presente tese, dois momentos específicos: a formação sócio espacial da província desde o período colonial até 1853, onde os conflitos com Buenos Aires são um tema central no desenvolvimento provincial; e, por outro lado, o período que se inicia com a completa introdução do território provincial ao mercado externo, fato que dará lugar à formação de áreas diferenciadas segundo o tipo de produção e relações sociais presentes nelas.

Nossa proposta analisará como os sistemas produtivos, os processos de povoamento, os conflitos com Buenos Aires e as características naturais foram estruturando o território provincial ao longo da sua história. Neste sentido, acreditamos que o espaço atua como instância material que participa do movimento dialético das sociedades, produzindo e reproduzindo as condições materiais de vida e as próprias classes sociais. Por este motivo o presente trabalho está relacionado com o paradigma teórico-metodológico da formação sócio espacial (FSE) desenvolvido por Milton Santos (1977), um dos intelectuais a quem devemos a pioneira conciliação entre geografia e pensamento marxista na América Latina.

Em termos gerais, Santa Fé apresenta importância fundamental no desenvolvimento econômico e histórico argentino. É a segunda província com maior Produto Bruto depois de Buenos Aires e responsável por aproximadamente 24% das exportações argentinas (SANTA FE, 2016). Na sua capital, Santa Fé *de la Vera Cruz*, a Confederação Argentina assinou pela primeira vez a Constituição em 1853 e suas posteriores reformas². A essa cidade também estiveram ligadas historicamente as tradicionais famílias *criollas* e *federais*, descendentes dos antigos conquistadores e proprietários de estâncias. Rosário, ao sul, é a cidade mais industrializada e populosa da província e principal zona agroindustrial e portuária do país, área cujo dinâmico crescimento esteve ligado principalmente às correntes imigratórias europeias de finais do século XIX e princípios do XX, que desenvolveram a agricultura de exportação, mercadorias que tiveram nesta cidade seu principal porto.

Muitos outros eventos de singular importância na história do desenvolvimento político argentino tiveram lugar, não por acaso, nesta

² Só a Constituição de 1898, das que mantém vigência, não foi assinada em Santa Fé.

provincia. Sobre as margens do rio Paraná, Manuel Belgrano içou pela primeira vez a bandeira Argentina três anos antes da declaração da Independência, e o próprio nome do país, *Argentina*, deriva de um poema de Centenera publicado em 1602 e que chama de *argentinos* aos sofridos habitantes da provincia. Além disso, Santa Fé também foi palco do único combate de San Martin em solo argentino, no contexto das guerras de independência; e os santafesinos têm o orgulho de ter sido protagonistas nas guerras civis que permitiram a conformação do Estado Nacional Argentino. As primeiras colônias agrícolas de imigrantes e a revolta dos *chacareros*, conhecida como o Grito de Alcorta, também formam parte da sua rica contribuição ao processo de construção nacional (ver localização da provincia na figura nº1).

Figura 1: Mapa da Argentina



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN).

Estendendo-se sobre a região da planície pampeana, a superfície santafesina está estimada em 133.000 km² (extensão comparável à do estado brasileiro do Amapá ou a países como Grécia ou Bulgária). Conta com 3,2 milhões de habitantes (8,15% da população argentina), dos quais Santa Fé capital possui uns 484.000 enquanto que Rosário 1,2 milhões. Sua característica forma de bota se estende principalmente de norte a sul através de 720 quilômetros, sob a margem oeste do rio Paraná, considerável extensão latitudinal que permite diferenças zonais relativamente marcadas de clima, vegetação e solo.

A necessidade de realizar uma tese que contemple a formação sócio-espacial da província se fundamenta na pouca existência de material bibliográfico que apresente uma visão geográfica acerca da gênese e evolução do território santafesino e suas diferenças internas, em relação ao desenvolvimento nacional e aos conflitos que foram se sucedendo nesse processo, que começa com a fundação de *Sancti Spiritus*, primeiro assentamento de europeus na região do Rio da Prata, na área que atualmente compreende o sul santafesino.

Considerando o estado da arte da presente tese, existe só um livro de geografia, de 3 volumes, que abarca o estudo da escala provincial de Santa Fé, denominado precisamente *Geografía de Santa Fé*, e escrito pelos pioneiros da Geografia santafesina: Mabel Gallardo e Horacio Manzi (1970). Filho deste grande trabalho é a seção destinada à geografia santafesina de a *Enciclopédia de la provincia de Santa Fé* (1993) capítulo escrito pela professora Maria Luisa D'ángelo, que retoma os estudos de Gallardo e Manzi e acrescenta novas considerações e dados atualizados para a época.

Nesses trabalhos são analisados os caracteres climáticos, edafológicos, biogeográficos e populacionais da província com muito detalhe, com especial ênfase nos caracteres físicos, e atendendo a aspectos sociais, mas em geral tratados de um modo estático e quantitativo. Mas nenhum livro ou tese foi escrito depois desses sobre a geografia santafesina, uma província de axial importância na construção do Estado Nacional e que hoje é uma das mais importantes da Argentina, junto a Buenos Aires e Córdoba. A análise espacial dos fenômenos históricos, a gênese e o desenvolvimento do território santafesino, seus conflitos com as províncias vizinhas, a consolidação das suas estruturas agrárias e vias de desenvolvimento, em síntese, sua formação sócio-espacial, não são aprofundados nos trabalhos de Manzi, Gallardo e D'ángelo. Por esta causa é que decidimos encarar a realização

desta tese. A corrente epistemológica chamada de Geografia Nova e o paradigma de Formação Sócio-Espacial são as categorias que achamos pertinentes na abordagem dos nossos estudos acerca da província de Santa Fé, e também da geografia argentina.

Na instrução superior há só um programa de Geografia na província e é o da Universidade Nacional do Litoral-UNL (bacharelado e licenciatura), mas mesmo nele a disciplina de Geografia de Santa Fé é optativa, e seu programa praticamente não inclui textos relacionados à formação sócio-espacial santafesina ou geografia histórica, seguramente por inexistência dos mesmos e falta de uma estrutura universitária de pesquisa que permita desenvolvê-los. Em geral, o currículo de Geografia da UNL tem se focado principalmente nos aspectos didáticos relacionados ao ensino da geografia, mas não na pesquisa. Além disso, o curso de Geografia da UNL tem escasso número de bacharelados formados, não tem curso de pós-graduação e são poucos os professores que portam título de doutor ou incluso de maestria.

Em entrevistas realizadas com alunos do último ano do professorado em Geografia foi verificado o seu alto grau de desconhecimento acerca do processo de formação sócio espacial santafesino³. Evidenciaram falta de instrução acerca de temáticas ligadas à dinâmica territorial, tais como a função defensiva e comercial da cidade durante o período colonial, o importante papel que a província desempenhou na construção do Estado argentino e nas guerras civis, e, inclusive, ignoravam seus antigos limites territoriais, que abarcavam o que hoje é a província de Entre Rios. Também apresentaram incertezas quando questionados acerca das características e evolução da estrutura agrária provincial e dúvidas sobre as causas da consolidação da cidade de Rosário como polo agroindustrial a nível nacional.

Os livros relacionados à história provincial tampouco são numerosos e não é possível comprar esse tipo de material nas livrarias, razão pela qual foram fotocopiados de bibliotecas ou adquiridos em acervos privados, muitas vezes depois de trabalhosa procura e ao preço que se paga pelos livros considerados raridades. Na construção desta tese consultamos fontes bibliográficas de diversas matrizes científicas, além dos já mencionados livros de Geografia santafesina, como as atas

³ Entrevistas realizadas *on line* com alunos do professorado em Geografia da UNL no ano 2015.

do Cabildo santafesino, livros de história e artigos de jornais. Outras importantes fontes de consulta foram o *Archivo General de la Nación* (AGN), a Biblioteca Nacional, e a mapoteca do Instituto Geográfico Nacional, em Buenos Aires, de onde conseguimos extrair material bibliográfico, mapas históricos e fotos.

O *Archivo Histórico de la Provincia de Santa Fé*, que desenvolve suas atividades na casa onde vivera o *Patriarca de la Federación*, caudilho Dom Estanislao López, assim como alguns outros museus de cidades santafesinas também foram consultados. Com relação às atas do *Cabildo santafesino*, cabe dizer que a maioria delas estão disponível *on line* no site do Governo da Província de Santa Fé⁴. Elas constituem uma inestimável fonte de consulta nos estudos relacionados à história da formação do território santafesino, se bem que devem ser lidas preferentemente sob o conhecimento das problemáticas nacionais e mundiais na qual a província esteve inserida, para que a interpretação da sua leitura consiga aportar um significado maior àquela informação geralmente rotineira, ao qual fazem referência.

Além disso, questões tão relevantes para a Geografia Argentina como a geopolítica das províncias, o problema da guerra civil e o processo de organização nacional no século XIX não são tratados por Roccatagliata (1998), autor que geralmente é tido como uma das principais bases bibliográficas da disciplina de Geografia Argentina nas universidades. Esses temas tampouco são abordados por Lucas dos Santos Ferreira (2016) no seu livro "Questão nacional e desenvolvimento econômico em Argentina" (mesmo se tratando de um trabalho geográfico acerca da "questão nacional argentina").

Por outro lado, algumas das principais ideias defendidas nesta tese foram publicadas por nós em revistas especializadas de Geografia e Congressos. Neste sentido, o marco teórico e metodológico em boa medida corresponde a um artigo publicado pelo Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá sob o título de *Trabalho, produção e Renda da Terra na Teoria Geográfica*. A periodização utilizada no conjunto da tese e aspectos relacionados à formação sócio-espacial da área norte santafesina foram expostos na Revista *Estudios Socio-territoriales*, da *Universidad Nacional del Centro de la Provincia*

⁴Disponível em: <http://santafe.gob.ar/actascabildo>

de Buenos Aires. A respeito dos mapas apresentados (ou detalhes deles), os mesmos foram avaliados, aprovados e expostos no X Congresso de Cartografia Argentina. As principais ideias do capítulo final, que trata da renda da terra da região pampeana, na qual a cidade de Rosário desempenha um papel fundamental, foram expostas no artigo intitulado *A renda diferencial da região pampeana argentina: algumas comparações com o Brasil*, publicado pela revista de Geografia da Universidade de Londrina.

No intuito de desenvolver a tese em bons termos definiu-se alguns objetivos e considerou-se como marco teórico e metodológico diferentes conceitos, básicos à compreensão da temática em discussão, e que discutiremos a seguir.

a) Objetivos

O objetivo geral desta tese é compreender, em sua totalidade, a formação sócio-espacial santafesina, do período colonial às atuais dinâmicas sociais e produtivas. A ênfase da pesquisa estará colocada em analisar as relações econômicas, políticas e produtivas que a província de Santa Fé manteve com a região e especialmente com Buenos Aires até sua autonomia, e nas particularidades da estrutura agrária resultante do processo modernizador que inicia em meados do século XIX com sua plena inserção no mercado mundial. Considerando que o desenvolvimento social e produtivo não apresenta condições de uniformidade dentro da província, propomos explicar como as áreas rurais que a conformam têm evoluído historicamente em relação aos citados processos.

Como objetivos específicos propomos:

- entender a o porquê da localização de Santa Fé, numa área periférica do Império Espanhol.
- analisar as relações sociais e de produção que se sucederam no espaço rural provincial ao longo de seu processo histórico de desenvolvimento;
- pesquisar as causas materiais das guerras civis argentinas, nas quais Santa Fé teve destacada participação.
- propor e caracterizar uma periodização da formação sócio espacial da província em quatro momentos específicos 1) período colonial, 2) Independência e guerras civis, 3) início do

processo "modernizador" e 4) atuais dinâmicas sociais e produtivas.

- analisar a configuração espacial da agroindústria de exportação santafesina e suas rendas diferenciais em relação aos portos agroexportadores da grande Rosário e as mudanças na estrutura agrária das últimas décadas.

b) Marco teórico e metodológico: natureza, trabalho e produção

Principalmente nos *Grundrisse* (2011) e no primeiro livro de O Capital (1988), Marx argumenta que para entender o desenvolvimento histórico das sociedades, seus conflitos e a própria subjetividade, se deve partir da análise da função social que permite a sobrevivência e a reprodução da espécie humana, isto é, o trabalho. Segundo esta concepção, a partir dessa atividade transformadora da natureza, ou da *segunda natureza* - como Hegel chamara à natureza *aperfeiçoada* - os homens passam de uma existência meramente biológica para uma existência social.

A natureza, em princípio hostil, irracional e objetiva, é negada, subjetivada e “domesticada” através do trabalho. Quando interage e transforma os elementos do mundo, o homem vai mudando também seu pensamento no aprendizado e aumentando o relacionamento que tem com seus semelhantes, tornando estes vínculos mais complexos e interdependentes. Por ser o trabalho a categoria que medeia as relações entre homem e natureza, resulta especialmente importante para a Geografia ter em consideração esse conceito fundamental da teoria marxista:

Antes de tudo, o trabalho é um processo onde participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao

seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 1983, vol. 1, p. 202).

Para o autor do *Das Kapital*, a natureza existe independentemente, e só manifesta suas qualidades e ganha significado social através de uma relação de mútua transformação, advinda do trabalho humano. A natureza é uma questão de utilidade em Marx, existe a necessidade histórica de conhecer suas leis para sujeitá-las às vontades humanas e transformá-la, mediante o trabalho, em objetos de consumo ou meios de produção (BATTOMORE, 2001).

A categoria trabalho, e seu resultado social, a produção, prevê instâncias que correlacionam homem com natureza (ou segunda natureza), e que revestem especial interesse aos estudos geográficos. Neste sentido consideramos que o espaço geográfico é o resultado da transformação da natureza mediante formas de trabalho social historicamente determinadas: *“Indivíduos produzindo em sociedade - por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada”* (MARX, 2011, p. 39).

Com o passar do tempo histórico, enquanto que o trabalho vai-se socializando, também se vão desenvolvendo relações de propriedade com os meios de produção, cada vez mais abstratas e complexas, aumentando a produtividade e os excedentes, que são os motores do desenvolvimento. Sobre a base material e produtiva das sociedades se elevam um conjunto de leis que são independentes das vontades humanas individuais e que legitimam e regulamentam a maneira na qual o homem produz, resultando em diferentes e históricos modos de produção.

Marx e Engels distinguiram cinco modos de produção, formas nas quais a sociedade organizou o trabalho social para satisfazer suas necessidades, eles são: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo. Quando as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) se desenvolveram além do mínimo necessário para a sobrevivência da população, a produção de um excedente tornou possível a exploração, que é o fundamento da sociedade de classe. Ela ocorre quando um setor da população produz um excedente cuja utilização é controlada e apropriada por outro. Nos conflitos e lutas pelo domínio e expropriação da produção, Marx e Engels acreditaram achar o motor da história humana e uma lei geral do desenvolvimento material. O célebre parágrafo colocado a seguir, pertencente ao "Prefácio" à Contribuição à Crítica da Economia Política,

embora extenso, sintetiza com bastante propriedade a concepção materialista da história e o significado dinâmico de modo de produção. Nele encontramos conceitos chaves da teoria e do método marxista; como *base material da sociedade, superestrutura jurídica e política, relações de produção, forças produtivas, conflito e revolução*:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p. 47 e 48).

Deste parágrafo de Marx, podemos extrair algumas considerações relacionadas à categoria de *modo de produção* e sua concepção dinâmica. Uma delas sugere que o modo de produção muda quando as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção (ou relações de propriedade, como Marx coloca nesse

parágrafo). Deste confronto surge um novo modo de produzir os bens materiais e também novas formas jurídicas e ideológicas que o legitimam e dão sustento. Na transição do modo de produção feudal para o capitalista, por exemplo, as forças produtivas feudais - trabalho servil com direitos sobre a terra -, entraram em conflito com as novas relações de produção impostas pela classe emergente capitalista (propriedade privada da terra e trabalho assalariado), dando lugar ao processo que Marx denominou *acumulação originária* do capital (MARX, 1983).

Outro tópico central do *Prefácio* é que para Marx as ideias não mudam *per se* a história nem o modo em que produzimos, senão que, pelo contrário, as ideias e pensamentos se acham condicionados ou subordinados às relações de produção e expropriação que estabelecem as sociedades no seu desenvolvimento histórico. A estrutura material e produtiva é controlada pela classe que dispõe dos excedentes sociais, classe dominante que, por sua vez, condiciona a superestrutura jurídica, política e cultural que serve para legitimar essas relações de produção e propriedade. Nesta linha de interpretação, é a materialidade (produtiva e dinâmica) a instância que forma a consciência dos homens e não o contrário. A educação, a moral, a justiça e o aparelho cultural se sucedem às novas condições de produção.

Milton Santos não ficou alheio ao afamado *Prefácio*... e realizou uma interpretação geográfica de Marx quando escreveu que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2002, p: 63).

Ele esclarece que o sistema de objetos "*corresponde ao conjunto das forças produtivas*" e o sistema de ações às *relações de produção* (SANTOS, 2002, p. 63). Não fica claro qual é a vantagem dessa mudança de termos nem por que foi realizada. Existe sim em A natureza do Espaço (2002) e em Espaço e Método uma tendência do autor em posicionar ao meio técnico, e não ao trabalho, como objeto da relação entre natureza e sociedade. Segundo afirma, "*é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica*". (SANTOS, 2002, p.29); "*As inovações técnicas se encontram com a história portando*

suas próprias regras, às quais as demais escolhas devem curvar-se (SANTOS, 2002, p. 238)". Moreira (2001, p.4) se coloca nesta mesma linha de interpretação ao afirmar que:

A história da técnica é a história dos espaços, e vice-versa [...]. A história do espaço agrário é a história da técnica agrícola. A história do espaço urbano é a história da técnica urbana, [...] A história do espaço de conjunto, por fim, é a história da técnica da circulação.

Deve considerar-se que a postura epistemológica de Milton Santos em *A natureza do espaço...* é diferente da esboçada em *Sociedade e espaço: formação social como teoria e como método* (1977) e em *Por uma Geografia nova* (1978), onde os processos históricos e os conflitos ligados à produção são apresentados como teoria e método, interpretação que está mais ligada aos postulados marxistas. Para o filósofo alemão, a técnica é o resultado do trabalho objetivado, isto é, acumulado; e, além disso, a técnica é para Marx resultado dos conflitos entre forças produtivas e relações sociais de produção. Na presente tese, propomos uma divisão temporal relacionada principalmente aos conflitos entre modos de produção que vão se sucedendo sobre um mesmo território, sem aprofundar nos aspectos técnicos decorrentes.

c) O que define um modo de produção?

Seguindo as ideias do materialismo histórico e dialético apresentadas, as características que definem um modo de produção, independentemente dos sistemas técnicos, são as seguintes: a) a forma mediante a qual o trabalho é expropriado e b) a relação de produção (ou propriedade) entre o produtor direto (trabalhador) e os meios de produção. (DOBB, 1987; TAKAHASHI, 2004; HARNECKER, 1978). Ainda, segundo Marx:

A diferença essencial entre as várias formas econômicas da sociedade, entre, por exemplo, uma sociedade baseada no trabalho escravo e uma baseada no trabalho assalariado, descansa somente no modo pelo qual este trabalho excedente é em cada caso extraído do produtor real, o trabalhador (1983, vol.2, p.209).

O segredo está em que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar valor. No capitalismo há coação econômica que obriga ao trabalhador a vender sua força de trabalho e entregar o excedente de valor em troca de um salário. No modo de produção feudal, a renda feudal é a forma de extração do trabalho. Observando o caso europeu, as rendas entregues pelos servos ao senhor se sucederam em três etapas: renda trabalho, renda tributo e, finalmente renda dinheiro, que minou a propriedade feudal ao transformar camponeses enriquecidos em proprietários (DOBB, 1987). Estas rendas não devem ser confundidas com a renda da terra no capitalismo, que será analisada no próximo ponto.

Sendo assim, na Idade Média europeia as instituições legais e costumeiras asseguravam aos servos direitos de posse e trabalho sobre uma gleba de terra e a utilização de terras comunais para alimentação do gado, a caça ou a extração de lenha; enquanto que o servo/artesão também mantinha a propriedade de suas ferramentas de trabalho. O servo estava sujeito à terra do senhor e não podia abandoná-la. Ao estar ligado o servo a seus meios de produção (terras, animais, madeira dos bosques, ferramentas, etc.) e ao resultado de seu trabalho, a extração do trabalho excedente nas sociedades feudais devia ser efetuada, exclusivamente, por coações extra-econômicas; como a religião, a força militar e a cultura. Neste sentido, Takahashi afirma que:

No feudalismo [...] como os produtores imediatos aparecem combinados com os meios de produção, e portanto, a força de trabalho não pode tomar a forma de mercadoria, a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais ocorre diretamente, pela coação não-econômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias. (TAKAHASHI, 2004: p. 90).

Desde esta perspectiva Dobb argumenta que no feudalismo existem relações coercitivas, não estritamente econômicas, que asseguram a expropriação do excedente:

[No feudalismo] existe uma obrigação imposta ao produtor pela força e independente da sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a

pagar em dinheiro ou em espécie. [...] Essa força coercitiva pode ser a militar, possuída pelo superior feudal, a do costume apoiado por algum tipo de procedimento jurídico ou a força da lei (DOBB, 1987, p: 44-45).

O feudalismo baseia-se em relações de dependência pessoal, de obrigação mútua com o senhor, de direitos instituídos do servo sobre um pedaço de terra no lugar onde nasceu, e onde também morrerá, porque não pode abandonar sua terra. O senhor é a figura política, judicial e militar do território, a religião e os costumes culturais legitimavam esse poder e a subordinação do servo. Com o correr do processo histórico, as relações de produção foram mudando e a terra começou, com maior ou menor intensidade, a ser trabalhada sobre formas livres de produção. A renda da terra pré-capitalista, ou feudal, deu passo a uma forma moderna, econômica e capitalista da renda.

d) A Categoria de Formação Sócio Espacial (FSE)

Ligado ao conceito geral e abstrato de modo de produção, e que poderíamos entender como "*uma totalidade social pura, 'ideal', na qual a produção de bens materiais é efetuada de maneira homogênea*" (HARNECKER, 1978, p: 16), o paradigma da FSE proposto por Milton Santos entra em cena inspirando o surgimento, em América Latina, da escola de pensamento geográfico crítico (MAMIGONIAN, 1996).

Atendendo a estes elementos, o estudo de uma FSE é fundamentalmente um estudo empírico que utiliza em sua análise conceitos e teorias gerais ligadas ao corpus teórico do materialismo histórico, e onde o elemento espacial é considerado como uma instância material, social e necessária à produção e reprodução das condições materiais de vida. Desde esta perspectiva, os conflitos, negociações e contradições inerentes à dialética relação entre o processo social de produção e a propriedade dos meios de produção, são necessariamente manifestos na organização do espaço.

No citado artigo de 1977, Milton Santos lamenta que a Geografia desse pouca importância ao papel do espaço em relação à sociedade, e que o espaço fosse interpretado só como um palco das operações humanas. Esta área do conhecimento parecia mais preocupada com as formas e não com sua formação, e essa visão estática impedia compreender o caráter social do espaço. Santos (1982, p: 10)

propôs utilizar a categoria de "Formação Econômica e Social" para auxiliar na elaboração de uma teoria do espaço.

A ideia de aceitar uma categoria de *Formação econômica, social e espacial* está relacionada com reconhecer ao espaço como instância material (SANTOS,1986). Desde esta perspectiva, Santos (1982, p:14) afirma que "*a totalidade abstrata, que é o modo de produção, se realiza na totalidade concreta, que é a formação social, é dizer, sobre a base territorial historicamente determinada*".

Neste sentido, a compreensão da evolução histórica do espaço é de fundamental importância na concepção deste paradigma, assim como também considera necessário entender os mecanismos sociais pelos quais a sociedade muda e faz progredir os meios de produção e as formas de propriedade:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial (...) A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, 1977).

A categoria de formação econômica e social foi formulada por Marx e utilizada por Lênin e Gramsci nos seus estudos acerca do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e na Questão Meridional, enquanto que Santos (1977) trouxe essa categoria para a área da Geografia, enfatizando na necessidade de considerar que "*não há sociedade a-espacial*" (BASTOS; CASARIL, 2016). Mamigonian (1996) por sua vez, afirma não ser verdade que os estudos marxistas tenham desconsiderado a dimensão espacial nas suas análises. De nossa parte, achamos pertinente que a teoria da renda da terra em Marx, tem

plena relação com a questão, visto que a localização e outros fatores geográficos desempenham um papel fundamental.

e) Renda capitalista da terra: uma teoria do espaço

Marx analisou a renda da terra e a transição do feudalismo para o capitalismo de uma estrutura agrária particular: a inglesa. Este foi o primeiro país a realizar essa transição e em passar de uma sociedade agrária para outra urbana. A partir do século XV, naquele país, os senhores da terra - classe social ligada à nobreza e economicamente enfraquecida começaram a alugar suas terras em grandes parcelas para arrendatários (antigos camponeses enriquecidos) que as colocavam em produção à base de mão de obra assalariada. Nessa transição, o poder político que outorgava a linhagem nobre começou a ser corroído pelo dinheiro de uma classe arrendatária cada vez mais poderosa. Os camponeses do senhor foram sendo expulsos da terra, processo legitimado por uma nova superestrutura jurídica que os próprios senhores criavam e defendiam no parlamento. Os direitos que os servos tinham sobre a terra deixaram de formar parte da base material da sociedade para dar espaço a relações de produção novas. A terra se valorizou economicamente e a renda feudal foi-se convertendo em capitalista, de maneira bastante violenta (MOORE JR, 1983; MARX, 1983).

Uma das conclusões de Marx com relação à renda da terra diz que na medida em que o acesso do capital à terra é limitado pela propriedade fundiária do senhor da terra, que não a coloca em produção, o desenvolvimento capitalista da agricultura, e de certa maneira, também o capitalismo industrial, ficam obstruídos. Por esta causa, as sociedades têm que pagar uma renda ao proprietário de terras para que assim os entraves à produção agrícola sejam esbarrados. Por outro lado, nada impede a ocorrência de renda quando os proprietários da terra assumem o controle direto da produção agrícola. Neste caso, com a comercialização da produção o capitalista/proprietário recebe sua renda como um lucro extraordinário sobre o lucro médio que geram as empresas capitalistas.

Desta maneira, a renda fundiária é a forma em que se valoriza economicamente a propriedade da terra no modo de produção capitalista, deixando atrás os antigos privilégios políticos, religiosos, militares e sociais que a posse de terra dava aos senhores. Toda renda é um pagamento social para a classe que monopoliza uma fração do

espaço terrestre, permitindo-se desse modo que as terras sejam colocadas em produção. De maneira geral, pode ser definida como um lucro extra, constante, acima do lucro médio; um tributo pago aos proprietários de terra para que elas sejam colocadas em produção.

O livro terceiro d'O Capital ([1894], 1983), editado e publicado por Engels depois da morte de Marx, apresenta mais de 300 páginas referentes à renda da terra. No decorrer de vários capítulos se analisam os três tipos de rendas capitalistas, a) renda diferencial I e II, b) renda absoluta e c) renda de monopólio. A renda diferencial surge das desiguais condições geográficas da superfície da terra: fertilidade, localização e grau de investimento na produção agrícola. Na renda diferencial I, as diferenças de fertilidade e de localização fazem com que capitais idênticos investidos em superfícies iguais de terras obtenham retornos diferentes. Além da fertilidade, existem outros fatores que afetam de maneira heterogênea a produtividade sob a superfície da terra: diferenças no clima, intensidade do sol, frequência das chuvas, relevo, altitude, temperatura, etc. Todos estes elementos incidem com intensidades diferentes nas parcelas de terras produzindo resultados dispares. Também contribuem à formação de renda os saberes locais ligados à produção agrícola, e elas também variam em função de diferenças espaciais na aplicação de impostos ou subsídios à produção.

A renda diferencial II está vinculada ao grau de investimentos aplicados na produção agrícola (drenagens, maquinarias, fertilizantes, melhoramento genético, etc.). Neste caso o volume de produção é dependente não da fertilidade do solo senão do capital investido em aumentar a produtividade. Toda renda diferencial é um excedente de retorno acima da taxa média de lucro, que resulta da produção de um mesmo produto sobre terras de diferentes qualidades, localização e graus de investimentos. Por estes motivos, a renda diferencial surge da concorrência entre capitalistas agrícolas: aqueles que produzam nas terras de melhor qualidade, localização e desenvolvimento técnico, recebem um lucro extra em função de que os preços dos produtos no mercado estão determinados pelo preço da produção da terra de pior qualidade, desenvolvimento técnico e localização.

A terra não é produto do trabalho humano, mas sua localização com relação a obras de infraestrutura, serviços, etc. sim é resultado do trabalho social. Deste modo, a renda diferencial II será maior quando a parcela de terra ocupada (no campo ou na cidade) se encontre próxima às vias de comunicação, estradas, serviços, comércios, etc. Cada localização é única, ou seja, as localizações não podem ser distribuídas

equitativamente. Embora produzidas pelo trabalho humano, as localizações são irreproduzíveis pelo trabalho humano.

Quanto à renda absoluta, dizemos que o pior solo cultivado não gera renda diferencial, mas, por outro lado, é necessário que ele gere algum tipo de renda para ser colocado em produção, é a renda absoluta. Quando o capital flui para a agricultura, é investido intensivamente (como no caso da renda diferencial II) ou é investido em novas terras que terão que gerar uma renda. Mesmo nos piores solos, a sociedade deverá pagar uma renda como condição de serem cultivados ou colocados em produção. O fator que condiciona o surgimento da renda absoluta é a existência do monopólio privado do solo. Diferentemente do que acontece no setor industrial, onde a existência da concorrência entre diferentes capitalistas estabelece a taxa média de lucro entre os setores produtivos, e converte os valores dos produtos em preços médios; no setor agrícola o nível médio da taxa de lucro não determina os preços, senão que, como já foi colocado, estes são determinados pelos custos que derivam das terras cultivadas em piores condições de fertilidade, localização e capitalização.

Por fim, a renda monopólio é aquela derivada da produção exclusiva de um produto agrícola, que por questões culturais, naturais, edafológicas, climáticas, etc., só são produzidos numa determinada área geográfica. Essa renda surge do preço superior deste produto em relação à média do mercado, como é o caso dos selos de denominações de origem dos produtos agroindustriais.

A teoria da renda da terra é uma teoria sobre a diferenciação espacial do solo e, portanto, uma ferramenta de análise geográfica. A renda capitalista da terra e o lucro dos negócios agrícolas são canalizados em cada sociedade através da estrutura agrária para determinados setores sociais, configurando nesse processo tipos particulares de desenvolvimento. Como o capitalismo teve seu início no campo, isto é, nas sociedades agrícolas e não nas cidades (WOOD, 1998), a estrutura agrária resultante dos processos modernizadores que puseram fim ao feudalismo desempenhou um papel fundamental nos sistemas políticos e econômicos dos países industriais. As democracias, as ditaduras, a velocidade do processo de industrialização, as revoluções e as revoluções passivas, todos estes fenômenos tiveram (e ainda têm) uma estreita relação com o tipo de estrutura agrária e com a forma de distribuição da renda da terra durante seus processos de modernização (MOORE JR, 1983).

f) Sobre o conceito de estrutura agrária

Por outro lado, em linha com o pensamento de Moore Jr (1983), sempre é importante destacar, quando falamos de desenvolvimento, a importância política e econômica que a estrutura agrária tem tido na história econômica de todos os países. Seja nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, no Brasil ou na Argentina, a estrutura agrária dominante condicionou um tipo particular de desenvolvimento. Mônica Arroyo sintetizou o conceito de estrutura agrária de maneira eloquente:

La conformación de la estructura agraria depende [...] de las relaciones sociales de producción y de la combinación que a partir de ellas se realice de los elementos fundamentales en el proceso productivo: fuerza de trabajo y medios de producción. Dicho proceso, si bien tiene su origen en el nivel económico, se vincula a su vez estrechamente con lo político e ideológico. Son las diversas instituciones de estos tres niveles de la sociedad las que expresan de una u otra manera la pugna de intereses que van consolidando dicha estructura. De allí su carácter histórico: es el resultado de un proceso que en cada sociedad se desarrolla según sus rasgos dominantes (ARROYO, 1990; p: 142-143).

Como destaca Arroyo, as relações entre trabalho, meios de produção, formas de propriedade e tamanho das parcelas de terra, condicionam a estrutura agrária que funciona, segundo cada tipo, como elemento que viabiliza a renda da terra, podendo esta estrutura concentrá-la, atomizá-la, dirigi-la ao exterior, ou acumulá-la no território.

Quanto à formação da própria tese, temos, inicialmente, esta parte inicial, introdutória. Nela expomos os principais fundamentos teóricos e metodológicos que orientaram nossa pesquisa e que estão relacionados à categoria de Formação Sócio-Espacial, com base em Milton Santos. Nessa linha de análise observamos conceitos advindos da teoria marxista e de particular importância para os estudos

geográficos, tais como a análise da *estrutura agrária*, que nesta tese um papel destacado, sobretudo no capítulo III. Além desta parte introdutória, a tese esta composta por quatro capítulos:

O capítulo I corresponde ao período colonial santafesino e retrataos aspectos socioeconômicos internos da metrópole espanhola, as causas que levaram a convertê-la numa potencia marítima que explorou e conquistou boa parte do mundo durante o século XVI e sua posterior decadência, fatos que permitiram entender o difícil nascimento e desenvolvimento inicial da província, localizada numa região periférica e de "passagem" dentro do vice-reino do Peru. Neste período começam os conflitos com a cidade de Buenos Aires, capital da *Gobernación del Plata*, da qual Santa Fé era uma "dependência administrativa".

O capítulo II aborda principalmente as questões referentes aos enfrentamentos armados entre partidários *Unitários* e *Federais* durante o período da conformação do Estado nacional argentino, que nasce com a Independência em 1816. Esses conflitos que formam parte da *questão nacional argentina* tiveram como protagonistas antagônicos a Santa Fé e Buenos Aires, com disputas motivadas pela política centralista portenha e o ingresso da região pampeana aos mercados internacionais de carne e couro.

O capítulo III analisa a formação de três áreas desigualmente desenvolvidas na província, cujas gêneses se remontam aos períodos anteriores, mas que depois da Constituição de 1853 foram se consolidando, cada uma com características particulares nos aspectos relacionados à sua estrutura agrária e relações sociais de produção.

O capítulo IV desenvolve sobre as dinâmicas produtivas mais recentes da província, sobretudo aquelas ligadas à produção de gado, leite, soja, e como este último produto tem ganhado um espaço dominante sobre os tradicionais circuitos produtivos provinciais, puxado pelas rendas diferenciais relacionadas das terras santafesinas e ao intenso dinamismo do pólo agroexportador de Rosário.

Encerramos a Tese com a parte conclusiva, que apresenta as principais considerações desenvolvidas, responde aos objetivos esboçados, enfatiza as propostas originais e expõe os pontos que poderiam ser aprofundados em posteriores trabalhos.

Por fim, salientamos que os capítulos I e II, embora possam parecer demasiado longos e predominantemente históricos, achamos importante desenvolvê-los, pois, em todo o processo de pesquisa nas mais diferentes instituições (como bibliotecas, arquivos, museus, etc) bem como estabelecimentos educacionais, incluindo a *Universidad*

delLitoral, percebemos o quanto reduzida é a produção científica e acadêmica sobre a província de Santa Fé, e basicamente nada sobre sua formação sócio-espacial. Portanto, achamos necessário todo o aprofundamento que mais adiante se explanará, como forma de propiciar, inclusive, novos materiais e discussões sobre a província e a possibilidade de ampliarmos o debate sobre a temática em voga.

CAPÍTULO I: O PERÍODO COLONIAL

Para compreender a formação sócio-espacial da província de Santa Fé, desde o período colonial, devemos remontar-nos às causas políticas e econômicas que transformaram a Espanha numa grande potência mundial, capaz de conquistar terras ao redor do mundo e impor nos seus domínios formas particulares de organização jurídica, política, religiosa e produtiva. O descobrimento de América coincidiu com o o maior esplendor do poder de Espanha no mundo, que logo após a morte dos reis católicos, entrou numa profunda decadência econômica, que também seria refletida nos territórios conquistados, particularmente nas suas áreas periféricas, como foi o caso da província de Santa Fé durante o período colonial, uma área sem metais preciosos nem índios sedentários aos quais viesse forçar a servidão.

A história de Espanha no último milênio compreende dois grandes eventos de transcendental importância na configuração geopolítica mundial. Um deles é o encarniçado combate que se prolonga durante sete séculos contra a civilização árabe, que ocupava territórios da antiga Hispânia Romana. O segundo é o descobrimento e conquista de América, que é incorporada à geografia mundial no ano de 1492, ano no qual também se produz a queda de Granada. Finalizada a Guerra contra os árabes, Espanha, que era um mosaico de territórios reais e baronias, consegue sua unidade política como fruto de uma guerra nacional de religião contra muçulmanos, sob reinado de Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

A união desses reinos, que formavam a coluna vertebral da nova organização política e econômica, foi possível através de um grande esforço de guerra que transformou a Espanha numa sociedade militar, que ocupava terras a partir da conquista e a cruz cristã, e desenvolvia nelas formas feudais de produção (RAMOS, 2011). Aquela maneira de ocupar o espaço seria transplantado nos territórios americanos. Estas características guerreiras do temperamento espanhol seriam herdadas pelos conquistadores na América, e em especial pelos santafesinos, que por séculos conviveram em guerra contra as populações de índios nômades do sul e norte provincial, e depois, combatendo contra Buenos Aires e seus aliados no período das guerras civis argentinas.

1.1. A formação do Estado espanhol

Com o matrimônio de Isabel e Fernando, os reinos de Castela e Aragão se uniram, avançando rumo à monarquia absoluta que se impunha sobre a fragmentada nobreza feudal, oposta à constituição de um Estado moderno. A presença de uma força unificada e progressista, encarnada na figura de Isabel a Católica, alentava a indústria e o desenvolvimento comercial no interior do território espanhol, delimitando os privilégios de casta e permitindo a ascensão de uma nova classe social: a burguesia; fatos esses que colocavam em risco os antigos privilégios feudais e o poder das classes tradicionais (RAMOS, 2011).

Por outro lado, cada um dos reinos católicos da península ibérica estava separado por acidentes geográficos e diversos tipos de relevos, fatos que dificultavam a coesão nacional e o surgimento de um mercado unificado. O isolamento dos povos cristãos facilitou a criação de línguas e dialetos regionais como o castelhano, o catalão e o galego, que progressivamente foram recebendo a influência da hegemonia castelhana, devido ao poder que impunha a monarquia sobre a fragmentação feudal. Não obstante, o secular poder militar senhorial e os costumes feudais estavam muito arraigados e limitavam a força da monarquia dos reis católicos.

Ao mosaico lingüístico e cultural da península ibérica, devemos agregar a presença dos judeus, poderoso grupo étnico e religioso que exercia um papel destacado no comércio e nas finanças das cidades medievais. Além disso, muitos árabes, mesmo depois de derrotados, continuaram formando parte desse complexo e multicultural tecido social espanhol, desenvolvendo principalmente tarefas agrícolas e a fabricação de farinha com técnicas muito eficazes.

Essa aglomeração de elementos sociais dispersos encontrou a primeira possibilidade de marchar rumo à unidade nacional a partir dos Reis Católicos no século XV, com a união dos principais reinos. Mas inclusive dentro da mesma monarquia se refletiam os caracteres complexos dessa pretendida unidade nacional: enquanto que na Castela de Isabel predominavam os interesses senhoriais, em Aragão e Catalunha prosperavam a burguesia dos portos marítimos (entre os quais se destacava Barcelona).

Em finais do século XVI, há um auge do poderio espanhol nos mares, cujo marco foi o descobrimento de América, e uma forte tentativa de criar um Estado Nacional moderno com características

burguesas, porém, a força desse período foi-se debilitando, envolvendo nesse processo os territórios coloniais.

No mesmo transcendental ano de 1492, no qual foi “descoberta” a América e finalizada a tomada de Granada, também se decretou a expulsão dos judeus da Espanha. Esse dinâmico setor social ligado ao financiamento da nascente burguesia comercial e da nobreza, e que, aliás, haviam patrocinado a expedição às Índias de Colombo, eram os responsáveis por custear as companhias de navegação e administrar as finanças da Coroa. Em outras palavras, o capitalismo comercial espanhol dependia em boa medida do financiamento judeu. Pressões da Inquisição e de senhores feudais endividados, além de revoltas populares anti-semitas, forçaram o decreto de expulsão que significou um duro golpe à economia e cultura da nascente nação. Os muçulmanos que moravam entre os espanhóis sofreram a mesma sorte que os judeus, sendo expulsos em 1502. Estas políticas que visavam interesses religiosos em retrocesso das necessidades econômicas podem ser consideradas como o princípio da decadência do governo progressista que tinha tido Fernando, mas principalmente Isabel, como protagonistas (VADEON, PEREZ, JULIA, 2003).

Temos que ter em consideração que a unificação, necessária para o avanço de modernas relações de produção, não era tarefa simples, devido principalmente às condições semibárbaras herdadas dos sete séculos de guerras contra os muçulmanos. Existia na península um complexo universo de classes, castas, raças, nacionalidades e religiões que dificultavam o exercício do poder centralizado e a decolagem de um Estado moderno. À falta de uma burguesia poderosa, a aliada necessária para impor a unificação foi a Igreja, que forjou uma unidade principalmente religiosa, deixando de lado os aspectos econômicos progressistas necessários ao desenvolvimento do capitalismo. Não obstante, mesmo sendo uma unificação religiosa, devemos considerar que ela colocou os cimentos da unidade nacional de Espanha e em definitivo, possibilitou a ocupação e organização dos territórios por ela conquistados na América.

Outro dos eventos que acelerou a decadência do Império espanhol foi a ascensão ao trono de Carlos I, neto dos Reis Católicos. Criado em Flandres, sob rigorosa e conservadora educação católica, assumiu a coroa espanhola sem saber falar castelhano, colocando nos principais cargos políticos a toda uma corte de amigos estrangeiros, em geral comerciantes especulativos e usurários, que nada conheciam da política e da cultura espanhola.

Por outro lado, os setores mais conservadores da Espanha, ligados à nobreza, viram com bons olhos a distribuição do ouro americano entre nobres e eclesiásticos, que lhe permitiam a Carlos ganhar favores e receber o apoio do setor rentístico espanhol. Em troca, as frequentes revoltas de artesãos e *comuneros*, os setores mais dinâmicos e produtivos da economia espanhola, que protestavam contra os tributos excessivos pagos à nobreza, foram sempre brutalmente reprimidos depois da morte dos reis católicos. Estas insurreições tinham um matiz popular, a mais tristemente famosa das quais foi o combate de *Villalar*, última tentativa dos artesãos e da pequena burguesia ir contra dos abusos da nobreza (MARX [1854], 2000).

Finalmente, outro dos eventos que precipitou o declínio do poder espanhol foi o próprio descobrimento de América. Com a queda de Constantinopla sob o poder muçulmano em 1453, as portas do comércio com Oriente ficaram fechadas para a burguesia marítima espanhola, principalmente a de Catalunha, e a exploração de Colombo visou abrir novos caminhos para o comércio com Oriente. Mas depois da conquista de América, Carlos V começou a derramar grandes quantidades de ouro americano em guerras religiosas por toda Europa, procurando aplacar a Reforma Protestante, enquanto a aristocracia dilapidou o precioso metal com sedas, tecidos, armas e até cereais importados, levando à decadência a agricultura e a manufatura espanhola. Só pelo seqüestro do Inca Atahualpa foram remetidos à Espanha 12 toneladas de ouro. Os fluxos de ouro e prata passavam pela Espanha as vezes sem se deter, indo parar nas mãos dos capitais manufatureiros da Inglaterra, Itália, França, Países Baixos e áreas germânicas de economia mais avançada, que passam a vender no mercado espanhol todo tipo de mercadorias. Nem sequer a moeda metálica abundava nas colônias de onde eram extraídos os metais.⁵

⁵ Durante o período colonial, na província de Santa Fé, era comum que os preços dos produtos fossem estipulados pelo Cabildo em relação a outros devido ao faltante de moeda e às atrasadas relações de produção imperantes: "*Se determina padrillo para la ciudad, señalándose un animal de Francisco Sierra. Se establece precio de sus servicios u la forma de pago que se hará en trigo*" (ata do cabildo de Santa Fé, 21 de Outubro de 1576, Tomo I Primera Serie, I-1-1/F.7v-8).

Evidenciando uma total ignorância sobre os processos produtivos e comerciais que estavam acontecendo no mundo, e sob a influência da sua corte estrangeira, Carlos V proíbe a fabricação de panos na Espanha, que devem ser comprados em Flandres. A manufatura têxtil espanhola praticamente desaparece durante seu reinado:

A partir de 1580 las pocas fábricas de paños que existían en el país desaparecieron, y los españoles se convirtieron en un pueblo rentista, una nación de caballeros, que vivían en parasitaria dependencia del oro y la plata que les llegaba de las Indias y de la industria de los Países Bajos (BRENNAN, 1962, p. 11).

Neste contexto de retrocessos econômicos, sociais e políticos, os comerciantes espanhóis, que lucravam importando mercadorias, procuravam adquirir fidalguia a partir da compra de títulos de nobreza. Esses títulos só podiam ser alcançados imobilizando seu capital na compra de terras, para passar a viver das suas rendas. Até a chegada da era dos Bourbons ao poder espanhol, no século XVII, todo aquele que se dedicasse à atividade manufatureira perdia automaticamente sua fidalguia e essa "impossibilidade" de exercer uma atividade produtiva das classes nobres, também foi trasladada à América. Finalizando o século XVII havia 625.000 nobres na Espanha, quatro vezes o número dos presentes na França, que contava com uma população maior. Inclusive, em meados do século XV, havia em Sevilha um mercado de escravos brancos entre os que abundavam russos e sérvios. As aduanas interiores começam a se multiplicar na tentativa de aumentar os ingressos da nobreza, enquanto que Felipe III falsificava moeda para fazer frente a seus crescentes gastos e déficits (BRENNAN, 1962).

Outra classe social improdutiva que alcançou grande desenvolvimento a partir do século XVI foi a dos clérigos. Só entre as ordens franciscanas e de dominicanos somavam 32.000 indivíduos, enquanto se calcula em mais de 9.000 o número de conventos, cujas terras, somadas às do monarca e a nobreza, ocupavam 95% da superfície da Espanha (RAMOS, 2011. p: 234).

A última fração da classe social dominante à que faremos referência é a dos grandes proprietários fundiários, que se organizaram numa poderosa entidade conhecida como a *Mesta*. Eles eram produtores extensivos de carneiros, gado e ovelhas; obtiveram generosos privilégios reais e conseguiram impor sua lei em todas as terras espanholas,

inclusive naquelas que não eram da sua propriedade. Suas prerrogativas incluíam o direito de atravessar o reino com seus rebanhos, comendo as ervas e bebendo nas águas dos camponeses, inclusive frequentemente se alimentavam com os cultivos destes, protegidos pela legislação oficial, destruindo desta maneira a já castigada agricultura espanhola. Na produção de lã e no gado da *Mesta* se reduzia toda a atividade econômica de Espanha depois do reinado de Isabel, que desenvolvendo uma política econômica totalmente contrária à de seus sucessores, tinha proibido a venda ao exterior de lã sem processar.

Para finalizar este ponto acerca do estagnado desenvolvimento econômico da metrópole no período da conquista e colonização de América, ressaltamos que os naturais de Aragon, uma das regiões mais desenvolvida dentro da península Ibérica, só depois de ultrapassar muitas dificuldades burocráticas, conseguiam migrar para as Índias, enquanto que os catalães, de região burguesa e moderna da Espanha, vão ser proibidos de entrar na América espanhola. Essa política procurava não prejudicar a hegemonia do comércio de Castela, a região senhorial, que se efetivava via o monopólio do porto de Sevilha. As colônias espanholas na América vão sofrer esse anacrônico artifício econômico, o qual será uns dos principais detonantes para os processos de Independência acontecidos nas primeiras décadas do século XIX e dos quais Santa Fé foi protagonista (PUIGGRÓS, 1969; CERVERA, 1907).

A colonização espanhola foi efetuada em pleno processo reacionário do trono contra a burguesia, enquanto que, pelo contrário, a colonização inglesa na América foi posterior e coincidiu com o processo revolucionário burguês que estava acontecendo na Inglaterra: queda e restauração dos Stuarts (1603-1714), e república de Cromwel (1649-1660). A burguesia inglesa não teve seu *Villalar* e sim o vigor necessário para o estabelecimento de uma ditadura revolucionária que, ao sancionar a *Ata de Navegação* (1651), colocou os cimentos de um estrito protecionismo e o controle do comércio, criando as condições para o surgimento da Revolução Industrial (HOSBSBAWM, 2012; BUSANICHE, 2005)

1.2. Características produtivas das colônias espanholas na América

No início, a viagem de Colombo teve um sentido fortemente comercial e poderia se considerar no contexto do desenvolvimento do capitalismo comercial no mundo, logo depois, o descobrimento de

índios, novas terras e metais preciosos mudando o objetivo inicial da expedição para transformar esses novos territórios em objeto de cobiça da nobreza espanhola. As enormes fortunas encontradas, sobretudo no México, Peru e Bolívia, permitiram à monarquia ficar independente da burguesia.

Quanto mais desenvolvida era a sociedade indígena - pelo cultivo da terra, a elaboração de artesanatos, a domesticação dos animais e a organização da produção em geral - mais fácil era para os conquistadores incorporá-la ao trabalho servil. A sociedade colonial assimilou as formas de produção pré-colombianas acondicionando-as às relações de produção e intercâmbio imposto pelos conquistadores. Devido à alta mortalidade de indígenas nos primeiros tempos da Conquista, os espanhóis se viram obrigados a "respeitar" a estrutura interna de suas organizações, às quais o rei colocou sob vigilância de funcionários que, embora não deixassem de explorá-las, diminuam as possibilidades de extinção definitiva. Nas numerosas *encomiendas*⁶ e nas *reducciones*⁷, cujo modelo mais acabado foram as missões jesuíticas, se combinavam as formas de produção próprias dos índios com as técnicas e os métodos de exploração, coação e coerção impostos pelos espanhóis. As formas de organização produtiva com características feudais tiveram seu desenvolvimento mais avançado naquelas áreas que pertenciam aos antigos territórios ocupados pelos impérios Inca e Asteca, e também nas regiões onde dominava a presença de tribos guarani, que tinham conhecimentos em agricultura e na

⁶ A encomienda foi uma instituição criada pela coroa espanhola no ano de 1512. Em sentido estrito o termo significa "confiar" ou recomendar" algo para outra pessoa. Desta maneira se deixavam a cargo dos encomenderos as comunidades indígenas. O encomendero poderia utilizar a mão de obra dos índios para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou a extração de metais preciosos. Em troca, deveria oferecer educação religiosa para os índios.

⁷ As *reducciones* indígenas, também chamadas de *misiones*, foi um órgão administrativo dos vice-reinos espanhóis durante a colonização da América. Eram povoados nos quais viviam índios com finalidade evangelizadora e produtiva. Em geral, eram fundadas fora das cidades espanholas, mas com o tempo foram declaradas cidades ou vilas e se "mestiçando". Em cada *reducción* devia haver uma igreja, atendida por um sacerdote que era mantido pelos tributos dos indígenas. Os bens da *reducción* eram "comunitários", como também o uso das terras.

fabricação de artigos de madeira, barro e palha. No atual território argentino, essas áreas de índios sedentários e de organização social complexa correspondiam à província de *Misiones*, à região de *Cuyo* e principalmente ao noroeste argentino, no território que compreendia a antiga província de Tucumán; mas não à região pampeana da qual forma parte a província de Santa Fé.

1.3. A organização da produção nas colônias espanholas da América

Ao contrário das tribos do noroeste argentino, que tributavam para o império Inca e tinham recebido sua influência cultural e produtiva, a organização social das tribos de índios santafesinas, e as de toda a região pampeana, faziam parte do chamado *comunismo primitivo*. Eram organizações sociais pouco complexas, nômades, coletoras, caçadoras, e, aliás, muito guerreiras, fato que dificultou sua incorporação à produção espanhola, tal como descrevera Félix de Azara (1742-1821):

En poco tiempo dominaron los españoles a todos los vasallos del Inca y Moctesuma; pero queriendo extender sus conquistas fuera de los límites de estos imperios, encontraron otras naciones tan diminutas y silvestres como las que describo (se refería aos índios do Rio da Prata), a quienes no pudieron dominar, ni han podido hasta hoy. (Félix de Azara: "Descripción e historia del Paraguay y del Rio de la Plata", Buenos Aires, Biblioteca Paraguaya, p: 233-234. citado por PUIGGROS, 1969, p: 223).

Para fundar cidades os espanhóis repartiam entre representantes da Coroa e particulares, terras e encomendas de índios. A posseção de índios, e não tanto a propriedade e extensão das parcelas de terras, era a riqueza que os conquistadores detinham. A falta de índios para realizar serviços foi umas das principais dificuldades que enfrentaram as cidades da região pampeana nos primeiros tempos da conquista, sobretudo até que o gado que perambulava livre no pampa foi sendo objeto de comércio.

Milhares de índios fugiam aos bosques do Chaco e outros faleceram pelos duros trabalhos, as pestes, as matanças, as guerras, ou foram enviados às minas de Peru ou Chile. Os índios fugitivos eram

castigados com marcas de ferro candente na face ou nas coxas, enquanto que para os escravos negros as penas eram açoites e ficar preso a um tronco.

As ordens religiosas sempre eram consideradas pelos fundadores das cidades quanto à repartição das terras. Além da parcela reservada à igreja, se lhes entregavam também chácaras e estâncias. Consideradas como meios para domesticar os índios, faziam sentir sua influência na sociedade, transformando-o em servo ou em escravo. Por esta razão as ordens religiosas foram tão importantes e tiveram tanto poder na sociedade colonial espanhola. Na Santa Fé colonial, mesmo sendo a princípio um povoado pequeno, as ordens mais importantes estavam presentes com suas respectivas igrejas: Jesuítas, Franciscanos e Dominicanos.

O núcleo social e produtivo mais importante na sociedade colonial era a economia doméstica, organizada pelo *encomendero* e sua família e baseada no trabalho dos índios de serviço e algum escravo negro. A encomenda na América foi a instituição mediante a qual os nativos eram obrigados a realizar serviços ou entregar produtos da terra, metais ou tecidos, em troca de “proteção” e evangelização. Os tributos em produtos eram recolhidos pelo Cacique da comunidade, quem era o encarregado de entregá-los para o *encomendero*. A base produtiva era a economia doméstica, que utilizava mão de obra advinda dos grupos familiares dirigidos pelo *encomendero* e onde se realizavam todo tipo de trabalhos, desde a extração da matéria prima até a elaboração dos produtos. A divisão social do trabalho era quase inexistente nos inícios do período colonial, e a economia mercantil era embrionária. O mercado interno foi-se formando só lentamente.

No atual território argentino, a primeira divisão social do trabalho teve lugar por regiões: erva mate em Misiones e Paraguai, aguardente em *Cuyo*, mulas em Tucumán e gado bovino no Litoral. Não obstante, a necessidade de objetos de consumo mais sofisticados, fez com que os *encomenderos* procurassem obter excedentes comercializáveis no exterior.

1.4. Os Cabildos

Os Cabildos eram instituições que exerciam o governo municipal. Na Espanha, tinham um papel ligado às representações populares, porém, nas colônias espanholas da América geralmente

tinham um caráter oligárquico, visto que os servos, escravos e demais despossuídos não tinham representação. Quando se constituía uma nova cidade, os fundadores nomeavam aos membros do Cabildo, cujos cargos administrativos e políticos eram comprados pelos nascidos na Espanha. Portanto, os Cabildos representavam os interesses dominantes de *encomenderos*, grandes proprietários de terras e comerciantes. Frequentemente as autoridades dos Cabildos eram enviadas das capitais (como Buenos Aires), sem que o povo, nem sequer a parte mais influente deste, tivesse oportunidade de exercer alguma influência nessa decisão (RAMOS, 2012, BUSANICHE, 2005).

1.5. A produção regional do atual território argentino na época colonial

a) Governação de Tucumán

A *Governación de Tucumán*, criada em 1563, compreendia as atuais províncias de Tucumán, Jujuy, Salta, Santiago del Estero, La Rioja, Catamarca, Córdoba e Chaco, região na qual habitavam grande número de indígenas que tinham sido tributários dos Incas. Do atual território argentino, esta foi a região mais desenvolvida durante todo o período colonial.

Os excedentes produzidos pelas encomendas, denominados de *frutos de la tierra* (gado, produtos agrícolas, madeiras, tecidos de algodão) eram transportados em carretas com destino ao Alto Peru⁸, centro de produção de metais preciosos. Retornavam com mercadorias importadas da Europa, além de prata de Potosí, destinadas ao uso dos *encomenderos*, religiosos e pessoal administrativo (BUSANICHE, 2005)

Mas os preços dos produtos de Potosí importados desde Espanha eram excessivamente caros, inclusive três ou quatro vezes mais do que em Lima, que já era uma cidade cara. (PUIGGROS, 1969). É que as mercadorias ingressadas pelo porto de Callao viajavam desde Europa através do Atlântico, para logo serem vendidas no mercado de

⁸Denominava-se Alto Peru à região que ocupa atualmente Bolívia. O distrito jurisdicional da Real Audiência de Charcas também coincidia com esse território.

Portobello, no istmo do Panamá, e posteriormente transportadas por carretas até o oceano Pacífico, para viajar a Lima, capital do Vice-Reino do Peru. Obrigados pelas distâncias, as dificuldades físicas do caminho e os altos preços que originava o comércio com o Alto Peru, os povoadores de Tucumán procuraram conseguir, pelo caminho de Buenos Aires, diretamente da Espanha ou através do intercâmbio com o Brasil, mercadorias europeias bem mais econômicas que em Potosí.

A governação de Tucumán necessitava de um porto de ultramar com saída ao oceano Atlântico através do rio Paraná, e os seus povoadores insistiram reiteradamente ao rei com esse pedido. Entre Tucumán e Santa Fé existia um conflito de jurisdições, alegando os primeiros serem os descobridores das terras que conformavam a província de Santa Fé, fato que retomaremos mais adiante.

Devido aos altos custos das mercadorias provenientes de Lima no ano 1587 acontece pela primeira vez um evento que marcará o início de um processo de grande importância para o desenvolvimento dos territórios compreendidos pela bacia do Prata. Nesse ano o bispo de Tucumán, Francisco de Vitória, da ordem dominicana, foi o primeiro comerciante em exportar as mercadorias de Tucumán via porto de Buenos Aires. Vitória, que era um judeu converso, comercializou via Rio da Prata com a costa do Brasil, levando prata de Potosí e tecidos de Tucumán, e introduziu, no retorno, escravos, roupas e materiais para a fabricação de açúcar. Essa nova via estimula o comércio em algumas cidades pampeanas, entre a que se encontrava Santa Fé, mas principalmente em Buenos Aires, que era porta de ingresso e saída ao território através do rio da Prata (PUIGGROS, 1969).

Foi transcendental a nova via aberta por iniciativa de Vitória ao intercâmbio de mercadorias europeias com o ouro e a prata do interior do continente, iludindo a fiscalização e o monopólio espanhol. Ao sistema de mercado único - a feira de Portobello que abastecia a toda a América hispânica - e da via comercial única: *Portobello-Callao, Potosí-Tucumán*, se opunha um novo sistema que, à margem do estrito monopólio dos comerciantes de Cádiz, unia diretamente o Alto Peru e Tucumán com o comércio e as manufaturas das nações de capitalismo mais dinâmico da Europa. O caminho do norte não podia competir com o caminho do sul. O primeiro, além de ser muito mais extenso e dificultoso levava uma carga de estancamento feudal, um domínio pré-capitalista, ligado a um monopólio imposto de maneira artificial. O caminho do sul acercava esses territórios aos germens do capitalismo e às consignas de progresso e liberdade da burguesia europeia.

Atento a isto, em Córdoba o Rei instalou uma aduana interior no início do século XVII, que cobrava, por direitos de trânsito 50% do valor das mercadorias e controlava o fluxo de moedas. Esta aduana tinha como finalidade impedir que as mercadorias europeias ingressadas por Buenos Aires chegassem até o norte e que os metais de Potosí saíssem ao exterior. Dificultando o comércio inter-regional, essa aduana era funcional aos interesses dos comerciantes de Lima, aliados ao monopólio de Cádiz, e servia para frear o comércio estrangeiro que ingressava pelo Rio da Prata.

Os comerciantes portugueses, com a fundação de Buenos Aires e a junção de Portugal à coroa de Espanha no ano de 1580, também souberam aproveitar essa nova rota comercial ao introduzir suas mercadorias, e principalmente escravos africanos, às colônias espanholas. Em 1588, com a derrota da Armada Invencível por parte dos ingleses, inicia-se o declínio do domínio espanhol nos mares e a ascensão da Grã Bretanha como potência marítima mundial.

b) A região de *Cuyo*

Conformada pelas províncias de Mendoza, La Rioja, San Juan, e San Luís, esta região se especializou principalmente na elaboração de licores, vinhos e aguardente, que eram comercializados em Potosí, Paraguai, Litoral e Tucumán. O elevado número de dias de sol no ano, as condições áridas do seu clima e água abundante proveniente do degelo das montanhas, geravam ótimas condições para o cultivo dos vinhedos. Além disso, os indígenas dominados pelos *encomenderos* também produziam frutas e hortaliças, bem como tecidos, chapéus, sabão, farinha, carne salgada e cestas de palha. *Cuyo* permaneceu vinculado comercialmente ao Pacífico e ao Atlântico durante todo o período colonial (ROCCATAGLIATA, 1998).

c) Paraguai e as missões jesuíticas

A mercadoria mais generalizada, e talvez a mais importante no comércio inter-regional colonial de todo o vice-reino do Peru, era a erva mate, cujas plantações em Paraguai curiosamente eram chamadas de "minas". Originária do Paraguai era produzida pelos *encomenderos*

paraguaios e pelas Missões Jesuíticas, sob o rigoroso trabalho dos índios guaranis.

Seu consumo se estendeu por todo o continente. Índios, negros, mulatos, mestiços, *encomenderos*, funcionários públicos, todos consumiam com muita frequência essa infusão. A produção de erva mate deu origem à exploração mais metódica, racional, e completa do trabalho indígena na América.

Em 1650, os Jesuítas possuíam 33 grandes estâncias, se estendendo principalmente pelas margens dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, até Rio Grande do Sul. As missões eram lugares de trabalho forçado, onde o índio era obrigado a render ao máximo das suas capacidades. O medo de ser caçado pelos bandeirantes portugueses ou a vontade de fugir dos *encomenderos* faziam com que os índios acabassem por ficar nas missões. Os jesuítas tinham sobre os *encomenderos* laicos a vantagem de reconhecer a personalidade humana do índio, porém não como um igual. Respeitaram vários dos seus costumes, entre eles o idioma, e utilizaram efetivos métodos persuasivos através da catequese e a arte.

Apesar de o trabalho ser comunitário, as grandes fortunas que os jesuítas conseguiram extrair dos índios nunca foi repartido entre eles, como tampouco eram os índios os proprietários dos meios de produção. Os índios das reduções jesuíticas não prestavam nenhum tipo de serviço ou tributo ao rei nem aos espanhóis, tampouco participavam das guerras, mas representavam um gasto para a Coroa que devia aportar dinheiro para sua catequização (PUIGGROS, 1969).

As missões produziam arroz, trigo, algodão, cacau, uvas, cana de açúcar, tabaco, frutas e, sobretudo, erva mate. Possuíam grandes campos de pastoreio, bosques e rochas suficientes de onde extraíam os materiais para edificar seus edifícios. Elas chegaram a constituir, em 1753, uma população de 150.000 habitantes, dos quais cerca de 500 eram padres e o restante índios e escravos. Quando foram expulsos, em 1767, havia 500 jesuítas repartidos em doze colégios religiosos, uma Casa de Residência, mais de 50 estâncias (10 das quais estavam localizadas na província de Santa Fé), 33 povoados de índios guaranis e 12 de avipones e mocovís. Constituíam um verdadeiro Estado dentro do Estado espanhol. As missões eram poderosos feudos jesuítas, que se organizaram sobre a base da propriedade primitiva indígena, que não foi destruída senão que foi adaptada às novas necessidades, racionalizada economicamente e, até certo ponto, protegida.

Valendo-se dos conventos da Ordem, disseminados por todo o continente, os jesuítas estenderam uma rede de intercâmbios que abarcava dezenas de povoados. O centro mineiro de Potosí recebia boa parte dos produtos das missões (entre eles, erva, tecidos e alimentos). Santa Fé converteu-se no porto de entrada da erva mate ao interior do continente, produto que descia águas abaixo pelo rio Paraná e transportado por carretas no interior. Os conventos da Companhia de Jesus eram grandes centros de comércio onde também era outorgado crédito aos *encomenderos*, que não raras vezes caíam nas mãos da usura e do monopólio jesuíta, que lhes impedia se desenvolver e com os quais entravam freqüentemente em conflito (PUIGGRÓS, 1962).

O monopólio jesuítico entrou em agudo antagonismo com o monopólio mercantil espanhol, mas também com os negócios dos *encomenderos* e com o desenvolvimento regional em geral, e em 1767 a coroa espanhola decretou sua expulsão da América.

d) O intercâmbio interno

Dois caminhos principais comunicavam os povoados argentinos durante o período colonial. O primeiro partia desde Buenos Aires e chegava a Potosí, fazendo escalas em Córdoba, Tucumán e Jujuy, e com ligações para Santiago del Estero e Salta. O segundo unia Mendoza com Córdoba e Santa Fé e chegava até Asunción, pelo rio Paraná.

Por Córdoba passavam os dois caminhos, motivo pelo qual foi se transformando no centro dinâmico do intercâmbio comercial colonial, superando em importância a Tucumán e Santiago del Estero. Em meados do século XVII era a sede permanente dos governadores do Tucumán e também o centro administrativo do Império Jesuíta, através do *Colégio Máximo* (figura nº 2).

Figura 2- Manzana Jesuítica de Córdoba



Fonte: Acervo de Pablo Bender, 2016.

No porto seco de Córdoba o Rei instalou uma aduana interior no início do século XVII, que cobrava, por direitos de trânsito 50% do valor das mercadorias e controlava o fluxo de moedas. Esta aduana tinha como finalidade impedir que as mercadorias europeias ingressadas por Buenos Aires chegassem até o norte e que os metais de Potosí saíssem ao exterior. Dificultando o comércio inter-regional, essa aduana era funcional aos interesses dos comerciantes de Lima, aliados ao monopólio de Cádiz, e servia para frear o comércio estrangeiro que ingressava pelo Rio da Prata.

e) A produção no Litoral⁹

Dispersos ao longo das margens do rio Paraguai até o Rio da Prata havia quatro povoados: Assunção, Corrientes, Santa Fé e Buenos Aires, ainda de reduzida população nos séculos XVI e XVII. Principalmente Buenos Aires e Santa Fé levaram uma existência dura e sacrificada nos primeiros tempos da conquista. A carne sem sal

⁹ A região do Litoral compreende aqui às províncias mediterrâneas argentinas que têm margens sobre os rios Paraná e Uruguai (litoral fluvial): Santa Fé, Entre Rios, Chaco, Corrientes e Misiones. Não se deve confundir com significado que "litoral" apresenta no Brasil.

nem temperos era o alimento principal destes povoados (CERVERA, 1907).

Os habitantes destas regiões pouco se diferenciavam nos seus hábitos de vida e vestir dos índios. A fome e a pobreza do Litoral tiveram por causa principal a escassez de índios úteis para o serviço e o fracasso das *encomiendas*. Os índios viviam nesta região da caça e da pesca. Não só resistiram aos conquistadores como seu nível de organização social e desenvolvimento produtivo não aportavam elementos úteis aos conquistadores, não eram aptos como servos.

Enquanto que em Buenos Aires cada encomenda tinha em média 13 índios e em Santa Fé sete, em San Juan (região de *Cuyo*) a média era de 79 e em Santiago del Estero (*Gobernación del Tucumán*) 98. De acordo com as estatísticas que ordenou levantar o Vice-rei Toledo, no Peru havia 695 encomendas com 325.899 índios de serviço e no Cuzco a média por encomenda era de 600 índios, em Lima 540 e em Charcas 1.100. O proveito que os *encomenderos* do Litoral faziam das suas pequenas encomendas mal cobriam os custos da reprodução da força de trabalho e a catequese dos índios (CERVERA, 1907).

A escassa presença de índios de serviço na sociedade do Litoral fez com que esta não se edifica-se em base ao trabalho indígena, senão a partir do comércio e da caça do gado, realizado principalmente pelos *gauchos*: espanhóis nascidos na América, geralmente de mãe indígena.

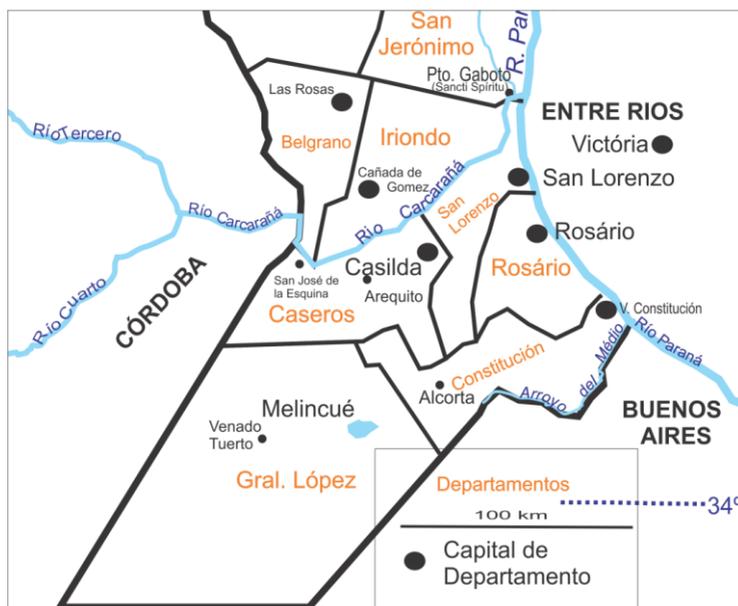
Isolados do Brasil e de Tucumán pelos limites colocados ao comércio, a campanha ia-se povoando de “moços perdidos”, os *gauchos*, que misturados com os índios sobreviviam da caça de gado livre, longe do poder das instituições espanholas e dos padecimentos da cidade, posteriormente seriam incorporados às atividades das estâncias. Os *gauchos* foram os primeiros que deram ao gado um valor de câmbio, ao comercializar através do contrabando os couros e o sebo em troca de roupas, facas, erva e tabaco. O *gaucho* existiu antes da propriedade privada da terra e do gado, sua atividade foi um antecedente das *vaquerías*, enquanto que a exploração comercial do gado pelas classes dominantes tempo depois, viria a negar sua existência.

O Império espanhol, mesmo estando em decadência, e com auxílio da Igreja, conseguiu criar áreas de povoamento que com o passar do tempo estabeleceriam as bases do atual território argentino. Durante a maior parte do período colonial, a região do Litoral foi a área mais periférica e escassamente desenvolvida.

1.6. Santa Fé no período colonial

Mesmo estando localizada numa área periférica do domínio espanhol na América, a província de Santa Fé teve uma fundamental importância na história da configuração territorial da República Argentina, inclusive desde o período colonial. Neste sentido vamos começar destacando o evento acontecido na área que hoje pertence ao sul da província, e que dará início ao complexo processo de reconhecimento e conquista da bacia do rio da Prata. Estamos nos referindo à fundação do forte *Sancti Spiritus*, primeiro povoado espanhol no atual território argentino. O mesmo foi erguido por Sebastián Gaboto, na atual localidade de Puerto Gaboto, no dia 9 de junho de 1527, nas margens do rio *Carcarañá*, na confluência com um braço do rio Paraná chamado Coronda (Figura nº 3).

Figura 3- Área sul de Santa Fé



Localização de *Puerto Gaboto*: (*Sancti Spiritus*), rios e atuais cidades e departamentos. Fonte: Elaboração própria com base na cartografia oficial do Instituto Geográfico Nacional.

A instauração do primeiro enclave espanhol na região do Rio da Prata foi determinante para a vida das sociedades do sul da América, que com o tempo geraria uma nova via de entrada e saída das produções pelo Atlântico, disputando e complementando a via comercial peruana.

A partir da conquista do México (1519-1522) o processo de exploração e colonização do território americano se acelerou. Enquanto os espanhóis se apoderavam do Estado Asteca, *Hernando de Magallanes* visitava o rio da Prata na sua viagem para o Extremo Oriente pela rota do sul, depois de que o estuário fora descoberto por Juan Dias de Solis, que morreu em mãos de guaranis nessa missão.

Anos depois, Carlos V contratou ao veneziano Sebastião Gaboto para uma viagem destinada às ilhas Molucas na procura de especiarias, seguindo o caminho de Magalhães, que descobriu o estreito que leva seu nome, conectando o Atlântico com o Pacífico. Gaboto partiu com aproximadamente 200 homens em 1526, desde o porto de Sanlúcar de Barrameda, na província de Cádiz (VITTORI, 1998).

Depois de fazer escala nas ilhas Canárias, Gaboto chegou a Pernambuco, no Brasil, e posteriormente à ilha de Santa Catarina, onde escutou histórias acerca de um território localizado ao sul, onde abundavam os metais preciosos, decidindo arbitrariamente modificar a viagem encomendada pela Coroa espanhola.

Foi em finais do século XV e princípio do XVI que as nações da Europa sentiram a necessidade urgente de procurar novos caminhos para Ásia. As repetidas conquistas dos turcos interceptaram praticamente todo o comércio que fazia o continente pelos portos italianos do Mediterrâneo, via Alexandria. Os homens de negócios começaram a considerar os dados expostos por Colombo, que assegurava ter chegado ao Japão pelo Atlântico, resolvendo assim o problema de encontrar uma nova rota para os países que comercializavam as ricas especiarias, necessárias para abastecer os mercados consumidores europeus. Como Colombo não tinha trazido estas mercadorias, foram sendo exploradas as costas do litoral americano, e assim os portos do Atlântico começaram a ter uma movimentação até então desconhecida.

A expedição desse novo caminho descoberto por Magalhães passa então para o comando do genovês Sebastiano Gaboto, sucessor de Solis no cargo de *Piloto Mayor de la Casa de Contratación de Sevilla*,

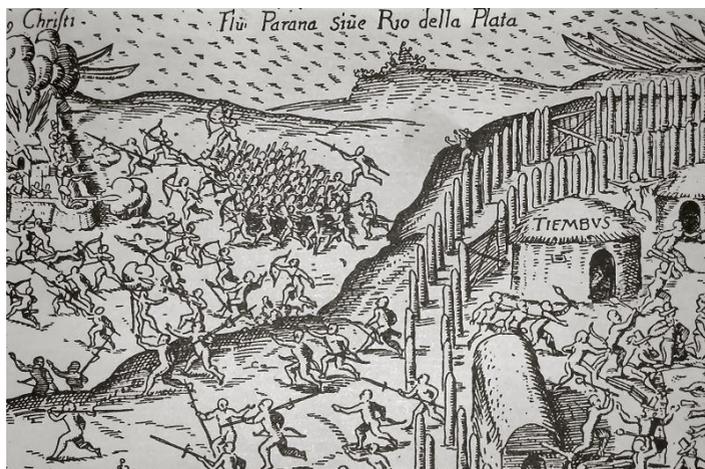
mas no transcurso abandonou sua missão para entrar no Rio da Prata, na procura do *Rei Branco* e seus metais preciosos¹⁰.

Talvez pelos perigos que implicava a circunavegação do globo naquelas condições técnicas, o medo ao escorbuto e a falta de água que havia sofrido a expedição de Magalhães, Gaboto e sua tripulação tenham decidido abandonar sua primitiva missão. Temos que lembrar que naqueles anos não se conheciam os desvios da bússola, não haviam cartas marinhas sobre as novas terras e os mapas da época continham muitos erros. Tampouco se conhecia a marcha dos ventos e das marés, a latitude era difícil de ser calculada, e se fazia mediante um aparelho muito complexo: o astrolábio; enquanto que obter a longitude era ainda mais complicado e inexato de medir.

Numa das ilhas do estuário do Rio da Prata Gaboto encontrou-se com um sobrevivente da expedição de Solis, que morava com os índios e que talvez houvesse sobrevivido ao massacre por ser ainda muito jovem. Ele confirmou os boatos acerca da abundância de metais preciosos terra adentro. Continuando rio acima, Gaboto desembarcou nas confluências do rio *Carcarañá* e o braço do Paraná (depois chamado de Coronda) e levantou um fortim e uma torre de vigia com a ajuda dos indígenas. Os vestígios do antigo forte de Gaboto foram achados no ano de 2011 e hoje esse lugar é um sítio arqueológico que está sendo estudado por arqueólogos (figuras nº 4 e 5).

¹⁰ A lenda de Rei Branco surge com as expedições de Juan Dias de Solis, a quem os índios das costas de Santa Catarina tinham lhe afirmado conhecer, e que governava a "Serra do Prata". Outras lendas semelhantes estavam relacionadas à existência da Cidade dos Césares e Eldorado (cidade feita de ouro maciço). Esses lugares nunca foram descobertos mas é provável que a Serra do Prata tenha feito referência a Potosí, descoberto por expedicionárias que vieram desde Peru, em 1545.

Figura 4- Representação do fortim de Sancti Spiritus



Destruição do Forte Sancti Spiritus. Imagem realizada entre os anos 1535 e 1554 por Ulrich Schmidl.

Figura 5- Forte Sancti Spiritus nas representações do século XVI



**Detalhe do mapa: *Plata Americae Provincia*, de Giovanni Magini, 1597.
Fonte: mapoteca do Archivo General de la Nación.**

É provável que Gaboto pensasse que o *Carcarañá* se tratava do “rio que descia das minas” (o *Pilcomayo*), que vem das montanhas

andinas da Bolívia, mas localizado uns 780 km mais ao norte. Os informes obtidos procediam de pessoas que jamais tinham estado nessas minas. Como a expedição de Gaboto tinha saído para chegar às Índias Orientais e não para colonizar, não levavam consigo ferramentas, mulheres, animais ou sementes. Só alguns grãos de trigo foram achados entre as madeiras do barco e semeados, obtendo-se logo depois a primeira colheita de trigo da atual Argentina. Com o tempo, devido às condições precárias de sobrevivência, os brancos espanhóis foram se transformando numa "nova tribo de índios" (CERVERA, 1907).

Entretanto, o Rei da Espanha acreditava que Gaboto estava nos mares de Oceania e outro navegante, Diego Garcia, foi contratado para explorar a bacia do Rio da Prata, que, seguindo pelo rio Paraná, encontrou-se com Gaboto e os espanhóis do forte *Sancti Spíritus*. Deixando os pleitos para mais adiante, ambos decidiram explorar a bacia com a finalidade de descobrir as desejadas terras do *Rei Branco*, mas depois de muito explorar viram apagadas suas ilusões: não havia metais preciosos em lugar algum. Enquanto os dois chefes exploravam os rios e terras da bacia do Prata, os índios, cansados dos abusos dos brancos, atacaram *Sancti Spíritus*, matando a muitos espanhóis e tomando suas armas. Garcia, Gaboto e os sobreviventes voltaram para Espanha deixando para trás várias crianças mestiças e alguns soldados cativos dos índios. Gaboto foi julgado por desobediência em Madri, mas tempos depois recebeu o perdão do Rei. Não obstante o fracasso de Gaboto em confirmar a existência ou não da "cidade dos Césares", do "Rei Branco" ou *Eldorado*, ele logrou cartografar, pela primeira vez, a bacia do Rio da Prata no seu famoso mapa-múndi, hoje conservado na Biblioteca Nacional de Paris, e do qual colocamos um fragmento, onde além dos rios hoje chamados de *Carcarañá*, Paraná, Uruguai, Paraguai e Prata, podemos identificar as *Sierras Cordobezas* (figura nº 6)(CERVERA, 1907; BUSANICHE, 2005).

cabeças de gado trazidas da Espanha, e que tinham escapado da cidade, começaram a se reproduzir rapidamente na região pampeana (LUNA, 1993).

Como ponto de apoio, durante a estadia de Mendoza, *Juan de Ayolas*, posteriormente governador nominal do Paraguai e Rio da Prata, havia fundado um novo fortim no atual território santafesino, um pouco mais ao norte de Sancti Spiritus, que chamou Corpus Christi, e que tempo depois mudou de nome para Buena Esperanza, mudança ocorrida por considerarinadequado o primeiro sítio. Mas este novo povoamento também fracassou pelos constantesataques indígenas. Ayolas, empenhado em chegar ao Peru via rio da Prata, seguiu peloParaná e o Paraguai fundando outro forte: La Asunción (hoje capital do Paraguai), onde foram morar alguns dos sobreviventes de Buenos Aires, ficando esta completamente deserta. Assim, até meados do século XVI, o único assentamento estável na bacia do Prata era *Asunción*, integrado por umas 600 pessoas de ambos sexos, que com o passar do tempo e o total esquecimento por parte das autoridades espanholas, ia se mestiçando (ALVAREZ, 1910).

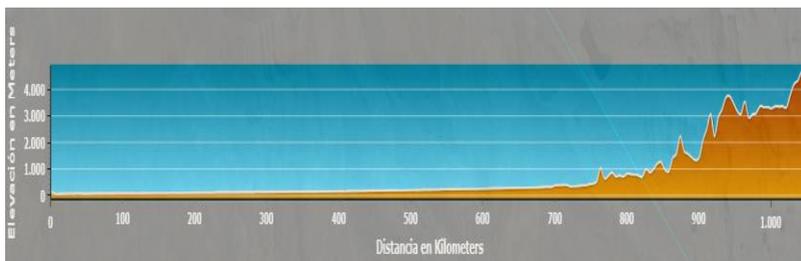
Desde o abandono de Corpus Christi, passaram 34 anos sem que nenhum espanhol se instalasse em terras santafesinas. Enquanto isso acontecia, o Papa Paulo III declarava oficialmente que os índios tinham alma, fato que gerará algumas mudanças na legislação espanhola em favor destes, sem que isto signifique que o cumprimento das novas normativas tenha sido efetivo.

1.7. Primeira fundação de Santa Fé

Depois de penosas excursões de reconhecimento, os homens de *Asunción* ficaram convencidos de que o caminho para o Peru era perigoso e difícil, devido aos marcados acidentes geográficos, ao denso bosque que cobre boa parte do caminho, à presença dos índios e às alturas superiores a 4.500 metros presentes no trajeto (figuras n° 7 e 8). Desta maneira voltaram seus olhos novamente para o Rio da Prata, única via de comunicação com Europa, pensando também nas possibilidades de aumentar a independência com relação ao Peru. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca foi o primeiro espanhol em chegar desde a ilha de Santa Catarina até Asunción sem entrar pelo rio da Prata, viagem na qual também descreveu pela primeira vez ao mundo ocidental as nascentes do rio Uruguai e as Cataratas do Iguazu. Mas esse caminho

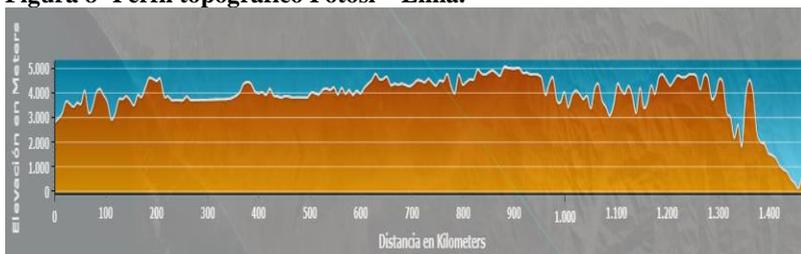
também oferecia muitas dificuldades para ser transitado e estava sob influência portuguesa.

Figura 7- Perfil topográfico Asunción del Paraguay – Potosí



Fonte: Elaboração própria, com ferramenta disponível em ide.ign.gob.ar/portal

Figura 8- Perfil topográfico Potosí – Lima.



Fonte: Elaboração própria, com ferramenta disponível em ide.ign.gob.ar/portal

Tampouco era fácil a viagem desde Europa via rio da Prata: quatro meses de travessia oceânica até Buenos Aires e uns dois meses a mais para chegar a *Asunción*, via rios Paraná e Paraguai contra a correnteza, que só podia ser vencida quando soprava vento do sul. A navegação nesse trecho se efetuava durante o dia, devido ao perigo que apresentavam as inumeráveis ilhas e bancos de areia presentes nestes rios. Também era impossível conseguir aprovisionamentos no trajeto devido à falta de portos, e só eram conseguidos novos alimentos no trajeto quando os soldados desciam para caçar, deixando secar a carne no sol para pegar novamente durante o regresso (BUSANICHE, 2005).

Esta necessidade de ter portos no trajeto da Europa até Assunção levou a Juan de Garay a tentar a fundação de novas cidades e para esse fim equipou modicamente a sete espanhóis e 70 *criollos*, com

alguns cavalos, arcabuzes e uma forja velha. Com esses homens e escassos elementos acampou e posteriormente fundou a cidade de Santa Fé, no local onde hoje se encontra a cidade de *Cayastá*, dependendo administrativa e politicamente da *Gobernación del Paraguay* até o ano de 1617 (figura nº 9), quando se cria a *Gobernación del Rio de la Plata* com capital em Buenos Aires (VITTORI, 1998).

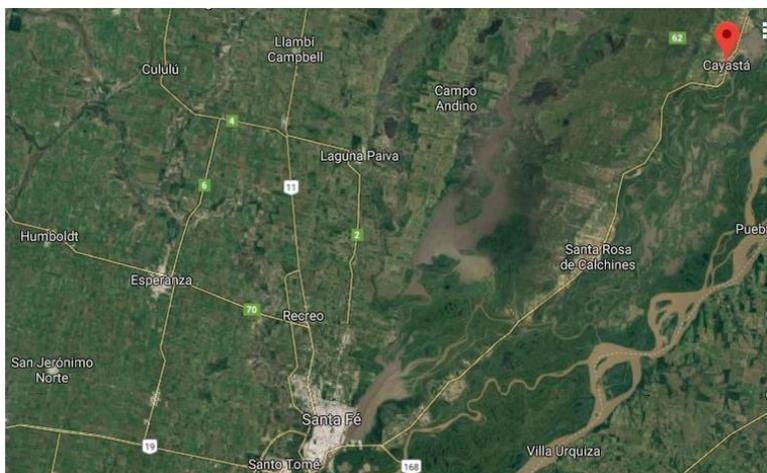
Figura 9- Mapa da Gobernación del Paraguay e antiga localização de Santa Fé



Fonte: mapoteca do Archivo General de la Nación.

O lugar escolhido, sob o vale de inundação do Paraná (figuras nº 10 e 11) não podia servir como porto de barcos de grande calado porque estava localizado na margem de um pequeno braço do rio. Como porto do interior também não servia porque no caminho para Tucumán, pelo oeste, devia atravessar pelos rios Salado e Saladillo, desprovidos de pontes, além de ter que atravessar espinhosos e perigosos bosques. Neste sentido, a localização do velho forte *Sancti Spiritus* era muito mais proveitosa como porto e conexão de caminhos (VITTORI, 1998).

Figura 10- Cayastá e Santa Fé



Local da primeira fundação de Santa Fé, sobre o vale de inundação do rio Paraná. Fonte: googlemaps.com, 2017.

Figura 11- Parque arqueológico Santa Fé La Vieja



Na atual cidade de Cayastá. Fonte: <http://www.santafelavieja.gob.ar/> Acesso 10 janeiro de 2017.

Mas por que Garay funda Santa Fé num lugar tão inadequado? Desde o princípio a ideia era fundar uma cidade nas proximidades do

antigo forte *Sancti Spíritus*. Mas na sua viagem de exploração havia-se encontrado na desembocadura do rio *Carcarañá* (cujos afluentes nascem nas *sierras cordobesas*) com o fundador de Córdoba, o conquistador Jerônimo Luis Cabrera, quem procurava estabelecer um porto nas proximidades de *Sancti Spíritus* para sua recém-fundada cidade, que era parte da *Gobernación del Tucumán*. Esse encontro ia derivar em um conflito jurisdicional que afetaria ambas as partes (ALVAREZ, 1910).

Garay disse a Cabrera (que tinha um cargo político-militar mais elevado), que já havia fundado a cidade de Santa Fé, mesmo que ainda estivesse explorando e só houvesse instalado um acampamento num lugar bastante inadequado na atual cidade de Cayastá. E o fato de ter o título de *Adelantado del Rio de la Prata* conferia-lhe jurisdição sobre a região que Cabrera pretendia colonizar. Depois de vários anos de litígio, a audiência de Charcas atuou em favor de Santa Fé, o que levou Córdoba a se tornar mediterrânea e desconectada, pelo menos parcialmente, do eixo fluvial, enquanto que a cidade de Santa Fé, mal localizada, sofreria com as enchentes dos rios, os ataques dos índios do Chaco, e por estar demasiado ao norte, deficientemente conectada das cidades do oeste. *Sancti Spíritus*, que era um local estratégico e elevado, ficaria abandonado, localização que a partir do século XVIII seria aproveitada pela *Villa del Rosario* (atual cidade de Rosário), na área sul santafesina, de pujante crescimento como porto natural e protegida dos ataques indígenas por fortes e povoados próximos (CERVERA, 1907).

Quando Garay volta ao acampamento, funda efetivamente Santa Fé no dia 15 de novembro de 1573, sem que nesse ato estivessem presentes sacerdotes, como era costume, porque nenhum deles queria ir para aquele lugar (ALVAREZ, 1910). Num rancho de palha e barro instalou-se o Cabildo, e as terras e alguns poucos índios foram distribuídos entre os conquistadores, com preferências para os espanhóis. Os territórios que compreendia a jurisdição de Santa Fé são aproximadamente os que atualmente ocupa (exceto ao norte, onde ganhou superfície), somados os da "outra banda do Paraná", isto é, a atual província de Entre Rios, que se separou de Santa Fé em 1814. A

ata de fundação de Santa Fé, ao contrário das atas inaugurais de Córdoba e Buenos Aires¹¹, precisava seus limites jurisdicionais:

Otro sí, nombro y señalo por jurisdicción de esta ciudad: por la parte del camino del Paraguay y hasta el cabo de los anegadizos chicos y por el río bajo, camino de Buenos Aires, veinticinco leguas más abajo de Sancti Spiritus, y hacia las partes del Tucumán, cincuenta leguas a la tierra dentro desde las barrancas de este río y de la otra parte del Paraná, otras cincuentas (Ata fundacional de Santa Fé, 1573, Archivo Histórico de Santa Fe).

Do pleito entre Cabrera e Garay pelo domínio das terras que existiam na margem do rio Paraná podemos verificar a origem de um interessante sucesso ocorrido em 1580, que se conhece com o nome de “Revolução dos Sete Chefes”, e que de alguma maneira pode ser considerado como o antecedente mais remoto da Independência Argentina. Aconteceu de que alguns vizinhos mestiços da cidade de Santa Fé, incitados pelo governador de Tucumán (que ainda guardava a esperança de obter uma saída ao rio Paraná), prenderam as autoridades espanholas santafesinas e exibindo propósitos separatistas pretenderam expulsá-las e governar por conta própria. Foi um impulso dos habitantes nascidos na América ante a discriminação segundo a origem na entrega de cargos públicos e melhores terras. A revolta foi rapidamente sufocada e todos os conspiradores foram decapitados. Essas políticas que privilegiavam aos nascidos na Espanha em detrimento dos *criollos* demonstravam o atraso feudal espanhol e só vão mudar em finsdo século XVIII, pouco antes da independência.

Nos primeiros anos da sua fundação, Santa Fé era um território de escassa importância a nível econômico; o comércio se realizava por troca e o próprio Cabildo estabelecia as quantidades equivalentes dos gêneros, porque quase não havia moedas. Também faltavam braços para trabalhar, não havia brancos suficientes para realizar grandes colheitas, nem índios, tampouco os escravos africanos podiam ser

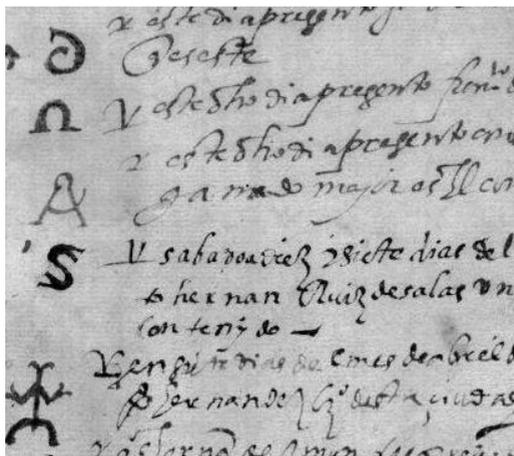
¹¹ A falta de limites claros de Buenos Aires e Córdoba foi um fator de constantes conflitos jurisdicionais com Santa Fé, sobretudo pelo disputa dos territórios onde podia-se caçar gado (*vaquerias*).

adquiridos em abundância pelos santafesinos. Juan Alvarez (1910) comenta que com todas as rendas municipais da cidade só poderiam ter comprado um escravo por ano. Não obstante, o comércio de negros com Potosí via Buenos Aires, cidade que tinha sido fundada novamente por Garay em 1580, oferecia vantagens: a metade do custo que significava importá-lo desde Peru, via Panamá.

A pecuária santafesina nos tempos de Garay somava, aproximadamente, umas 3.000 cabeças, entre ovelhas e bois, localizados numa estreita faixa junto a rio Paraná, onde se hidratavam. Existia gado livre no interior, mas de difícil acesso devido aos montes espinhosos do norte santafesino e ao perigo relacionado aos índios.

Com o tempo surgiram interesses em toda a região no sentido de saber a quem pertencia o gado *cimarrón*, o gado que pastava livre nos campos santafesinos, ainda sem donos. Procurando solucionar esse problema, os proprietários santafesinos foram os primeiros da região em utilizar marcas de fogo nos animais, a fim de tentar assegurar a propriedade dos mesmos (BENASSI, 2015). No ano de 1576 já são registradas as marcas no Cabildo, algumas das quais podem ser observadas ao costado esquerdo da figura nº 12, correspondente à ata do dia 14 de novembro daquele ano:

Figura 12- Primeiras marcas de gado registradas na região pampeana



Fonte: Atas do cabildo de Santa Fé. Tomo I Primera Serie, I-1-1/f.10.

Os herdeiros dos antigos conquistadores, que não raras vezes falsificavam sua linhagem, afirmavam ante os tribunais serem os legítimos proprietários do gado livre, argumentando vagamente que foram aqueles que o tinham introduzido na região. Entre os que frequentemente pleiteavam, se encontrava o poderoso Hernandárias, sócio político dos jesuítas e governador do Rio da Prata e do Paraguai, que pediu ao Rei a proibição de matar gado selvagem. Garay, pelo contrário, sensível aos pesares dos crioulos, argumentava em favor destes (BARSKI, GELMAN: 2001; ALVAREZ: 1910)

Por outro lado, os chamados “frutos da terra” em Santa Fé eram escassos e as importações superavam amplamente as exportações. No início do século XVII, a situação desde a fundação não tinha melhorado significativamente e o volume do comércio era muito reduzido. Os buques estrangeiros tinham terminantemente proibido o comércio na América espanhola sem permissão da metrópole. As mercadorias produzidas na bacia do Prata eram tão escassas que a “*Casa de Contratación*”, que realizava o comércio com a Espanha, não tinha bons motivos para mandar seus barcos para essa região. Tudo isto propiciava o comércio clandestino de barcos estrangeiros em Buenos Aires, que introduziam suas mercadorias para serem vendidas no interior, mesmo sob o protecionismo Peruano na aduana de Córdoba, que cobrava o 50 % do valor para deixá-las passar (RAMOS, 2012).

Em 1604, Felipe III estabeleceu uma série de políticas progressistas que procuraram levar um ar de modernidade ao Império espanhol. Entre essas medidas se destacam o tratado de Londres, que estipulou a liberdade de comércio com Inglaterra, fato que beneficiou ao Rio da Prata. Além disso, decretou a “*Ley de la Langosta*” (lei do gafanhoto), que ordenava combater essa praga, incluindo a Igreja, geralmente eximida das contribuições públicas, proibindo também que os sacerdotes pudessem ficar com os bens de defuntos. Mas com a morte de Felipe em 1621, e depois dessa leve “primavera econômica”, a situação social em Santa Fé, um pequeno vilarejo perdido no monte chaquenho, foi piorando; em 1640, devido à guerra com Portugal, cessou o comércio com o Brasil (ALVAREZ, 1910).

Santa Fé não tinha meios de sobrevivência e a principal causa desse problema era a localização que havia estabelecido Garay. Além de não contar com porto de águas profundas, o mesmo Garay tinha fundado novamente “águas abaixo” a principal concorrente de Santa Fé: a cidade de Buenos Aires. E se no início Santa Fé foi pensada como um porto do interior, toda a política desenvolvida com os povos mediterrâneos foi de

inimizade e disputas, começando com aquele que Garay teve com Córdoba e Tucumán pela posse das terras do sul santafesino, às margens do Paraná.

O lugar também estava povoado pelos índios do Chaco, os quais eram muito combativos, enquanto que a falta de ferro fazia com que os santafesinos tivessem que se defender com precárias armas de madeira. Mesmo o fundador Juan de Garay foi morto pelos índios em 1583. Pouco a pouco a vida no vilarejo foi se tornando insuportável. Além disso, também sofriam com as inundações, a seca, as doenças e as invasões de gafanhotos. Os mercadores que iam de Córdoba ou Tucumán até Buenos Aires, nunca passavam por Santa Fé por estar localizada demasiado ao norte como ponto de passagem, além dos rios que deviam ser atravessados no caminho.

Outro dos graves problemas que sofria a cidade e que determinou sua mudança foi o fato de que o rio começou a corroer as margens, levando consigo, neste processo erosivo, parte da cidade, obrigando ao Cabildo a exigir contribuições em mão de obra para tentar reparar os danos causados pela água:

Se ordena a los propietarios de las chacras del pago de arriba con un indio o negro para la reparación que se pretende poner de que el río de esta ciudad no entre y se robe parte de esta ciudad como amenaza. Los trabajos quedaron bajo la vigilancia del alcalde Fernández Montiel Alonso (Ata do cabildo de Santa Fé do dia 9 de Junho de 1648, tomo III A, *I-1-1/II-F.90-I-1-1/II-F.91).

Depois das inundações de 1648 e dos períodos de seca e gafanhotos de 1647 e 1653, já quase não ficavam dúvidas de que a cidade deveria ser localizada mais ao sul. Muitos vizinhos tentaram se mudar para Córdoba ou Tucumán, mas abandonar a terra estava proibido nas colônias espanholas da América sem a permissão do Rei (ALVAREZ, 1910; CERVERA, 1907).

1.8. Segunda fundação de Santa Fé

A fundação de uma nova cidade esbarrava na dificuldade de encontrar terras disponíveis nas proximidades do rio haja vista já estarem em sua maioria com proprietários e, nas mais distantes, ou

havia indígenas ou não havia madeira suficiente. Talvez por isso, o lugar, a cerca de uns 80 km mais ao sul, fosse igualmente mal escolhido como da primeira vez. Isto considerando ser constituído por terras baixas com muita areia, sujeito às inundações dos rios Salado e Paraná, pois, a cidade foi novamente localizada sobre um braço deste último escassamente navegável e fechado para barcos de ultramar. Para a comunicação com o interior se evitava atravessar o rio Saladillo, mas não o rio Salado, que por outro lado, nunca foi útil como via de comunicação fluvial. Tinha, não obstante, uma única vantagem: rodeada de água por três lados, com um fosso e uma trincheira, sua defesa estaria completa.

Entre 1650 e 1660, os povoadores foram-se mudando para suas novas residências localizadas conforme estavam na antiga cidade. Nestas condições a vida dos santafesinos não mudou significativamente e depois dos 10 anos que tardou a mudança, a pobreza, a falta de ferramentas, armas e vestimenta, permaneceram. As roupas dos habitantes de toda a região eram muito simples, sem costuras: o poncho por cima e uma manta que se passava por baixo das pernas, a modo de calça. Crânios de vaca faziam de cadeiras, omoplatas de boi serviam para trabalhar a terra, cornos de copos e com couros se faziam cordas e botes. Sem garfos nem colheres o facão servia para comer a carne, quase sempre sem sal, base da alimentação da população. Como botas eram utilizados os couros das patas dos cavalos. Com o tempo essa foi a vestimenta tradicional do *gaucho* argentino. Uma chaleira para esquentar a água do mate, o cavalo, a sela, as boleadeiras e um laço completavam todo o mobiliário dos mestiços nascidos na região do rio da Prata.

Para piorar a precária situação, os ataques dos índios foram sendo cada vez mais intensos e a população que morava na campanha foi se aproximando dos arredores do precário povoado santafesino. Pouco a pouco a primitiva cidade também foi ficando deserta devido à miséria e aos ataques dos índios, que montados a cavalo, causavam terror na população. Num contexto já problemático, por volta de 1700, o rei Carlos II veio a falecer, ficando no trono Felipe V, que teve que enfrentar várias frentes de guerra.

1.9. Problemas com Buenos Aires no período colonial

A princípio dos anos 1700, o Governador de Buenos Aires, que tinha poder sobre a jurisdição santafesina, estabeleceu uma ordenança que proibia a caça de gado e a obtenção de banha em todo o território da *Gobernación* de Buenos Aires sem autorização do cabildo dessa cidade. O negócio da caça do gado "livre" era a principal e quase exclusiva atividade econômica da região do Litoral, e já desde o século XVII Buenos Aires vinha outorgando aos proprietários permissões para realizar as "*vaquerias*", que se estendiam até as "*sierras*" de Córdoba e sobre os campos santafesinos. Mas Santa Fé, que como foi dito dependia política e administrativamente da *Gobernación* de Buenos Aires, pouco podia fazer para impedi-las e, inclusive, a partir dessa ordenança deveria solicitar licenças para realizá-las mesmo no seu próprio território, gerando reclamações, prejuízos econômicos e até situações de desabastecimento alimentar na população santafesina:

Manifiesta se un despojo violento del derecho de los vecinos” y del Cabildo, al no poder disponer de sus haciendas y privar al cuerpo de la “regalía” de conceder las licencias.

A tal punto llegó la necesidad de la población al cerrar el Gobernador las vaquerías y la falta de abasto para el consumo de los vecinos, que determinó que la gente pobre se comiera los toros muertos en las corridas hechas en honor de San Jerónimo, Patrono de la ciudad (Ata do Cabildo de Santa Fé do dia 6 de dezembro de 1711, tomo VII, VII f86 a 108v).

Por motivos como este, Santa Fé procurava, ante as autoridades que a representavam em Buenos Aires, o respeito dos seus limites territoriais, os quais, diferente de Buenos Aires, tinham sido formulados na ata de fundação:

Se resuelve sacar copia del acta de fundación de Santa Fe a los efectos de solicitar amparo ante el Gobernador Manuel Prado Maldonado, sobre la jurisdicción de esta ciudad en Buenos Aires, designándose al alcalde Tomás de Guereñú, Procurador de Santa Fe ante dicho mandatario para obtener la anulación del auto que prohíbe las

vaquerías, grasas y sebos (Ata do Cabildo de Santa Fé do dia 15 de fevereiro de 1700, tomo VI, VI f 216 a 217).

Outra das fontes de conflitos entre essas cidades estava relacionada à frequente ajuda que era exigida a Santa Fé por parte da capital da Governação do Rio da Prata no combate aos índios, serviço que não era correspondido quando acontecia uma situação inversa. Buenos Aires tinha conseguido na *Audiencia de Charcas*, no ano de 1640, autorização para não ter a obrigação de acudir a ajudar em caso de ataques de tribos indígenas em cidades vizinhas. Estas exigências provocaram o protesto do procurador da cidade de Santa Fé Antônio Suarez:

Que la asistencia de esta gente al puerto de Buenos Aires se repartiara entre Córdoba, Paraguay y Santa Fe, y no exigirlo a esta sola, habiendo temor de que se despueble, siendo la principal causa de ello las molestias y vejaciones que se hacían de ellos, así feudatarios o no, obligándolos a ir al puerto de Buenos Aires, distante 100 leguas y mas, deteniéndolos allí 6 u 8 meses, sin dejarlos volver a mirar por su hacienda, siendo causa de que a pura necesidad, perecen sus mujeres e hijos, y muchos, que por verse desnudos y descalzos, y por no poderse sustentar, huyen de esta ciudad y se van a las provincias del Perú, dejándola desamparada y expuesta a los indios calchaquíes, que todos los días entran a robar y a matar CERVERA, 1907, p: 354).

Outro foco de conflitos estava relacionado à designação de autoridades. A nomeação de *Tenientes de Governador* (o que poderíamos comparar com a figura de um prefeito) e do *Alfarez Real* (cobrador de impostos) para a cidade de Santa Fé eram cargos vendidos e outorgados em Buenos Aires. Santa Fé não podia dispor das suas próprias autoridades, senão que eles chegavam da capital da *gubernación* e apresentavam seus títulos, fazendo-se responsáveis pela segurança ou administração de um território que não conheciam:

El Capitán Juan José Moreno, Alcalde Ordinario de 2º voto de Buenos Aires presenta título de Teniente de Gobernador de Santa Fe, otorgado por el Gobernador Alonso Juan de Valdez y Inclán, en Buenos Aires, el 16 de agosto, y certificación de haber abonado los \$50 de la media anata. Presenta como fiadores a los Sargentos Mayores Francisco de Casal y Francisco de Noguera Salguero, jura y asume (ata do cabildo de Santa Fé do dia 4 de setembro de 1702, tomo VI, VI – f 324 a 325).

Com as autoridades militares o problema era semelhante:

El capitán Pablo de Aramburu presenta título de alguacil mayor de Santa Fe, otorgado en Buenos Aires por el gobernador Alonso Juan de Valdez y Inclán, y certificación de haber enterado la media annata. Después de constituirse en su fiador el capitán Tomás de Ucedo y Beunza, jura y asume (ata do cabildo de Santa Fé do dia 28 de setembro de 1702, tomo VI, *I-1-1/T. VI-F.329-330v).

Nestas condições, pouco a pouco vai crescendo o mal-estar dos vizinhos e estancieiros de Santa Fé com relação ao poder centralizado e despótico de Buenos Aires, e à ingerência dessa cidade nos assuntos internos santafesinos.

1.10. O povoamento de Rosário, no sul santafesino

O início do século XVIII foi muito problemático para Santa Fé, e não só pela impossibilidade de poder dispor a vontade do gado que se encontrava no seu território, pelo desconforto que causava o envio de autoridades desde Buenos Aires ou pela remissão de soldados santafesinos para essa cidade. Entre as décadas de 1710 a 1740 houve movimentos migratórios internos dentro do território espanhol na bacia do Prata, ligados a conflitos que tiveram duas causas principais: por um lado, a confirmação do tratado de Utrecht em 1713, entre Espanha e Portugal, onde a Coroa de Madri devolve a Portugal a Colônia do

Sacramento, localizada no atual território uruguaio, defronte a Buenos Aires. Esta situação levou as autoridades espanholas a fundar Montevidéu em 1724, com a finalidade de limitar o poder português, e por esta causa, parte da população e dos recursos militares santafesinos e de toda a região pampeana, foram mobilizados para a que hoje é a capital uruguaia (LUNA, 1993, BUSANICHE, 2005)

Por outro lado, as tribos de índios abipones e mocovíes, cuja população se concentrava no rio *Bermejo*, no norte argentino, começaram a se movimentar para o sul a partir do século XVIII, atacando as estâncias do norte de Santa Fé, as quais acabaram por ser abandonadas. Em 1710 uma ofensiva de Tucumán, contra as tribos calchaquíes dessa província, levou a que estas avançaram para o leste, intensificando a pressão sobre a província de Santa Fé, que desta maneira, via-se atacada pelo norte e pelo noroeste. Sob estas circunstancias, muitos povoadores começam a abandonar a cidade, mesmo sendo proibido pelas autoridades de fazê-lo (CERVERA, 1907).

Em 1724, os indígenas rodearam a cidade e fecharam o caminho para Buenos Aires, tomando posição do *Pago de Coronda*, ao sul da cidade de Santa Fé, sobre o rio Paraná. Os corondinos sobreviventes fugiram ao sul do rio *Carcarañá*, naquele tempo denominado *Pago de los Arroyos*, nas proximidades do que depois seria a cidade de Rosário. Os caminhos com Córdoba e Santiago del Estero também foram inviabilizados por esta onda de ataques (CERVERA, 1907; DAMIANOVICH, 2015).

Alguns dos santafesinos que fugiam da cidade cruzavam o rio Paraná e se instalavam na "*Bajada*", atual cidade de Paraná, hoje capital de Entre Rios, que naquela época era uma dependência de Santa Fé. Inclusive, em 1725, o Cabildo analisou a possibilidade de trasladar toda a cidade àquele lugar. Nesse contexto, a *Bajada* foi se povoando e crescendo, motivada por uma relativa estabilidade defensiva e a grande quantidade de gado que existia nas terras compreendidas entre os rios Paraná e Uruguai (DAMIANOVICH, 2015).

Em 1718 assume na governação do Rio da Prata Bruno Maurício Zavala, que trouxe da Espanha instruções para defender Santa Fé, além de 60 soldados das tropas do Rei. Também nesse ano surgem na cidade os impostos chamados de "arbítrios", aplicados ao comércio com Paraguai, com a intenção de que obtivessem recursos para a defesa santafesina. Mas as ataques de aborígenes sobre Santa Fé não eram a única preocupação de Zavala, existia também o problema português em Colônia do Sacramento e revoltas de *criollos* no Paraguai, para os quais

foram enviados boa parte dos 60 soldados destinados a Santa Fé. Criou-se então uma tropa de soldados santafesinos voluntários que recebeu o nome de Blandengues, corpo armado que teria destacada participação um século depois nas guerras de independência e civis.

Mas no que pese às medidas tomadas, os ataques dos índios continuavam e a cidade estava em estado de calamidade. Nesse contexto, os povoadores pediram permissão ao Rei para abandoná-la e edificá-la novamente ao sul do rio *Carcarañá*, mas depois de vários debates nas instâncias judiciais foi proibido terminantemente emigrar a cidade. Essa decisão se fundava em que a sua localização tinha uma importância fundamental para o comércio com Tucumán, Peru, Paraguai e Buenos Aires, além da função de segurança e contenção em relação à fronteira norte. A criação do corpo de Blandengues, o envio de tropas por Buenos Aires, (que num princípio tinham negado a ajuda), a estadia de quatro meses do governador na cidade e o início de uma guerra ofensiva no Chaco entre 1728 e 1729, levaram a tratativas de paz com os caciques e ao estabelecimento de povoados de índios a partir de 1743. A cobrança dos "arbítrios" e a designação de Santa Fé como "Porto Preciso", é dizer: porto e aduana interna, outorgaram maiores recursos para a defesa da cidade.

Terminado o conflito com os índios, muitos santafesinos, mesmo sem permissão, tinham abandonado a cidade e se mudado para a campanha bonaerense, *Bajada del Paraná* ou ao *Pago de los Arroyos* (Rosário), povoando setores onde até esse momento só havia estâncias.

Ao norte do *Pago de los Arroyos* (mas ainda na área sul santafesina), se localizava a grande estância jesuítica de San Miguel e uma *reducción* de índios calchaquês, que outorgavam segurança à área sul santafesina. A topografia desta área também é mais elevada e desde Coronda ao sul o rio se encalha numa falha tectônica que forma "*barrancas*" na sua margem direita, a qual impede as inundações nesse setor. Além disso, existia nesta área, desde o ano 1700, o forte de *Guardia de la Esquina*, no caminho de Buenos Aires a Córdoba, no lugar onde hoje se localiza a cidade de San José de la Esquina. Estas características outorgavam ao sul santafesino melhores condições para o desenvolvimento econômico que a cidade de Santa Fé, encravada sobre terras baixas, inundáveis, menos férteis e em constante luta contra os índios do Chaco.

1.11. A fundação de *Pueblos indígenas* no norte santafesino

Finalizado este violento período de guerra com os índios que durou aproximadamente três décadas, foram se estabelecendo alguns pactos entre brancos e índios. A ata do Cabildo santafesino do dia 27 de junho de 1741 assinala formalmente o início das negociações para o estabelecimento de *pueblos* de índios (chamadas na época de *reducciones*) no norte de Santa Fé, transformando a estes povoados nos primeiros, e por muito tempo, nos únicos assentamentos estáveis do Chaco argentino:

El Teniente Gobernador hace saber que las naciones de indios infieles abipones y mocovíes han solicitado reducción con su tribu, habiendo elegido para el pueblo un lugar en la costa occidental del Paraná. Informa que para la provisión del sacerdote o doctrinante, trató con (...) la Compañía de Jesús, por la predilección que dichos indios tienen por la orden. Por unanimidad, el cuerpo resuelve que se practiquen todas las diligencias necesarias para dicho establecimiento, y dar cuenta al Gobernador (Tomo XI. F. XI f 53 a f 54v. Cabildo de Santa Fe: 27 jun. 1741).

Desta maneira, entrando o século XVIII, depois dos enfrentamentos que dizimaram a cidade, a estratégia política e diplomática desempenhada por governadores, sacerdotes e chefes tribais dão origem às *reducciones* de *San Javier*, em 1743, *San Jerónimo del Rey* em 1748, observados na figura nº 13, além de *Concepción de Cayastá*, em 1750 (dirigida por Franciscanos); e a *reducción* de San Pedro, que nasce em 1765 mas é abandonada dois anos após com a expulsão dos jesuítas da América (LUCAIOLI, C. 2015). Há que se considerar que se as reduções garantiam a paz com as cidades próximas às mesmas (forçadamente aos índios, diga-se de passagem), e neste caso com Santa Fé, elas não evitavam que sua população realiza-se *malones* e *vaquerias* clandestinas em outras províncias, inclusive em cumplicidade com o governo santafesino. As *vaquerias* por parte dos indígenas santafesinos em estâncias de Córdoba, Corrientes e Buenos Aires foi uma reiterada fonte de reclamações que essas províncias realizaram ante o cabildo santafesino. Por outro lado, a *reducción* preservava para o

cacique uma considerável quota de poder sobre sua tribo, se bem limitada às ordens religiosas e militares dos espanhóis.

Figura 13- Reduccionen Jesuíticas em S. Gerónimo del Rey y S. Xavier (sic)



Detalhe do "Mapa topográfico del rio de la Plata e Gran Chaco en el qual se designa sitio oportuno para estavlezer una colonia y treinta fuertes como el que se demuestra F para cuvrir y defender la navegazion del rio Vermejo y camino para el Peru por el zentro del Chaco" (sic). Autor desconhecido, 1750? Fonte: *Archivo General de la Nación*.

Não obstante, formar povoados de indígenas chaquenhos não foi para o poder instituído uma tarefa fácil, já que se tratava de populações nômades e guerreiras, que viviam sob relações de produção próximas ao comunismo primitivo, confrontando, portanto, com o modo de produção feudal que tentavam impor os espanhóis. Mas, além disso, devemos ter presente que a fundação de *reducciones* requeria de excedentes produtivos que os espanhóis nem sempre estavam dispostos a conceder, as vezes por ambição pessoal e outras por inexistência dos

mesmos. Como os povoados de índios no Chaco santafesino também sofriam ataques de povos não aliados ao Cabildo, era frequente a necessidade de reposição dos estoques de animais, se constituindo esta situação em outras das dificuldades para o povoamento. Ademais, as províncias vizinhas também realizavam *vaquerias* em território santafesino, mingando os excedentes que poderiam ser utilizados no povoamento.

Porém, a relativa calma e prosperidade pela qual transitaram as reduções nos primeiros anos foram subitamente afetadas com a expulsão dos jesuítas do território espanhol na América, em 1767. Os bens da Companhia de Jesus, incluindo colégios, estâncias, índios, escravos e igrejas, foram expropriados e em Santa Fé, repartidos de maneira fraudulenta entre os cabildantes mais influentes. Os jesuítas, cujo monopólio comercial e produtivo prejudicava os interesses da coroa e disputava seu poder, só voltaram a Santa Fé em 1862. Os povoados de aborígenes serão afetados por essa decisão, mas mesmo nessas circunstâncias, excetuando a *reducción* de San Pedro que foi abandonada, continuarão com suas funções defensivas e produtivas, agora sob a direção de franciscanos e mercedários.

Até finais do século XIX, quando começa a conquista militar do Chaco argentino, esses povoados indígenas serão os únicos centros com alguma característica de urbano do norte santafesino. Manter a paz com eles e evitar novos ataques de tribos não reduzidas era fundamental aos governantes e classes dominantes para conseguir estabilidade econômica na província. Particularmente o norte santafesino, durante todo período colonial e boa parte do século XIX foi um território intensamente disputado entre espanhóis e indígenas.

1.12. Santa Fé: porto preciso

Depois de resolvido os conflitos com as populações indígenas o Rei decidiu outorgar algumas licenças a Santa Fé com a finalidade de que tivesse recursos para se defender. Fortalecendo a defesa santafesina com tropas pagas com o imposto também reforçava a segurança no rio da Prata, dificultando as invasões de índios do norte argentino sobre Buenos Aires, que pouco a pouco ia se convertendo num porto comercial de relativa importância. Além disso, era necessário controlar a entrada ao continente das aspirações econômicas inglesas e portuguesas,

e para que isso acontecesse Buenos Aires devia transitar seus dias com calma e estabilidade.

Entre os anos de 1739 e 1780, Santa Fé foi declarada pelo Rei “*Puerto Preciso*”. Isto significava que todos os barcos que navegavam desde Assunção deviam descarregar todas suas mercadorias em Santa Fé, obrigatoriamente. As produções de erva mate, tabaco, açúcar e algodão do Paraguai pagavam seus impostos nesse porto e desde Santa Fé transportadas em carretas rumbo a Buenos Aires, Córdoba ou Tucumán. A Real Cédula que decretava a Santa Fé como Porto Preciso era do ano 1729; a forte reclamação de *Asunción* e Buenos Aires dilatou a aplicação da ordenança, que, favorecia os interesses de Lima, porque encarecia os produtos advindos do Paraguai e das missões.

A ata do Cabildo correspondente ao dia 5 de fevereiro de 1732 expõe a disposição Real e resume os problemas que a cidade tinha para implementá-la, devido que muitas vezes os barcos paraguaios não ingressavam à cidade para evitar o imposto e se aprovisionavam na *Bajada* (cidade de Paraná):

El Procurador General solicita el cumplimiento de la Real Cédula de los arbitrios y el auto del Gobernador, del 15 de junio de 1729, a fin de que las embarcaciones que bajan del Paraguay entren al puerto de la ciudad declarado “preciso”. Informa que en la Bajada se halla el barco de Mateo de Velazco con destino a Buenos Aires y requiere se le exija la entrada a Santa Fe. Considerando que todas las embarcaciones pasan a aquella ciudad sin tocar ésta, eludiendo la recaudación del impuesto, en perjuicio de la defensa de Santa Fe y su comercio, esto último por no utilizarse las carretas de vecinos y forasteros que van a Chile y Perú, se resuelve: 1) conminar a los barcos que se hallan en la otra banda del Paraná a descargar en este puerto y pagar los arbitrios; 2) hacer saber a las justicias del Paraguay esta determinación para no perjudicar a los que hacen fletes en dicha provincia; 3) que las mercaderías consignadas a Buenos Aires, para su abasto, se descarguen en Santa Fe y se transporten hasta ella en carretas; 4) dar a conocer estas actuaciones al Gobernador, reservándose los originales para agregarle al

informe al Rey, en razón de ser un beneficio de la defensa y de los sueldos de la Compañía de Dotación, cuya tropa se ha pretendido disminuir por la falta de recaudación de los arbitrios (Atas do *Archivo Histórico de Santa Fe*. Tomo X A, X f 82 a 84).

A erva mate era o produto que deixava os melhores lucros em todo o vice-reino do Peru da qual faziam parte Santa Fé e Buenos Aires, e limitar a concorrência paraguaia era crucial para os interesses limenhos. Neste esquema, as mercadorias ingressadas por *Portobello*, via Pacífico, também poderiam ser adquiridas com maior facilidade em Santa Fé, transportadas pelo frete de volta, restringindo desta maneira o poder do porto de Buenos Aires. Com o surgimento do porto preciso em Santa Fé, fundada para servir de encruzilhada nas comunicações com Potosí, Paraguai e Europa, a cidade se converteu no principal distribuidor da erva paraguaia e das missões jesuíticas, e era a porta para introduzir no mercado do Paraguai os produtos europeus que vinham desde o Peru.

Buenos Aires ficou como único porto da região ao exterior, enquanto que Santa Fé era o único do interior. Mas pouco significava para Buenos Aires naquela época ser um porto de ultramar. Os mares estavam cheios de corsários, poucas naveas atreviam-se a viajar desde Cádiz, cidade que havia substituído a Sevilha no papel de único porto Espanhol em comerciar com América. Em 1660, a Ata de Navegação inglesa prejudicou seriamente a marinha europeia. Quando um barco chegava a Buenos Aires, os habitantes saíam para caçar gado para logo retirar a gordura e os couros, que por outro lado, não podiam ser estocados por muito tempo sem se apodrecer. As vezes passavam dois ou três anos sem que navio nenhum chegasse ao porto de Buenos Aires. As comunicações de toda a região do Litoral eram péssimas; dez anos demorou a Rainha em saber que Santa Fé tinha mudado de sítio e três anos o Governador de Buenos Aires em saber que o Rei Don Luis I tinha falecido (ALVAREZ, 1910, p: 143).

Em câmbio, o privilégio acordado com Santa Fé produzia alguns lucros. Para finais do século XVII e durante todo o XVIII o comércio de erva tinha se estendido e alcançado grandes proporções. Em 1765 o padre Guevara escrevia:

Es tan usual la bebida del caá (infusión de yerba) en estas provincias, que ni el chocolate, té ni café

han merecido en parte alguna tanta extensión. Desde el bozal mas negro hasta el caballero mas noble, la usan. Si llega un huesped, aunque sea a una vil choza o rancho campestre, luego se le da mate. Si está cansado, mate para descansar; si sudado, mate para desudar; si sediento, mate para apagar la sed; si soñolento, mate para despabilar el sueño; si con la cabeza cargada, mate para descargarla; si con el estómago descompuesto, mate para que lo componga (ALVAREZ, 1910, p: 144).

Toda essa erva passava por Santa Fé, transformada em porto iniludível, já que o projeto de chegar desde Paraguai a Tucumán ou Bolívia atravessando o Chaco resultava inviável devido à espessura dos bosques, a topografia acidentada e o perigo dos índios. Desembarcada a erva, se reservava a parte que era propriedade do Rei, que participava do negócio que gerava o "*Puerto Preciso*" de Santa Fé. As carretas eram construídas geralmente na mesma cidade, fato que gerou uma indústria artesanal, confeccionadas de madeira e couros, sem nenhuma peça de metal. Os comboios com erva se conformavam com umas doce carretas que juntas permitiam uma melhor defesa em caso de ataques. Uma espécie de aristocracia deste comércio surgiu em Santa Fé, e desta tarefa nasceram algumas indústrias e serviços, como os mencionados fabricantes de carretas, os "*pulperos*" (vendedores de artigos de consumo) e os tropeiros.

Sob a condição de "Porto Preciso" os ingressos de Santa Fé aumentaram, mas sem nunca ser consideráveis. Uns dos resultados mais importantes para os vizinhos da cidade foi o fato de elevar o número de soldados em condição de defender a cidade, os quais chegaram a 200, conseguindo também expulsar os índios inimigos algumas léguas mais ao norte. Em 1743, outra Real Cédula completou o monopólio santafesino, estabelecendo que todo frete realizado desde Santa Fé com carreta forasteira pagara três vezes a mais de imposto real do que as santafesinas.

Enquanto Santa Fé cobrava certa relevância econômica, Buenos Aires não prosperava, pois na região pampeana não havia quase nada para exportar e os barcos que chegavam eram poucos. Além disso, a Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses na Banda Oriental, fazia fracassar o negócio dos estancieiros de Buenos Aires. Os comerciantes preferiam comprar couros de contrabando no Uruguai e na

"outra banda do Paraná" (Entre Rios), que eram as principais áreas relacionadas à caça e produção de gado de toda a região do Litoral. Por Colônia do Sacramento também entravam e saíam todo tipo de mercadorias de contrabando, sem pagar impostos à Coroa, inclusive às dos jesuítas, que chegavam a suas missões via rio Uruguai. Por isso, todos os esforços de Buenos Aires e Santa Fé tenderam a destruir a Colônia do Sacramento, mas nas tratativas celebradas em Madri o enclave era sempre devolvido às mãos dos portugueses. Só em 1762, apoderou-se definitivamente dela o espanhol Pedro de Ceballos, quem fora depois vice-rei do Rio da Prata.

Pelo demais, a região do Litoral continuava sendo uma área periférica, pobre e subordinada ao Vice-rei do Peru. Em todo o rio da Prata não existiam jornais e os únicos que tinham imprensa eram os jesuítas nas missões. Se ensinava a escrever em tábuas de argila fresca devido ao alto custo do papel. As moradas dos povoadores eram geralmente ranchos de barro e palha, sem chaminé, motivo pelo qual os índios chamavam de "defumados" aos *criollos*; e só os mais ricos tinham casas de tijolos e telhas. Tampouco existia alumbrado público. Realmente resulta estranho pensar que aquelas pessoas pensaram que estavam "civilizando" o continente e muito menos de que tenham desenvolvido um modo de produção superior ao feudal nessa região.

O *puertopreciso* de Santa Fé não durou muito tempo. Em 1767, Carlos II, no contexto das *Reformas Bourbonicas*, decretou a expulsão dos Jesuítas e com isso decaiu o comércio da erva e a produção das missões. Com a criação do vice-reino do Rio da Prata, em 1776, o monopólio portuário interno de Santa Fé acabou¹², deixando à cidade livrada a seus próprios recursos. A cidade se viu seriamente afetada, mas a crescente produção de mulas e gado veio lentamente a melhorar a situação econômica da província. Homens nascidos na América, como o estancieiro Francisco Candiotti, primeiro governador de Santa Fé depois da independência Argentina, foram obtendo considerável poder e fortuna.

¹²

Real Ordem de 9 de junho de 1779.

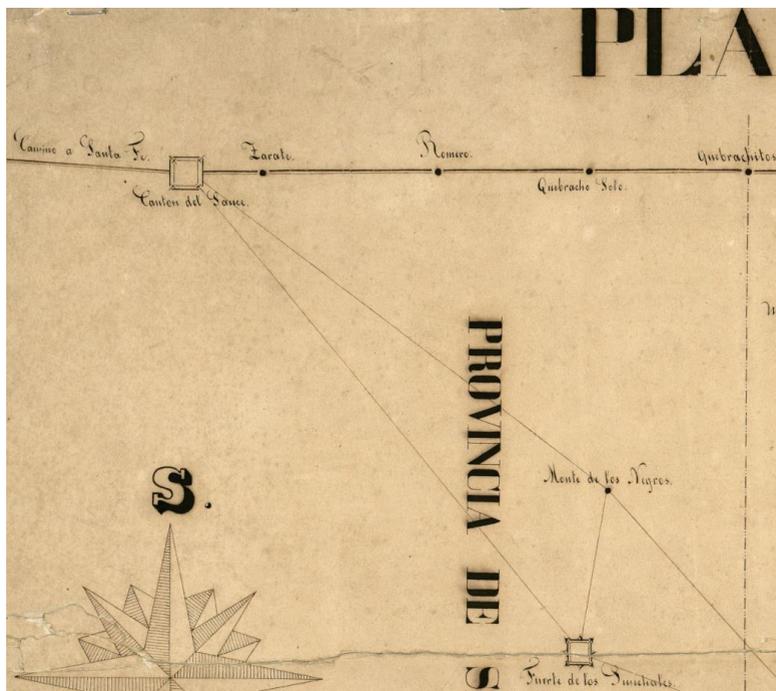
1.13. Os caminhos e estâncias do centro santafesino

Como foi colocado, a cidade de Santa Fé era um ponto logístico de erva mate desde onde partiam os caminhos que iam rumo a Córdoba e Mendoza pelo oeste, e Santiago del Estero e Tucumán pelo noroeste. Era um nó que conectava as missões jesuíticas e o Paraguai com as principais cidades do centro e norte do atual território argentino, e desde elas com Potosí e Lima. Juan de Garay, mal fundara a cidade de Santa Fé, começara já a procurar caminhos mais curtos e menos perigosos para Córdoba e Santiago del Estero.

Os principais obstáculos naturais que a primeira localização de Santa Fé tinha no caminho às províncias de Córdoba e Santiago del Estero eram os rios e as grandes lagoas de "*Los Porongos*" e "*Mar Chiquita*". Outro dos problemas eram os bosques chaquenhos, bastante cerrados e com espécies espinhosas, cujos frutos serviam de alimento às populações indígenas, que elaboravam com eles farinha de *algarrobo* e bebida alcoólica. Cruzar os bosques chaquenhos era arriscado e neles também existiam terrenos arenosos que dificultavam a passagem das carretas.

Por sua vez, os expedicionários de Cabrera, depois da fundação de Córdoba, já tinham feito o caminho desde essa cidade até as terras de Santa Fé antes que os próprios santafesinos; mas os cordobeses não tinham os demarcado nem haviam procurado as vias mais acessíveis. Foi o próprio Juan de Garay quem encomendou a Juan de Espinosa, primeiro *alcaide* de Santa Fé, a tarefa de demarcar e encontrar a via mais rápida e segura para Córdoba, além de estabelecer postos no caminho (CECCHINI DE DALLO, 2015) (figura nº 14).

Figura 14- Caminho Santa Fé - Córdoba e Fuerte de los Sunchales



Canton del Sauce; postos de Zárate, Romero, Quebracho Solo e Quebrachito, no límite com Córdoba. Fonte: Mapoteca do Archivo General de la Nación. Ano: 17??

Num primeiro momento a passagem para Santiago del Estero era realizada através de Córdoba e continuando para o norte, numa espécie de ângulo reto. Mas foi o próprio Juan de Garay quem demarcou e sinalizou um caminho mais curto para Santiago del Estero, se dirigindo para o oeste e logo subindo ao noroeste pela margem do rio Salado, passando por entre os lagos de *Mar Chiquita* e os *Porongos*. Com a mudança de Santa Fé (uns 80 km mais ao sul), era evitado transpor os rios *Saladillo* e *Cululú*, além de um bosque chamado de *Algarrobal*, facilitando o percurso. O centro de Santa Fé, devido a seu

bioma de pradarias com árvores dispersas (província fitogeográfica do “*espinal*”) era fácil de transitar, e desde cedo esta área foi utilizada não só como passagem obrigatória em direção ao oeste senão também para estabelecer estâncias de gado, devido a suas boas condições naturais e por estarem próximas à cidade de Santa Fé.

1.14. Santa Fé no Vice-reino do Rio da Prata

Para 1776, a província de Buenos Aires, da qual Santa Fé era uma dependência, gerava um forte déficit, financiado principalmente com recursos de Potosí, cuja produção de mineiros estava em decadência (ALVAREZ, 1910). Mas por outro lado, as viagens através do Atlântico tinham melhorado devido a Inglaterra vigiar os mares e, além disso, a produção de gado na região pampeana estava em crescimento. Considerando o menor custo de transporte que significava exportar os mineiros por Buenos Aires e a importância geoestratégica do Rio da Prata como porta de ingresso a um vasto território, o Rei decidiu unificar o tesouro de Potosí com o Porto de Buenos Aires, criando em 1776 uma nova entidade política territorial: o Vice-reino do Rio da Prata, com capital nesta última cidade.

Em Santa Fé a notícia foi bem recebida acreditando que a proximidade com a nova capital poderia trazer vantagens políticas e econômicas. O cabildo se fez eco oficialmente da nova medida:

Trasunto de la Real Cédula dada en San Ildefonso, a 1 de agosto de 1776, designando a Pedro de Ceballos, como Virrey, Gobernador y Capitán General de las provincias de Buenos Aires, Paraguay, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de la Sierra, Charcas y toda la jurisdicción de esta audiencia y las ciudades de “Mendoza y San Juan de Pico”. Se lo designa por la satisfacción de su desempeño y por haber sido nombrado para mandar la expedición que se apresta en Cádiz para tomar satisfacción por los insultos cometidos por los portugueses en el Río de la Plata (Atas do Cabildo, 24 de marzo de 1777, tomo XIV B, XIV f 444 a f 445v).

Sob o governo do novo Vice-reino se declararam medidas tendentes a modernizar as relações comerciais e produtivas, entre as que destacamos a oficialização do livre comércio entre Espanha e o Rio da Prata e a supressão das aduanas interprovinciais, como as de Córdoba e Santa Fé. Com Potosí formando parte do território do vice-reino do Rio da Prata, Buenos Aires aumentou consideravelmente seu poder econômico e político, mas a economia de Santa Fé começou a sofrer com o fim dos benefícios do "Porto Preciso". Por ser um povoado ainda pequeno, Santa Fé não chegou a ser capital de intendência e seu dinamismo estagnou-se. Não obstante, a *Villa del Rosário*, no sul, sobre o rio Paraná, continuava crescendo e em finais do XIX contava com 3.000 habitantes. Prosperava se beneficiando da profundeza do seu porto natural, das férteis terras com aguadas que a rodeiam e dos *fortines* localizados ao norte e ao sul da província, que a protegiam dos ataques dos índios (ALVAREZ, 2000).

Desde uma perspectiva política, Santa Fé continuou sendo subordinada a Buenos Aires, de onde chagavam os tenentes de governador para levar os impostos arrecadados nesta cidade, além dos correspondentes a todo o Litoral: *Misiones, Corrientes e Bajada del Paraná*. A partir da criação do vice-reino do Rio da Prata, toda uma série de novos impostos foi exigida, enquanto Buenos Aires recebia trato preferencial por ser a capital. A ata do Cabildo santafesino do dia 13 de fevereiro de 1792, estabelece um imposto ao gado e a seu beneficiamento, excetuando àquele destinado a Buenos Aires:

El cuerpo decide proponer al Virrey cobrar ½ real por cada cabeza de ganado y cada arroba de sebo y grasa que se extraiga de la jurisdicción, excepto las dirigidas a Buenos Aires, y que la recaudación y cuentas queden a cargo del Mayordomo de propios (Tomo XVI A, XVI f 123 v a f 125).

Neste período, a fronteira estendeu-se mais ao norte com a fundação de *fortines* e a passagem ao corpo de soldados regulares dos *Blandengues*, que vigiavam a fronteira contra os índios. Na rota de Buenos Aires a Córdoba, foi criado o fortim de Melincué; no caminho de Santa Fé a Córdoba, o fortim de *Quebracho Herrado*, e no caminho Santa Fé a Santiago del Estero o fortim *Sunchales*. Fora isso, os santafesinos não tiveram maiores compensações nem participação política nos assuntos públicos durante a vigência do Vice-reino do Rio da Prata. Tampouco existia nenhum jornal que procurasse dar voz aos

interesses provinciais e o poder executivo escolhido em Buenos Aires concentrava para si todas as decisões. Apesar de tudo isso, a capital do Vice-reino possuía, ainda em finais do século XIX, condições econômicas paupérrimas, não existindo sequer uma biblioteca pública ou teatro. Por sua vez, em Santa Fé:

El pueblo estaba pobre, los edificios de carcel y cabildo, iglesia matriz y parroquia de naturales, en ruinas; la muchedumbre de los difuntos que se enterraban en las parroquias arrojaban pestíferos olores a la ciudad, principalmente en verano; sin hospital, con el mal de San Lázaro que se extendía, la ciudad llena de agua con lagunas inmensas y pantanos (CERVERA, 1907, 259).

As ruas sem calçamento nem empedrado eram o depósito dos desperdícios que serviam de alimento aos porcos que “limpavam” a cidade e ao gado que transitava livre nas ruas. Numerosas são as atas do Cabildo se referindo à proibição de ter animais soltos pela cidade:

El Procurador General Juan de Zevallos solicita se reparen los perjuicios que causan en calles, lugares sagrados y casas de varios vecinos, las lecheras y chanchos de José de Aguiar. Se resuelve emplazar a éste a que dentro de 8 días saque esos animales fuera de la ciudad (5 de Mayo de 1767, Tomo XIII B, XIII f 402 a 403).

Em meio dessas cenas, os vizinhos dormiam suas largas sestras no sufocante verão santafesino, já sem temer demasiado aos ataques indígenas; enquanto que lentamente a população crescia, chegando a aproximadamente 12.000 pessoas na primeira década do século XIX e umas 6.000 em Rosário e arredores (ALVAREZ, 1910 p: 167).

Por outro lado, os Cabildos só se empenhavam em discutir a quem pertencia o abundante gado que havia na que hoje é a província de Entre Rios e na Banda Oriental (atual Uruguai), enquanto que grupos de *gauchos* se encarregavam de caçá-lo e vendê-lo de contrabando, principalmente no Brasil. Mas não havia representação política de Santa Fé nos assuntos do vice-reino.

Com o progressivo aumento do número de cabeças de gado, iam se desenvolvendo as estâncias que continham suas reses nos

meandros dos rios. Durante este período o vice-rei Vertiz tentou desenvolver a indústria da carne salgada, mas o sal era um elemento muito escasso, localizado em território indígena, na atual província de La Pampa e sul de Buenos Aires. Além disso, as dificuldades do transporte marítimo espanhol e a baixa qualidade do gado, que produzia pouca carne, dificultavam o desenvolvimento dessa indústria (BARKSI, GELLMAN, 2001).

Santa Fé tinha outra atividade econômica mais ou menos próspera: a criação de mulas, cujo destino final era o Brasil, Peru ou Potosí. O caminho, realizado pelos tropeiros de mulas era de até 4.000 quilômetros. O ciclo do negócio durava em média 4 anos, desde acriação, nas planícies santafesinas, até a chegada ao mercado, numa marcha que durava dois anos ou mais. Também eram enviados para Buenos Aires laranjas, pescado salgado, carvão e limões. O cultivo de cereais continuava sendo pobre em toda a região, dificultados pela falta de mão de obra, as arcaicas condições técnicas, as invasões de gafanhotos, as geadas e a escassa cultura agrícola que os povoadores tinham. A precariedade do transporte favoreceu a produção de carne destinada ao consumo interno, sendo quase impossível sua exportação, e mantendo desta maneira preços baixos que favoreciam as camadas populares. Com o tempo, a introdução da região ao mercado mundial de carne salgada, já sob domínio comercial Inglês, vai fazer subir o custo da base alimentar, exacerbando o ânimo da população, propiciando, entre outros fatores, as guerras civis (ALVAREZ, 1938).

Ante a independência das colônias inglesas na América, o governo espanhol (que havia apoiado esse movimento com recursos econômicos procurando prejudicar a sua inimiga Inglaterra) começou a mostrar certa preocupação pelo Rio da Prata. Além disso, a grande revolução encabeçada por Tupac Amaru no Peru e apoiada por setores *criollos* também alertou à metrópole. O Vice-rei Vertiz elaborou vários decretos destinados a fomentar o progresso da atrasada região e a vincular a seus habitantes com Espanha. Entre algumas das medidas adotadas outorgou facilidades para que os nascidos nas colônias pudessem exercer cargos públicos, ele mesmo era americano, além disso fomentou a imprensa e criou o primeiro jornal da região: o *Telégrafo Mercantil*¹³ (BUSANICHE, 2005). Em 1785 o Rei concedeu bolsas para

¹³ Os exemplares desse pioneiro jornal podem ser consultados na página web oficial da Biblioteca Nacional Argentina.

que crianças americanas estudarem no Real Seminário de Madri, uma das quais foi destinada a José de San Martín, futuro General em Chefe do Exército Libertador, líder da luta contra os espanhóis nas guerras de independência. Mas mesmo com estes esforços tendentes a afiançar as relações metrópole-colônia, as atenções concedidas pela Coroa não foram muito além, em parte devido à decadência do Império Espanhol e a seu espírito conservador.

A questão central da geopolítica regional ainda estava pendente e motivava numerosas reclamações: a conservação do monopólio que os espanhóis tinham do comércio. Os produtores de gado, pouco a pouco iam simpatizando com a ideia de abrir o comércio com Inglaterra, enquanto que, por outro lado, a classe comercial importadora de Buenos Aires preferia manter o monopólio espanhol. A batalha de Trafalgar e a derrota definitiva nos mares da frota espanhola e francesa em favor da Inglaterra, no ano de 1805, vão acelerar o processo independentista na Hispano América e a entrada da região nos circuitos econômicos mundiais, se bem que de maneira subordinada.

Por outro lado, com a criação do Vice-reino do Rio da Prata, a capital Buenos Aires vai concentrar todos os impostos das mercadorias que entravam e saíam desse grande território, e, além disso, continuava sendo a capital da Governação de Buenos Aires, da qual Santa Fé fazia parte.

1.15. Invasões inglesas no Rio da Prata

No contexto de Trafalgar, tropas inglesas desembarcaram em Buenos Aires e se apoderaram da cidade no dia 27 de junho de 1806. O vice-rei Sobremonte fugiu covardemente para Córdoba, sem opor resistência e deixando o tesouro da cidade nas mãos do inimigo. Em Santa Fé a cidade se aprontou para se defender:

Por oficio de la fecha que se transcribe al Teniente de Gobernador conforme las novedades que le comunica el Virrey (...) que el 27 de junio Buenos Aires fue tomada por los ingleses, con escasos 200 hombres de tropa, a los que se opusieron las milicias. Con la caballería que pudo reunir, dispone pasar a Córdoba para declarar la capital interina del Virreinato, a fin de formar un fuerte contingente en el pueblo de La Cruz, y

solicita que instruya al Cabildo para las pertinentes demostraciones de fidelidad. El cuerpo, estimando que el enemigo pretenderá la posesión de un punto tan interesante como es el de esta ciudad (...), cree necesario la fortificación de Santa Fe (...) para lo cual es imprescindible solicitar al Virrey, pertrechos, municiones y armas y los caudales necesarios (...). Además, se dispone solicitar al Vicario y a los preladados de las órdenes oraciones, rogativa, y preces, y dedicar un novenario al patrón San Jerónimo, en cuyo último día se sacará en procesión. Por bando, se comunica al pueblo para que asista a esa función (10 de julho de 1806. Tomo XVII B, XVII f 308 v a 311 v).

O General inglês Beresford decretou em Buenos Aires a abertura do porto ao comércio internacional, com taxas preferenciais às mercadorias inglesas. Mas o povo do Vice-reino odiava aos estrangeiros, principalmente a quem não professava a religião católica. Semanas depois, milícias *criollas*, entre as quais formavam parte os santafesinos e comandadas pelo francês Santiago de Liniers, que cumpria serviços para a Coroa espanhola, partiram de Montevidéu e tomaram novamente Buenos Aires, colocando fim a esse intento de invasão inglês no Rio da Prata.

Entretanto, após esse fracasso, na Inglaterra decidiram preparar uma nova invasão agora bem mais equipada e dirigida pelo experimentado General Jhon Whitelocke. Os navios ingleses chegaram a Montevidéu em maio de 1807, se apoderaram da cidade e tentaram convencer à população das vantagens de um governo inglês. Mas quando Whitelocke tentou invadir Buenos Aires, novamente foi enfrentado e vencido pelas tropas de Liniers, que fez prisioneiro ao General Inglês, apesar dos 12.000 homens que Inglaterra destinou a essa invasão.

Uma terceira invasão foi preparada, mas não chegou a ser concretizada devido a que as Guerras napoleônicas exigiam numerosos recursos, homens e armas. Sem nenhum tipo de ajuda por parte de Espanha nestes sucessos, os *criollos* do vice-reino aprofundaram seus sentimentos de independência. Em Santa Fé viram esta tendência com especial simpatia considerando a possibilidade de poder escolher suas

próprias autoridades e se livrar do poder espanhol em Buenos Aires, que centralizava os recursos de todo o vasto vice-reino na aduana e não delegava funções políticas.

Na sequência veremos que os conflitos com Buenos Aires continuarão, mesmo após a independência, devido à relação daquela com os interesses britânicos de abertura de mercados e das imposições que fomenta nas demais províncias.

CAPÍTULO II: SANTA FÉ E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Este capítulo aprofundará considerações acerca das causas econômicas e políticas dos conflitos armados entre Buenos Aires, Santa Fé e as restantes províncias do interior argentino no século XIX. Procurar-se-á demonstrar que os motivos que levaram às massas de *gauchos* às armas estiveram relacionados aos desajustes sociais provocados pela inserção da região pampeana nos mercados mundiais de carne salgada e couros, ao passo que a aplicação de uma política livre-cambista e centralista por parte de Buenos Aires arruinava as indústrias artesanais do interior e impedia a autonomia política. Neste sentido, desconsideramos as explicações desses conflitos relacionadas a "choques culturais", motivos religiosos ou na antítese campo-cidade; interpretações da historiografia liberal que permeiam a bibliografia dominante sobre a temática e o censo comum argentino.

A geografia física dos territórios que compreende a bacia do rio da Prata facilitou o monopólio comercial por parte de Buenos Aires, único porto de ultramar das *Provincias Unidas del Sud*, e única beneficiária dos recursos da aduana. Entretanto, 70 anos de intermitentes guerras civis se passaram desde a revolução de 1810 até que em 1880 a cidade de Buenos Aires e sua aduana fossem finalmente nacionalizadas. Santa Fé teve papel preponderante nesses conflitos, sendo determinante na Constituição do Estado argentino.

Os trabalhos relacionados às guerras civis que forjaram a criação do Estado argentino são um tema pouco abordado pela Geografia argentina, e só nos últimos anos foi recuperada por correntes historiográficas denominadas (geralmente de maneira pejorativa pelas correntes dominantes) de *revisionistas*. Desde a queda de Juan Domingo Perón, em 1955, até o início do século XXI, os debates relacionados a esta problemática foram quase inexistentes, concentrando-se as explicações de tais conflitos em ressaltar os aspectos culturais que enfrentaram a *barbárie* do interior federal contra as *luzes* de Buenos Aires. A historiografia dominante, desde o século XIX até os dias atuais foi baseada naquela escrita pelos presidentes Mitre e Sarmiento, mandatários liberais e pró-portenhos, isto é, *unitários*; ou em historiadores afins como Vicente Fidel López.

Só uma pesada carga ideológica pode ter iludido estes conteúdos das disciplinas de Geografia Argentina ou Geografia Econômica, sendo que talvez seja a Geografia uma das disciplinas que mais poderia aportar no entendimento desta temática.

Na disciplina de Geografia de Santa Fé, da Universidade Nacional do Litoral, tampouco são abordados os conflitos regionais do século XIX, omitindo em seu programa o importante papel que esta província exerceu nas lutas civis e na constituição do Estado Nacional. Aliás, não foi achado nas revistas argentinas de Geografia disponíveis, artigos relacionados a *Unitários* e *Federales*¹⁴. Só foi encontrado um texto deste tipo na revista *Scripta Nova*, da Universidade de Barcelona, que será analisado, mas que está longe de indagar as causas materiais e econômicas destes conflitos. Reforça a ideia de que as guerras civis tiveram como detonante o choque cultural entre uma ideologia *relutante às mudanças*, representada pelos caudilhos federais e os *gauchos*, e outra representante do *progreso*, de filiação portenha e unitária.

Por outro lado, os problemas do século XIX entre o interior argentino e Buenos Aires ainda não foram totalmente resolvidos, havendo marcantes desigualdades regionais, e é por isso que interessam os estudos a eles relacionados. Existe uma continuidade histórica e geográfica que, *mutatis mutandis*, se verifica na atualidade nos conflitos existentes entre uma burguesia internacionalizada, financeira, comercial e agroexportadora, e os interesses dos trabalhadores e de alguns setores da truncada indústria nacional.

2.1. Santa Fé e a revolução de Maio

A poucos meses de repelida a última invasão inglesa, na Espanha a situação política era bastante complexa. O rei Carlos IV abdica ao trono em favor de seu filho Fernando, que por sua vez transfere o poder a Napoleão que delega o trono a seu primo José. Some-se a isso a reivindicação de Carlota de Bourbon, irmã de

¹⁴ As revistas pesquisadas foram: *Estudios Socio-territoriales*, *Mundo Agrario*, *Meridiano*, *Transporte y Territorio*, e *Boletín de Estudios Geográficos*.

Fernando, que também reclamava o trono da Espanha; e por fim, também a Inglaterra aspirava seu domínio sobre aquele país (RAMOS, 2012).

Santiago de Liniers, Vice-rei em exercício, optou por reconhecer a figura de Fernando VII como legítimo sucessor de Carlos IV, e Santa Fé, cumprindo a ordem advinda de Buenos Aires, também jurou lealdade ao soberano espanhol:

Por oficio del 18 del corriente, el Virrey transcribe la siguiente documentación, relativa a la aclamación de Fernando VII, por la abdicación de Carlos IV: Real Cédula dada en Aranjuez el 18 de marzo por Carlos IV, abdicando por razones de salud, en su hijo, el príncipe de Asturias, a consecuencia de la cual hace saber que el día siguiente aceptó la corona, y manda se publique su ascensión, se haga la aclamación correspondiente, y se consigne en el papel sellado la inscripción de valer para su reinado. Decreto del Virrey Liniers, del 29 de julio, ordenando la publicación de la mencionada Real Cédula (...). El Cabildo le obedece, y dispone que el acto para mayor lucimiento, se efectúe con las funciones del Patrón San Jerónimo, señalándose la tarde del 28 de septiembre, para la aclamación y paseo del Real Estandarte. (Ata do Cabildo, 27 de agosto de 1808. Tomo XVII B, Folios XVII f 402 v a 405).

Enquanto Santa Fé e as demais cidades espanholas no vice-reino do Rio da Prata juravam obediência a Fernando, os funcionários públicos da Coroa em Madri consideravam que sua autoridade suprema era o francês José Bonaparte. Tempo depois, como resultado de conflitos ligados à procedência francesa do Vice-rei Santiago de Liniers, é delegado o mando para Baltazar Cisneros, que por conta própria estabeleceu o livre comércio com a Inglaterra, deixando furiosos aos comerciantes de Buenos Aires que lucravam com o monopólio espanhol.

O crescimento do poder da cidade de Buenos Aires nos assuntos internos e suas exigências materiais, humanas e impositivas limitavam o acionar político santafesino que havia se transformado numa extensão territorial da capital, subordinada às autoridades que

desde lá eram enviadas para exercer as funções públicas na intendência santafesina.

Os povos da região litorânea, devido ao monopólio do comercio espanhol e aos impostos em Buenos Aires, tinham optado por comercializar de contrabando com os portugueses de Rio Grande do Sul, ou com navios que entravam de maneira ilegal pelo Paraná ou pelo rio Uruguai, escapando dos controles espanhóis ou com o conhecimento deles. Em fins da década do século XIX, foram exigidos novos impostos a todos os ofícios técnicos e produções: a denominada *Contribución Patriótica*, tendentes a sufragar os gastos de Guerra que Espanha mantinha com Napoleão. Em Santa Fé se impuseram os seguintes tributos:

(...) el Alcalde 1° expone: 1°) Que se trate de imponer contribución a los estancieros luego de ver los padrones (...) 3°) Que las atahonas¹⁵ se graven en \$ 12 anuales. 4°) Se exceptúen los alfalfares por no rendir beneficios y por no darse las cosechas cuando faltan lluvias. 5°) Que los barcos que carguen, en este puerto o en Paraná, 4000 cueros paguen \$ 3 de anclaje; de 2 a 3000 cueros \$ 2; y los botes de la carrera con otras ciudades \$ 1. 6°) Que los botes que trajinan entre Santa Fe y Paraná paguen \$ 1 el mes. 7°) Que la yerba del Paraguay que se introduce en la ciudad sufra la pensión de 2 reales por tercio además de los derechos que debe pagar, quedando libres los de la jurisdicción en la parte que se aplica la sisa, 8°) Que el aguardiente y vino procedentes de San Juan, Mendoza, Buenos Aires o cualquier otra parte, se los grave con \$ 12 y 4 reales por barril, respectivamente. 9°) Que las carretas que llegan a la plaza con frutos del país o cualquier carga paguen 2 reales cada una, por entrada y salida, 10°) Que los pasos del río, por ser de poco monto, sean exento. 11°) Que las pulperías de toda la jurisdicción que están compuestas con la Real Hacienda, y que son las que venden muchos

15

Atahonas: palavra de origem árabe que designa aos moinhos movidos pela força de um cavalo.

artículos de abasto, se les imponga \$ 5 anuales. 12°) En cuanto a este número, y debido a su condición miserable y esclavos muchos de ellos, se los exima de gravamen. 13°) Agrega a los hornos de cal de Paraná, que están libres de imposiciones, se les imponga \$ 20 anuales. 14°) Que a las 3 fábricas de suelas que hay en la ciudad y Paraná se los grave con \$ 40 anuales, y a la de becerro, \$ 12. (Ata do Cabildo do dia 14 de novembro de 1808. Tomo XVII B, XVII f 423 v a 426).

Apesar das autoridades espanholas na península exigirem esforços às cidades para defender suas posições na Europa, a provisão de mercadorias, recursos e armas não era correspondida, devido principalmente à decadência econômica que a muito tempo imperava na península. E se por um lado a abertura do porto de Buenos Aires com o comércio espanhol e o estabelecimento da capital do Vice-reino nessa cidade significou um aumento na hierarquia da região Litoral com relação ao noroeste, por outro lado também provocou um agudo desequilíbrio de poder entre a capital e as cidades do interior, entre elas Santa Fé.

Neste contexto de guerras napoleônicas e invasão de Espanha por Napoleão, crise de poder e sucessão na Coroa, invasões inglesas, decadência da economia metropolitana, agitação revolucionária de Tupac Amaru no Alto Peru e monopólio comercial; os *criollos* de Buenos Aires, com apoio das províncias, decidem substituir ao Vice-rei Cisneros e formar a *Primera Junta de Gobierno* no dia 25 de maio de 1810, que procurou implantar um governo liberal e ligado a Inglaterra, mas ainda respeitando a figura de Fernando VII, prisioneiro de Napoleão, como legítimo rei, evento que se conhece na história argentina com o nome de *Revolución de Mayo*.

O movimento de maio de 1810 e a conformação da Junta de Governo em Buenos Aires teve uma rápida adesão em Santa Fé: a revolução pressagiava maior autonomia para a província e a possibilidade de formar um governo *criollo*. As notícias e os documentos do novo governo chegam nos primeiros dias de junho, iniciando desta maneira a entrada de Santa Fé no processo revolucionário, conforme ata do dia 7 de junho de 1810 e "*la decidida voluntad del Pueblo*":

El Teniente de Gobernador presentó la comunicación de la orden de la Junta Provisional Gubernativa de Buenos Aires del 27 de mayo que incluía abdicación, del 26 del mismo mes, del Virrey Baltasar Hidalgo de Cisneros ante el Cabildo de esa ciudad "por la decidida voluntad del Pueblo".

El Teniente de Gobernador presentó circular de la Junta Gubernativa para que se proceda al nombramiento de un Diputado de la ciudad de Santa Fe de la Vera Cruz para integrar esa Junta, con poderes suficientes y jurando no reconocer otro soberano que no fuera Fernando VII y sus legítimos sucesores (Tomo: Actas Recuperadas, Caja 1, Acuerdos de 1810. Folios f.30 - 34).

As expectativas dos santafesinos se baseavam na possibilidade de um novo rumo na vida política e institucional, sobre tudo em se governar a si próprios por meio dos representantes escolhidos entre os vizinhos mais influentes (estancieiros), além de ajudas suplementares para a defesa contra o índio, o incremento do comércio pelo Paraná e o fim dos impostos pagos na aduana da cidade de Buenos Aires, aplicados a suas exportações e importações.

A adesão de Santa Fé à Junta de Buenos Aires foi contundente, fato demonstrado na ajuda que a expedição militar comandada por Manuel Belgrano, herói da Independência, recebeu na cidade, campanha militar que tinha como finalidade sufocar rebeliões a favor do ex-Vice-rei Cisneros em Montevideú e Paraguai.

Se presenta el Diputado encargado de pasar felicitación a Manuel Belgrano representante de la Junta Gubernativa del Río de la Plata y General en jefe de expediciones a la otra banda oriental del Río Paraná y expresa que recibió en aquel acto un pliego del mismo representante. En dicho escrito, Manuel Belgrano, expresa su complacencia por las muestras de respeto que le han manifestado este pueblo, y la obediencia que demuestran a la Junta Gubernativa, que gobierna a nombre de su Majestad Fernando Séptimo, a quien dará parte de estos actos oportunamente (Perteneiente al 1 de Octubre de 1810, actas Recuperadas Caja 1, Acuerdos de 1810, f.71 - 72).

O popular estancieiro santafesino Francisco Candiotti, apelidado de “o príncipe dos *gauchos*”, entregou a Belgrano 1300 cavalos “*mansos*” e todo o gado necessário para a expedição. Santa Fé também aportou soldados à causa: 200 homens armados que formavam parte da *Compañía de los Blandengues*, encarregados de guardar as fronteiras contra os indígenas, e os caminhos santafesinos, além de alguns canhões. Estanislao López, capitão desse corpo armado, combaterá para Belgrano no Paraguai, sendo tomado prisioneiro dos realistas. López, enviado em navio até Montevidéu, conseguiu escapar nadando até a margem, chegando novamente a Santa Fé para continuar a luta. Começava desta maneira a novelesca história de quem seria o “*Patriarca de la Federación*” (BUSANICHE, 1927).

Neste contexto independentista, Santa Fé ocupava uma posição geográfica estratégica por ser passagem obrigatória às províncias do interior do continente, o Litoral e Paraguai. Qualquer tentativa de invasão espanhola deveria conseguir atravessar a província, e as autoridades militares da Junta de Governo sabiam disso. Para defender o acesso a Santa Fé pelo rio, no dia 27 de fevereiro de 1812, Belgrano estabeleceu duas baterias de artilharia sob os sugestivos nomes de *Libertad* e *Independência*, na área sul santafesina, sob as margens do rio Paraná, nas proximidades do *Pago de los Arroyos* (Rosário); com a finalidade de bloquear a passagem dos realistas. Neste dia içou e fez jurar por primeira vez a bandeira Argentina mesmo com a desconformidade da Junta de Governo de Buenos Aires, de filiação espanhola.

Perto desse histórico lugar onde hoje se eleva o *Monumento a la Bandera*, no ano de 1813, na atual localidade de San Lorenzo, o General José de San Martín triunfou em seu único combate em território argentino contra as tropas espanholas, antes de cruzar a cordilheira para enfrentar aos realistas no Chile e Peru (ver figura nº 15).

Figura 15- Lugar onde aconteceu a batalha de San Lorenzo(1813) sinalizado com duas espadas cruzadas



Detalhe do mapa: Carte des provinces d' Entre Rios, de Santa Fé et de la Bande Orientale. Autor: Martin de Moussy, ano 1865. Fonte: mapoteca do *Archivo General de la Nación*.

Na época, a província de Buenos Aires contava com uns 200.000 habitantes e seu poder econômico era claramente superior às demais jurisdições que conformavam o vice-reino, enquanto que Santa Fé só tinha no total uns 20.000 habitantes distribuídos principalmente entre a cidade capital no centro, os pagos de Rosário no sul; e em menor número na área norte, nas reduções de indígenas chaquenhos (ALVAREZ, 1910).

2.2. O centralismo porteño

A esperança inicial dos santafesinos quanto à nova ordem política não durou muito tempo. Ao conflito que existia com os realistas de Paraguai e Montevideú se somou outro que já vinha se desenvolvendo desde décadas atrás, era o caso do centralismo de Buenos Aires, que com a Revolução de Maio começou a se agravar. Os governadores de Santa Fé, que tinham sido escolhidos no período da revolução, foram depostos por outros chegados de Buenos Aires, que continuavam exigindo contribuições:

Se leyó circular del Supremo Director del 23 de febrero en que manifiesta la gravedad de la situación por la que ocurre en la Banda Oriental por los desaires sufridos nuestras armas en el interior de las Provincias; en virtud de ello ordena la suspensión de toda obra pública llevada a cabo con fondos públicos y aplicarlos al erario nacional (...). (Ata do dia 15 de Marzo de 1814, Actas Recuperadas Caja 1, Acuerdos de 1814, f. 15 – 16 v).

Enquanto Santa Fé realizava suas devidas contribuições à causa nacional, o desejo da província era proclamar ao estancieiro Francisco Candiotti como governador e que o Congresso de Buenos Aires reconheciese a autonomia política, como uma província. Mas entre 1810 e 1815 se sucederam seis governadores, todos de Buenos Aires, e implacáveis na exigência de tributos. Depois da Revolução de Maio a fronteira norte santafesina retrocedeu uns 250 quilômetros, praticamente até as portas da capital, devido à falta de homens e armas nos fortes, recursos que tinham sido destinados principalmente a enfrentar a Artigas na Banda Oriental, que lutava contra o centralismo de Buenos Aires. Entretanto, Santa Fé exigia autonomia como condição de ingresso ao Congresso Nacional, em Buenos Aires:

1º que para entrar en los tratados del Congreso, debe suponerse como principio incontrovertible que el Gobierno de Buenos Aires en ningún momento exigirá otro sistema si no es el de la libertad de los Pueblos que deben gobernarse por sí divididos en Provincias con absoluta independencia de la que fue su capital (...) 3º reconocida la soberanía del Pueblo de Santa Fe y garantida por el que se reconociese Supremo Director con el juramento que debe prestar de reconocerla, (...) Santa Fe le cedería la parte de poder que considere oportuna para que vele por el bien general; 4º que por las constantes acechos de los indios del Chaco, se halla casi indefensa por el menosprecio con que la consideró Buenos Aires al despojarla del armamento y destinarlo a fines propios abandonando toda la campaña del norte y perdidas las haciendas, exigirá el Diputado la restitución de la Provincia de Buenos Aires (Ata

do Cabildo de Santa Fé do dia 14 de junho e 1815. Actas Recuperadas Caja 2, Acuerdos de 1815, f. 30v - 32).

No contexto de falta de recursos e retrocesso da fronteira norte santafesina, os povoados indígenas de Cayastá, San Javier, San Pedro e San Jerónimo foram dizimados pelas forças dos índios chaquenhos, ficando o norte de Santa Fé sem nenhum povoado estável por vários anos.

Além da decepção santafesina em relação à atitude centralista de Buenos Aires, se somou outro episódio que veio a aquecer ainda mais os ânimos. O território de "*la otra banda del Paraná*", muito rico em gado, e que era parte da jurisdição santafesina, se transformou numa nova província, Entre Rios, no ano de 1814: por ordem do Diretor Supremo da Junta de Governo em Buenos Aires. Essa foi uma jogada estratégica do governo portenho para tentar desmembrar o movimento político de José Gervasio Artigas, líder de *La Banda Oriental*, rebelde ao poder de Buenos Aires, que inspirava uma profunda simpatia entre santafesinos e entrerrianos. Essa série de inconvenientes entre Santa Fé e a cidade de Buenos Aires, somados às alterações no custo de vida que significou a entrada da Argentina no comércio internacional de carne e couros, vão desencadear uma série de conflitos armados que terão como protagonistas principais a Santa Fé e Buenos Aires, mas também às restantes províncias, episódios que formam parte da formação do Estado Nacional argentino.

2.3. *Unitarios e federales*: causas econômicas dos conflitos armados entre Buenos Aires e as províncias do interior

Juan Bautista Alberdi foi um dos pensadores mais brilhantes da história argentina e autor intelectual da Constituição de 1853, e foi ridicularizado por Mitre e os unitários portenhos desde o diário *La Nación* (jornal que ainda hoje exerce uma forte influência na opinião pública argentina). Neste ponto retomaremos algumas das ideias mais importantes de Alberdi em relação aos conflitos entre Buenos Aires e o interior.

A geografia dos territórios herdados do vice-reino do rio da Prata, entre os quais se encontrava a província de Santa Fé, tinha

em Buenos Aires, já desde o período colonial, uma única porta de entrada e saída. Partindo de Buenos Aires os caminhos para o interior não mostravam grandes dificuldades para ser transitados. O relevo de planície domina esta área, apresentando uma suave inclinação Leste-Oeste, livre de acidentes físicos relevantes e inclusive de bosques densos nas áreas povoadas pelos "cristãos". O bioma original dominante era herbáceo e de estepe, fatos que facilitavam ainda mais o trânsito e o comércio pelo interior do vice-reino.

Os rios Paraná e Uruguai, que comunicavam as províncias do litoral fluvial (Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e *Misiones*), a Banda Oriental e o Paraguai com o Atlântico, desembocam no rio da Prata antes da sua chegada ao mar, transformando a Buenos Aires numa passagem obrigatória das embarcações com destino àquela região. Nestas circunstâncias, as províncias do interior tiveram como único ponto de contato com o exterior a cidade-porto de Buenos Aires, circunstancia localizacional que utilizou para benefício próprio através da aduana. A sua localização estratégica a transformou no centro da política econômica do Vice-reino primeiro, e da Argentina depois. Buenos Aires era o ponto de cobrança de impostos à entrada e saída de todo tipo de produtos desde tempos coloniais e isto a foi transformando-a na cidade mais próspera, comercial e cosmopolita da bacia do Prata.

Neste contexto, com o início da Independência em 1816, quem controlasse os recursos do porto e a entrada e saída das produções poderia optar por uma política econômica protecionista ou, pelo contrário, livre-cambista. Na cidade de Buenos Aires havia a possibilidade de abrir as portas ao comércio inglês e receber impostos de importações e exportações para benefício único da cidade; ou, como alternativa de construção nacional, aplicar o protecionismo e utilizar os recursos da aduana para desenvolver as infraestruturas, instituições e indústrias nas províncias. A oportunidade de desenvolver um projeto plural e integrador poderia ter começado com a Independência, mas Buenos Aires, comercial e agroexportadora, confiante em seu "destino geográfico", se voltou para uma política livre-cambista, dando as costas às províncias.

O problema da centralidade de Buenos Aires e do monopólio da sua aduana como única captadora das rendas de um vasto território ao qual lhe restringia autonomia política, surge com a criação do Vice-reino espanhol do Rio da Prata, em 1776. A extensa superfície que

administrava Buenos Aires nos tempos da colônia compreendiam os atuais países de Argentina, parte do Chile, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Em todo este território, o único porto autorizado pela coroa espanhola para realizar operações de exportação e importação era Buenos Aires, de aí que seu poder fosse superlativo em relação às outras cidades do vice-reino. A saída e entrada de produtos e metais preciosos e manufaturas era realizado unicamente por esta cidade que já vinha se consolidando comercialmente mediante o contrabando desde antes de se estabelecer como a capital do vice-reino. O ouro e a prata de Potosí demoravam três vezes mais a chegar à Espanha saindo por *Callao* (no Peru), que de Buenos Aires, fato que, somado aos interesses ingleses e portugueses de invadir pelo Rio da Prata, precipitou a criação do mencionado vice-reino no ano de 1776 (RAMOS, 2012).

2.4. A regionalização do conflito a partir da Independência (1816)

Esta localização privilegiada de Buenos Aires estimulou a ascensão de uma forte classe comercial cosmopolita na cidade, entre os quais se destacavam os espanhóis de Cádiz e Sevilha, ingleses, judeus e portugueses. Ligado a este fato, foi-se gestando desde tempos coloniais uma superestrutura política e jurídica afim desses interesses, capaz de controlar o extenso território a partir de uma rede de instituições públicas com centro em Buenos Aires. Outro fator que centralizou ainda mais o poder da cidade portenha foi o fato de que o vice-rei do Rio da Prata exercia também a função de governador da província de Buenos Aires, da qual Santa Fé formava parte como uma "dependência de governo" (figura nº 16).

Figura 16- Parte do território que compreendia o Vice-reino do Rio da Prata e Santa Fé como parte da Intendência de Buenos Aires



**Curiosamente chamado no mapa de "Virreinato de Buenos Aires".
Fonte: *Archivo General de la Nación, 1782. Adaptação própria.***

Durante a época colonial, os portos espanhóis na América só podiam comercializar legalmente com Espanha. A nação com maior poderio comercial e industrial da época, Inglaterra, era a grande inimiga da coroa. Mas como foi colocado no capítulo I, a indústria manufatureira espanhola estava completamente atrasada e a metrópole sobrevivia dos metais preciosos que conseguia extrair de seus súditos americanos. Este atraso produtivo com relação principalmente a Inglaterra, e o monopólio que a coroa exercia em favor dos comerciantes espanhóis, favorecia de maneira circunstancial, no interior do vice-reino, a proliferação de uma indústria artesanal de produtos que a metrópole não estava em condições de oferecer ou o fazia através de intermediários a preços elevados. Neste contexto, o monopólio do comércio espanhol e seu atraso manufatureiro serviram como proteção fortuita às indústrias artesanais regionais do vice reino do Rio da Prata, que tinham nas minas de Potosí uns de seus principais mercados.

Mas esta proteção circunstancial que o atraso espanhol outorgava às indústrias artesanais espanholas na América mudou com a revolução de Maio de 1810 e a Independência de 1816. A

partir de aí, foram se configurando duas tendências políticas e econômicas antagônicas no atual território argentino, representadas pelo Partido Unitário, formado pelas classes exportadoras e importadoras livre-cambistas, com epicentro principalmente na cidade de Buenos Aires; e o Partido Federal, que dominava o interior.

Mas as províncias do interior federal não constituíam um bloco político único e homogêneo, senão que existiam diferenças entre elas baseadas no teor e destino das suas produções. As províncias mediterrâneas (Mendoza, San Juan, Córdoba, San Luís, Santiago del Estero, La Rioja, Tucumán e Jujuy) apresentavam uma economia artesanal e primária destinada principalmente ao mercado interno (frutas, trigo, vinhos, aguardentes, mulas, produtos têxteis, carretas). Como foi colocado no capítulo I, na época da colônia estas regiões *extra-pampeanas* eram as zonas mais prósperas do atual território argentino devido à abundância de índios sedentários e à proximidade do principal mercado: as minas de Potosi, que localizadas no deserto, necessitavam de todo tipo de bens para manter sua produção. Com a expansão comercial de gado para exportação após a independência, o surgimento dos "saladeros" (locais de produção de carne salgada) e a política livre-cambista impulsionada por Buenos Aires, estas *proto-indústrias* mediterrâneas serão fortemente prejudicadas devido ao ingresso das manufaturas inglesas e ao aumento exagerado dos preços internos.

Por outro lado, as províncias do litoral fluvial: Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e La Banda Oriental, produziam os mesmos bens exportáveis que Buenos Aires (couros, banha e posteriormente carne salgada), mas que enfrentaram a esta exigindo a livre navegação dos rios Uruguai, Paraná e Prata, que Buenos Aires impedia. Também reclamavam a nacionalização dos ingressos da aduana na qual elas tributavam, a livre eleição de governadores e a representatividade igualitária no Congresso (e não proporcional à população como exigia Buenos Aires). Essas eram as principais exigências das províncias do Litoral para realizar um congresso constituinte que daria início à união nacional, que eram também as exigências das províncias mediterrâneas (BUSANICHE, 1927).

A tendência geopolítica unitária estava relacionada principalmente à importação de manufaturas inglesas e a venda de carne salgada e couro para esse país e suas colônias. Por estes motivos a região do litoral fluvial, que convergia com alguns dos

interesses unitários, mas também com outros exigidos pelas províncias mediterrâneas, desencadeou durante o século XIX uma política pendular, ora coligando com as províncias mediterrâneas, ora com os interesses de Buenos Aires. Como exemplo, na batalha de Caseros (1852), a província de Santa Fé e os *gauchos* do Litoral ficaram divididos entre partidários e inimigos de Rosas (governador federal de Buenos Aires), e ambos os lados resolveram suas diferenças no campo de batalha.

O preço da carne, que começou a aumentar em decorrência da sua inserção no mercado internacional a partir de século XIX, e em menor medida longos períodos de seca e gafanhotos que fustigaram a região durante esse século, também foram fatores-chaves que propiciaram as guerras civis argentinas (ALVAREZ, 1938). Por outro lado, o interior (províncias mediterrâneas e do litoral fluvial), ao não apresentar um bloco unificado de interesses devido principalmente à diversidade e destino da produção (mercado interno ou externo), caiu em reiteradas oportunidades na divisão que as intrigas das classes comerciais importadoras e exportadoras localizadas principalmente (mas não exclusivamente) em Buenos Aires, realizavam.

2.5. A transição para uma economia comercial do gado como detonante dos conflitos civis

Como foi comentado, um dos fatores desencadeantes da crise e insurreições *gauchas* das províncias foi o preço da carne no mercado interno, e que se transformou em um dos principais "termômetros sociais" durante este período (ALVAREZ, 1938). Até a revolução de Maio de 1810, que muda a estrutura tradicional colonial e acelera o processo de aquisição e privatização das terras, os *gauchos* eram um sujeito social livre e seminômade. Procuravam viver longe das cidades, às vezes perto dos índios ou entre eles, a expensas das grandes manadas de gado que perambulavam sem proprietários pela imensidão do pampa.

Durante a colônia e começo do século XIX a propriedade da terra não tinha, na região pampeana, limites precisos. O arame farpado só seria popularizado à altura de 1890, sendo que os campos continuavam, em grande medida, marcados apenas com valas ou sem sinalização nenhuma. Neste contexto, embora a

marcação do gado já houvesse se popularizado entre os proprietários, sua posse efetiva era ainda rara. Os *gauchos* mais integrados à vida e economia europeizada trabalhavam temporariamente nas estâncias durante o período de marcação e castração dos animais, no corte de lã das ovelhas ou no contrabando de couro. Concluída estas tarefas o gaúcho sempre tinha carne barata assegurada, abatendo algum gado que pudesse caçar.

O livre-comércio que se expandiu rapidamente depois da independência foi minando o velho estilo de vida dos *gauchos*. A era dourada do couro também chegava a seu fim. O desenvolvimento da indústria do *saladeiro* (a primeira grande indústria argentina) a partir de inícios do século XIX transformou a carne do gado na parte mais prezada do animal. Antes da revolução de 1810, a norma costumeira no pampa estabelecia que o *gaúcho* podia sacrificar gado para o consumo com apenas a obrigação tácita de entregar o couro ao proprietário. Depois da Independência, as relações comerciais com a Grã Bretanha aceleraram o desenvolvimento da indústria da carne, com o avanço da propriedade privada da terra e das relações capitalistas de produção, fazendo com que o *gaúcho* necessitasse trabalhar alguns meses no saladeiro e comprar a carne que pudesse ao preço pago no exterior (ALVAREZ, 1938).

Com a entrada da carne salgada da região pampeana no comércio internacional, nas primeiras décadas do século XIX, o *gaúcho* pampeano viu dificultado o acesso a seu principal meio de subsistência. Para piorar a situação, a Junta de Governo de Buenos Aires decretou, em 1812, um imposto de 20% para o consumo interno de carne, ao mesmo tempo em que exonerou de imposto a sua exportação (RAMOS, 2012). Estas políticas, que afetaram de maneira direta às populações pampeanas, só conseguiram ser aplicadas com ajuda de uma forte ação repressiva.

Neste contexto, em 1815, aparece o *decreto sobre a vagância*, uma reação das classes dirigentes às mudanças que estavam se precipitando. A lei sobre a vagância estabelecia que todo indivíduo da campanha que não fosse proprietário, seria considerado serviente e seria obrigado a reconhecer a um patrão, que lhe outorgaria uma "*papeleta*" a ser visada cada três meses, sob pena de ser considerado "vago".

Considerava-se vagância transitar o território sem a permissão explícita de um juiz, geralmente agente dos criadores de

gado. Os *gauchos* considerados vagos eram obrigados a prestar cinco anos de serviço militar ou dois anos de trabalhos forçados em obras públicas, isto na primeira vez, e 10 anos se era pego numa segunda vez sem a "papeleta". O serviço militar era geralmente efetivado nas áreas de fronteiras contra os índios onde as condições de vida eram paupérrimas; sacrificada vida narrada no célebre poema gauchesco *Martin Fierro*, de José Hernandez (1897):

(...) Yo he conocido esta tierra
en que el paisano vivía.
Y su ranchito tenía
y sus hijos y mujer...
Era una delicia el ver
cómo pasaba sus días.

(...) Y mientras domaban unos,
otros al campo salían,
y la hacienda recogían,
las manadas repuntaban,
y así sin sentir pasaban
entretenidos el día.

(...) ¡Ricuerdo!... ¡Qué maravilla!
cómo andaba la gauchada,
siempre alegre y bien montada
y dispuesta pa el trabajo...
pero hoy al presente... ¡barajo!
no se le ve de aporriada.

El gaucho más infeliz
tenía tropilla de un pelo,
no le faltaba un consuelo
y andaba la gente lista...
tendiendo al campo la vista
sólo vía sino hacienda y cielo.

(...) Venía la carne con cuero,
la sabrosa carbonada,
mazamorra bien pisada
los pasteles y el güen vino...
pero ha querido el destino,
que todo aquello acabara.

(...) Estaba el gaucho en su pago
con toda siguridá:
pero aura... ¡barbaridá!
la cosa anda tan fruncida,
que gasta el pobre la vida
en juir de la autoridá.

Pues si usted pisa en su rancho
y si el alcalde lo sabe
lo caza lo mesmo que ave
aunque su mujer aborte...
¡No hay tiempo que no se acabe
ni tiento que no se corte!

(...) Y el lomo le hinchan a golpes,
y le rompen la cabeza,
y luego con ligereza
ansí lastimao y todo,
lo amarran codo con codo
y pa el cepo lo enderiezan.

Ay comienzan sus desgracias,
ay principia el pericón;
porque ya no hay salvación,
y que usted quiera o no quiera,
lo mandan a la frontera
o lo echan a un batallón

Ansí empezaron mis males
lo mesmo que los de tantos,
si gustan... en otros cantos
les diré lo que he sufrido
después que uno está... perdido
no lo salvan ni los santos (...).

O decreto sobre a *vagancia* esteve vigente até o ano de 1870, quando as guerras civis já tinham dizimado os *gauchos* e o arame farpado começou a dificultar o roubo de gado e a livre circulação pelos campos. A guerra do Paraguai foi outro dos destinos dos *gauchos*"vagos".

Desta maneira, a carne, principal artigo de consumo da população pampeana, foi tendo um preço determinado pelo

mercado externo enquanto que os *gauchos* eram obrigados ou coagidos a trabalhar para um patrão, sob ameaça de serem enviados à "fronteira". Estes fatos, somados aos conflitos de interesses econômicos referentes à política centralista e livre-cambista portenha, fizeram que os *gauchos* das províncias do Litoral se alinhassem aos caudilhos provinciais, geralmente grandes estancieros e militares das guerras de independência, para iniciar a guerra civil como forma de protesto e sobrevivência. As províncias do interior careciam dos opulentos ingressos da aduana que Buenos Aires, que se negava a nacionalizar, e do intenso movimento comercial da única cidade porto. À falta de exércitos provinciais regulares, as *montoneras* (*gauchos* que combatiam montados a cavalo) foram a saída que encontraram as massas e seus caudilhos para defender seus interesses e os das suas províncias.

2.6. Sarmiento, "civilização e barbárie": as supostas causas "culturais" dos conflitos entre Buenos Aires e o interior

Para explicar os conflitos armados entre Buenos Aires e o interior, nos quais Santa Fé participou ativamente, a bibliografia dominante geralmente recorre a um dos textos pilares da literatura Argentina e americana: "*El Facundo, civilización y barbarie*", ([1845] - 1874), o clássico livro de Domingo Faustino Sarmiento, presidente pró-portenho entre 1868 e 1874. Inspirado na figura do grande caudilho riojano Juan Facundo Quiroga (figura nº 17), esta obra literária teve objetivos políticos e propagandísticos bem claros: ultrajar os *gauchos* e seus líderes os caudilhos, e ocultar as verdadeiras causas da rebeldia do interior e da intermitente guerra civil contra Buenos Aires.

Figura 17- Local histórico: finca Anajuacio, casa de descanso e estância de Juan Facundo Quiroga, na província de La Rioja



Fonte: Acervo de Pablo Bender, 2015.

Exilado no Chile, Sarmiento atacou às figuras dos líderes federais, que tinham em vulto o livre-câmbio portenho, ao tempo que procurou convencer aos seus leitores da necessidade de acabar com o *gauchaje bárbaro* que povoava o interior argentino. Utilizando recursos do determinismo geográfico, além de muitas falácias (JAURETCHE, 1973), Sarmiento descreveu aos *gauchos* como seres irracionais, assassinos, impulsivos, ignorantes e desprovidos de toda vontade política própria. O autor do *Facundo*, que também foi presidente honorário da antiga Sociedade Geográfica Argentina, intitulou o primeiro capítulo: "*Aspecto físico de la República Argentina y caracteres, hábitos e ideas que engendra*", deixando claro que os aspectos "bárbaros" do gaúcho estavam relacionados a seu entorno geográfico.

No único texto encontrado em revistas de Geografia sobre a temática dos conflitos armados entre Buenos Aires e o interior no século XIX, não chama a atenção que o autor concorde plenamente com as ideias de Sarmiento. Os parágrafos que analisaremos a seguir pertencem a um artigo do professor J. A. Pickenhayn (2000), do departamento de Geografia da *Universidad Nacional de San Juan* (cidade onde nasceu Sarmiento), publicado pela revista de Geografia e Ciências Sociais *Scripta Nova*, da Universidade de Barcelona. Na mesma direção da historiografia unitária de Mitre,

Vicente Fidel López e Sarmiento, o professor Pickenhayn explica a repulsão dos *federales* do interior argentino às "inovações" (isto é, às manufaturas inglesas e à economia política de Buenos Aires), não a partir de algum condicionamento econômico e material ligado à administração autoritária e livre-cambista de Buenos Aires, senão a determinismos geográficos que condicionariam uma cultura "*refractaria*" à influência da metrópole. Neste sentido Pickenhyan afirma que:

El aislamiento moviliza una forma de percepción - que luego se transforma en conducta - refractaria a las innovaciones que pudieran llegar del exterior (...) Dentro de este esquema se desarrollaron las estrategias políticas del federalismo, refractarias a la influencia innovadora de la metrópoli (PICKENHYAN, 2000: s/p).

Assim, tanto Sarmiento como Pickenhayn, explicam os conflitos internos nacionais com argumentos decorrentes de uma psicologia forjada pelo "isolamento" do gaúcho, dando a entender que o extenso território nacional é um "problema" e não uma vantagem do Estado, como deveria ser considerado. Em todo seu texto, omite dizer que o centralismo político de Buenos Aires, o trabalho compulsório, a abertura comercial e o monopólio dos recursos da aduana poderiam oferecer, pelo menos em última instância, uma explicação plausível sobre a relutância do interior ao "progresso". Por outro lado, afirmar que as províncias estavam "isoladas" por causa da imensidão do território é, pelo menos, discutível. Temos que ter em consideração a complexa rede de caminhos e de sistemas de transportes já existentes no território desde tempos coloniais, sistema facilitado pelo relevo plano que domina grande parte do território argentino, e pelo importante mercado de animais de carga presentes no território antes da chegada das ferrovias. Sem levar isto em consideração, Pickenhyan continua afirmando que:

Sarmiento, enrolado en una militancia unitaria, contraria a estas concepciones, hizo del progreso un camino para romper las barreras geográficas que, de la mano de la ignorancia, impedían la necesaria difusión de

las innovaciones a partir de una política basada en la conexión como instrumento de apertura contra el aislamiento del interior del país (PICKENHYAN,2000:s/p).

O "Facundo", ([1848]-1874) de Sarmiento, pela influência que exerceu e ainda exerce no senso comum dos argentinos, foi a base ideológica do pensamento liberal argentino, destinado a ocultar as verdadeiras causas das lutas civis argentinas para disfarçá-las de conflitos culturais e relutância ao progresso.

2.7. O pensamento de Alberdi: a "Independência" Argentina e a dependência interna das províncias

Já as premissas de Juan Bautista Alberdi acerca das causas que enfrentaram o interior com Buenos Aires são mais complexas e fundamentadas nas condições econômicas e políticas da época. Segundo Alberdi, que fora o primeiro intelectual a teorizar sobre a questão nacional argentina, desde a criação do Vice-reino do Rio da Prata foram se estabelecendo no interior do território duas dependências econômicas: uma "doméstica", das províncias do Vice-reino em relação a Buenos Aires, (*aprovincia-metrópole*); e outra exterior, do vice-reino com relação à Espanha. Depois da independência das *Provincias Unidas del Sud* em 1816, a sujeição do interior com relação a Buenos Aires continuou, mas agravada pelo fato de que a cidade portenha abria as portas às manufaturas inglesas (antes proibidas pelo monopólio comercial espanhol) ao tempo em que se enriquecia recebendo os tributos das importações e exportações destinadas ou procedentes de todo o território argentino (ALBERDI, [1852], 1920).

Segundo Alberdi, graças a sua localização estratégica e substanciais recursos econômicos, Buenos Aires conseguia prosperar e impor suas ambições, mesmo sendo derrotada em várias oportunidades pelas províncias do Litoral durante o transcurso do século XIX. A esta capacidade de recuperação de Buenos Aires depois de ser vencida em várias oportunidades pelas armas do interior, Alberdi a metaforiza aludindo a que a cidade portenha "*calça nos seus pés uma prancha de ouro*" (fazendo referência aos

recursos da aduana), que por seu próprio peso conseguiu erguer a Buenos Aires, sempre triunfal:

La leyes coloniales españolas, para hacer efectivo el monopolio de esa parte de América dieron por único puerto a todas las provincias del Plata la ciudad de Buenos Aires, en que residía el Virrey General. Esa legislación debía hacer de Buenos Aires la tesorería de todas las provincias argentinas, el día que la renta de aduana viniese a ser la principal renta general. Así sucedió y ese día llegó con la revolución de 1810 contra España. Prolongar indefinidamente ese estado de cosas era equivalente a dejar en manos de Buenos Aires, todos los recursos de los pueblos argentinos. La tentación es irresistible y Buenos Aires cayó en ella. (...) He aquí el modo como Buenos Aires se apercibió de que ese desorden cedía todo en su provecho local exclusivo, aunque en daño y ruina de la Nación. Derrotada varias veces por las provincias litorales, en sus luchas republicanas de supremacía política, Buenos Aires se encontró en sus derrotas y, a pesar de ellas, mas fuerte y rica que sus vencedores y, naturalmente a la cabeza de ellos. Viéndose caer de pie en todas sus caídas, no tardó en apercibirse de que la causa de ese fenómeno consistía simplemente en que sus pies calzaban una plancha de oro, cuya gravedad bastaba para enderezar su cuerpo como por si mismo, luego de que sus vencedores la abandonaban caída en el suelo. Esa plancha de oro era el impuesto de aduana que todas las provincias vertían en su puerto (ALBERDI, 1920, p. 137 e138).

Estes fatos precipitaram o federalismo e impulsionaram a autonomia das províncias como forma de defesa, pois não podiam contar com um porto nacional nem com um sistema de organização político e econômico que as representasse. Para se proteger da concorrência externa começaram a ressurgir no interior do antigo vice-reino as aduanas interiores. Neste contexto, depois da Independência, Artigas, na Banda Oriental, começou a se erguer

como líder das províncias do Litoral ao propor comercializar via Montevideu e enfrentar o monopólio portuário de Buenos Aires:

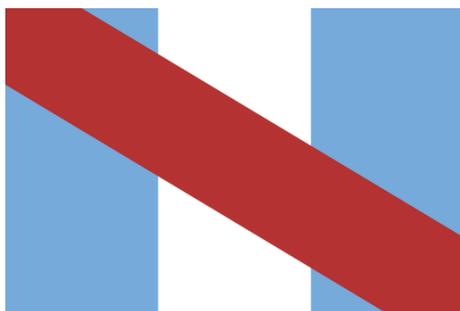
Reapareció el pasado lejano. Volvieron las aduanas interprovinciales y los derechos de tránsito, y volvieron los municipios a odiarse como se habían odiado en los primeros tiempos del coloniaje: no pudiendo vivir del tráfico exterior fuerza era volver a la explotación mutua. Practicamente el comercio con Europa via Buenos Aires quedó para Santa Fe tan dificultado como bajo Felipe II. Debí popularizar a Artigas su decisión de comerciar con Inglaterra via Banda Oriental (tratadode1817) (ALVAREZ,1938, p. 80).

Impulsionadas por esta situação, depois da Revolução de Maio, as províncias do Litoral vão se reunir no chamado “Congresso de Oriente”, onde escolhem a Artigas como autoridade máxima e “Protetora dos Povos Livres”. Aderindo a esta causa, em Santa Fé, no ano de 1815, o Cabildo declarava que:

Se acordó dejar asentado que por unas imperiosas ocurrencias fue inevitable haber hecho enarbolar la bandera de libertad e independencia a ejemplo de los orientales en la tarde del Domingo dos del corriente en la Plaza con el correspondiente saludo de artillería para afianzar la unión con el Jefe protector de los Pueblos Libres, que acaso por esa falta o demora dudaba de nuestra decisión, que para el jueves seis de este mes se celebre Misa de acción de gracias con Te Deum en la Iglesia Matriz (Ata do Cabildo do dia 4 de abril de 1815; Actas Recuperadas Caja 2, Acuerdos de 1815, f. 23v – 24).

A bandeira içada por Santa Fé, e com algumas variantes por todos os "Povos Livres" que conformavam a Liga liderada por Artigas, tinha as cores do pavilhão argentino atravessada por uma franja vermelha, cor própria do Partido Federal (figura nº 18), e em geral, de todos os partidos populares (a cor da barbárie, segundo Sarmiento). Em Buenos Aires, ainda se içava a espanhola.

Figura 18- Bandeira de Santa Fé quando integrava a "Liga dos Povos Livres", liderada pelo caudilho da Banda Oriental José Gervasio Artigas



Neste contexto autonomista, no dia 26 de abril de 1815, Santa Fé escolheu seu próprio governador, o *estanciero* Francisco Candiotti, uma figura muito popular entre os *gauchos* santafesinos, cortando desta maneira a relação de dependência política e administrativa que mantinha com Buenos Aires. É interessante observar, nas atas do Cabildo, como um personagem tão poderoso e popular como Candiotti, junto a outros santafesinos, tenham resistido ao pagamento dos impostos a Buenos Aires, um dos assuntos centrais dos conflitos entre o interior e a província metrópole, assinalados por Alberdi:

Se leyó la representación de Marcos Troncoso, recaudador del nuevo impuesto de propios, denunciando que Francisco Antonio Candiotti y José Manuel Paez se resisten a pagarlo sobre las fábricas, hornos y atahonas y otros efectos que han introducido por varios pretextos arbitrarios de que se sigue que otros con este exemplo se han negado también a pagar el mismo derecho. Tampoco pagaban el derecho de medio real por cabeza los que introducían reces para el abasto. Se acuerda dar decreto exigiendo el pago so pena de que el recaudador acuda a los jueces ordinarios (...) (Ata do Cabildo de Santa Fé do dia 14 de dezembro de 1812. Actas recuperadas. Caja 1, Acuerdos de 1812, f. 25 - 26 v).

A partir da decisão santafesina de nomear a Candiotti como governador, Buenos Aires invade com muita violência a província e

toma a cidade capital, fato que vai se repetir em várias oportunidades durante os anos sucessivos, gerando sangrentos enfrentamentos. Estas invasões foram muito impetuosas, ocasionando inúmeras mortes e deixando sem abastecimento de gado a toda a província. Até as árvores de frutas foram cortadas pelas forças *porteñas* nestes conflitos conhecidos como *La Guerra de los 7 Años*, histórias narradas por Diez de Andino, no seu diário pessoal ([1815-1822]-, 2008).

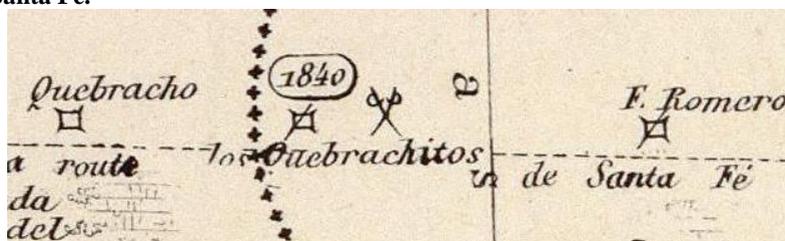
Nessa conjuntura bélica, no dia 2 de abril de 1816, as tropas sublevadas do Exército Nacional em *Añapiré* (também chamado de Ascochingas ou *Reducción* de San Pedro), nas cercanias de Santa Fé capital, lideradas pelos oficiais santafesinos Mariano Vera e Estanislao López, tomam novamente a cidade e proclamam a soberania, ratificando o ingresso da província na Liga dos Povos Livres liderada pelo "oriental" Artigas, e forçando à rendição de Buenos Aires no pacto de Santo Tomé. A importância geoeconômica santafesina, por ser um porto natural para o interior e o exterior através do rio Paraná e sua abundância de gado, faziam com que Buenos Aires não se resignasse a perder esse valioso território. O tratado de Santo Tomé é uns dos chamados *Pactos Preexistentes* que menciona a Constituição Nacional, e que terminará por desenvolver, depois de muito sangue derramado, um sistema Federal de governo no país. Nesse pacto Buenos Aires reconhece, pela primeira vez, a autonomia da província e seus limites territoriais:

Artículo 1°. Se reconocerá por Buenos Aires, libre e independiente a la provincia de Santa Fe, hasta el resultado de la Constitución que debe dar el Soberano Congreso. Su territorio queda demarcado en el Arroyo del Medio: le serán dependientes los fuertes de la Esquina y Melincué, y el de Mercedes si se justifica haber sido de esta jurisdicción (...)(TRATADO de Santo Tomé, 1816).

Pouco depois, Candiotti morre e Estanislao López assume como governador da província, persistindo os conflitos e guerras com Buenos Aires. Com o tempo, López vai-se transformar no *Patriarca da Federação*, comandando sempre batalhas triunfantes ante Buenos Aires, combatendo a atitude centralista e separatista da capital e se transformando em um dos máximos referentes do Partido Federal e da união nacional, até sua morte em 1838. As vitórias santafesinas em

batalhas como a de *Cañada de Cruz*, *Gomonal*, *Puente Marquez e Quebrachitos* (ver figura nº 19) lhe valeram o título de *Provincia Invencible de Santa Fé*, frase que ainda porta na sua bandeira (figura nº 20).

Figura 19- Batalha de Los Quebrachitos, na fronteira entre Córdoba e Santa Fé.



Detalhe do mapa: Carte des provinces d' Entre Rios, de Santa Fé et de la Bande Orientale. Autor: Martin de Moussy, ano 1865. Fonte: mapoteca do Archivo General de la Nación

Figura 20- Atual bandeira da Província de Santa Fé¹⁶



O intento Unitário de impor, no nascente país, uma Constituição (1819) que institucionalizava o poder portenho, veio a

¹⁶ As flechas apontando para baixo simbolizam a cruenta e cruel guerra ganha aos indígenas a mãos da erguida lança *criolla*. A cor vermelha simboliza o federalismo e o celeste e branco a bandeira argentina.

estremecer ainda mais as relações com Santa Fé. Esta intenção unitária de unificação nacional era tão ou mais antidemocrática que a antiga legislação espanhola. A nova Constituição deixava nas mãos dos diretores supremos do Estado, radicados em Buenos Aires, o poder para decidir sobre as autoridades provinciais e municipais, suprimindo o poder dos cabildos (RAMOS, 2012).

Na batalha de Cepeda, do ano 1820, no limite entre Buenos Aires e Santa Fé (ver figura 21), López e o caudilho de Entre Rios, Francisco Ramirez, vencem novamente aos unitários, causando a dissolução do *Directório* e do Congresso Nacional. Esta batalha está inserida no contexto do chamado *Motín de Arequito*, quando novamente as tropas do Exército Nacional postados nessa localidade do sul santafesino se rebelam contra as ordens do Diretório, que pediam a tomada da Província, fato que demonstra as origens federais e populares do Exército Argentino. Logo após o triunfo federal em Cepeda, se inicia o período denominado de "autonomias provinciais", quando o país ficou integrado por treze províncias autônomas, sem um governo central.

Figura 21- Batalhas na Cañada Cepeda (1820-1859), na fronteira entre Buenos Aires e Santa Fé, ambas com vitórias santafesinas



Detalhe do mapa: Carte des provinces d' Entre Rios, de Santa Fé et de la Bande Orientale. Autor: Martin de Moussy, ano 1865. Fonte: mapoteca do Archivo General de la Nación

Dois meses antes de Cepeda, *La Gaceta de Buenos Ayres*, órgão jornalístico unitário, expressava, no editorial de 15 de dezembro de 1819, a vontade da *provincia metrópole* de preservar os velhos privilégios reais por sobre os *anarquistas*, conforme abaixo visualizado.

Fragmento do jornal *Unitario La Gaceta de Buenos Ayres*. 19 de dezembro de 1819

 <p>GACETA DE BUENOS AYRES</p> <p>DEL MIERCOLES 15 DE DICIEMBRE DE 1819.</p> <p>CAMPAÑA CONTRA LOS DISIDENTES.</p> <p>sición.—¿ Por que pelean los anarquistas? ¿ Quienes son ellos? ¿ Cuales sus cualidades y sus medios de establecer un sistema cualquiera regular? — Se les atribuye la pretension de establecer <i>la federacion</i>—¿ y hay alguno entre sus gefes que sepa ni siquiera pronunciar correctamente aquella voz? Hasta ahora no hemos oido explicar ra-</p>	<p>zionalmente á los pretendidos federalistas cuales son los alcances de su sistema. Hubo tiempo que en Buenos Ayres se asomó el deseo de reducirse á sola su provincia, aun excluyendo á Santa Fe, que es pueblo de su dependencia provincial, y á nadie asentó peor la proposicion que á los partidarios de tal régimen. Los federalistas quieren no solo que Buenos Ayres no sea la capital, sino que como perteneciente á todos los pueblos divida con ellos el armamento, los derechos de aduana y demas rentas generales: en una palabra, que se establezca una igualdad fisica entre Buenos Ayres y las demas provincias, corrigiendo los consejos de la naturaleza, que nos ha dado un puerto, y unos campos, un clima y otras circunstancias que le han hecho fisicamente superior á otros pueblos, y á la que por las leyes inmutables del órden del universo esta afecta cierta importancia moral de un cierto rango.</p>
---	--

Fonte: Biblioteca Nacional Argentina.

Este fragmento de *La Gaceta* apresenta uma síntese da visão unitária do conflito e da idiosincrasia portenha, conforme o pensamento que décadas depois desenvolveria para se arraigar no censo comum argentino, o já referido Sarmiento. Chamam a atenção nesse texto varias questões, entre elas a apelação às "*leyes inmutables del orden del universo*" que fariam superior a Buenos Aires, a ideia contrária do estabelecimento de uma igualdade entre Buenos Aires e as demais províncias, sua posição altaneira, sua relutância para conformar um projeto de união nacional, o desconhecimento da organização política e econômica que já existia no interior, e o seu desprezo pelos chefes das províncias.

Apesar da derrota que Buenos Aires sofreu em Cepeda e em muitas outras batalhas, esta postura dominante não mudará. Aprofundar-se-á por todo o século XIX, e mesmo que a cidade e seus recursos de aduana tenham sido nacionalizados no ano de 1880, a política comercial livre-cambista continuará até as presidências nacionais e populares de Hipólito Hirigoyen, primeiro, e Juan Domingo Perón, depois, já entrando o século XX, ambos derrotados por setores ligados à agroindústria de exportação, comércio externo e interesses internacionais.

Durante o período em que governou o federalismo, da mão do estancieiro Juan Manuel de Rosas como governador de Buenos Aires (1829-1852), encarregado também das Relações Exteriores da Confederação Argentina, se estabeleceu a proteção às indústrias nacionais colocando fortes impostos ao ingresso de mercadorias na aduana *porteña*. Além disso, o *Restaurador de las Leyes* (assim chamado Rosas) foi a favor de que as províncias pudessem escolher seus próprios governadores e ganhassem autonomia. Nesse período o país ficou dividido regionalmente entre os caudilhos federais Facundo Quiroga, apelidado de *El Tigre de los Llanos* (inspirador do *Facundo, civilización y barbarie* de Sarmiento), que dominava principalmente o noroeste argentino, *Cuyo* e Córdoba. Por outro lado Estanislao López governava Santa Fé e tinha o controle do Litoral enquanto que Juan Manuel de Rosas era o líder da Federação e governador de Buenos Aires.

Mas mesmo Rosas sendo federal, era relutante a assinar uma Constituição Nacional que colocasse em risco a hegemonia de Buenos Aires, e além disso, não permitia a nacionalização dos recursos da aduana e tampouco consentiu em que as províncias do Litoral comercializaram de maneira direta com o exterior. O histórico problema do monopólio do porto de Buenos Aires continuava vigente, apesar das restrições para a importação e da maior autonomia provincial.

No contexto protecionista de Rosas, em 1845, aconteceu uma série de combates fluviais conhecidos como a Guerra do Rio Paraná. A batalha mais importante desses choques foi a de *Vuelta de Obligado*, quando tropas da província de Buenos Aires se enfrentaram com os 20 navios de guerra e 70 barcos comerciais da esquadra anglo-francesa, que entraram pelo rio com a finalidade de comercializar com a província de Corrientes, no Litoral, inimiga de Rosas e dos federais. Neste cenário, o desejo da maioria das

províncias litorâneas era o de comprar e vender livremente com Europa sem a intermediação de Buenos Aires, Santa Fé considerou que os direitos de soberania estavam acima dos interesses comerciais. A artilharia de Santa Fé, comandadas por Pascual Echagüe, atacou em duas oportunidades aquela frota, em San Lorenzo e na *Angostura del Quebracho*, nas cercanias do atual *Puerto General San Martín*, no sul de Santa Fé, perpetrando severos danos aos vapores blindados de guerra e aos barcos comerciais. A província de Entre Rios também permaneceu aliada a Rosas durante essa série de batalhas.

Mas essa aliança incondicional das províncias durante o governo federal era mantida, sobretudo, pela grande figura do estancieiro Rosas, uns dos homens mais poderosos e ricos da América naquela época, que ainda monopolizava para Buenos Aires os recursos da aduana. O conflito interno estorou em 1852, quando o Exército da Confederação, liderado por Rosas, se enfrentou em Caseros, na província de Buenos Aires (ver figura nº 22), ao Exército Grande, dirigido pelo caudilho de Entre Rios, o estancieiro Justo José de Urquiza, num conflito onde intervieram mais de 45.000 soldados (BUSANICHE, 2005).

Figura 22- localização da Batalha de Monte Caseros (1852) e de Colônia do Sacramento



Detalhe do mapa: Carte des provinces d' Entre Rios, de Santa Fé et de la Bande Orientale. Autor: Martin de Moussy, ano 1865. Fonte: mapoteca do Archivo General de la Nación

Nesta batalha lutaram com Urquiza tropas do Brasil, Uruguai, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé (que ficou dividida entre partidários e inimigos de Rosas), além de unitários conspiradores

exilados em Montevideú. Depois do triunfo do Exército Grande em Caseros, Buenos Aires ficou separada do restante da Confederação, formando o Estado independente de Buenos Aires. A Confederação declarou a sua capital na cidade de Paraná (na província de Entre Rios), e transformou a Rosario, no sul de Santa Fé, no seu porto de exportação; a partir desse momento a cidade começou a crescer vertiginosamente. No contexto posterior a Caseros foi assinado pela primeira vez a Constituição Argentina, em 1853, na cidade de Santa Fé, sem a presença de Buenos Aires.

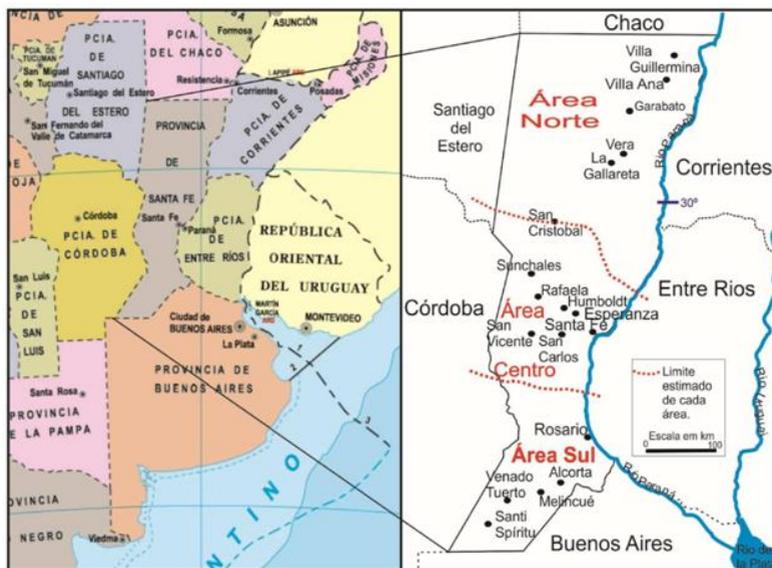
O princípio do fim das lutas civis argentinas e a reunificação nacional (sob comando da cidade de Buenos Aires), foi a Batalha de Pavón (1861), no limite entre Buenos Aires e Santa Fé, onde as tropas do unitário General Mitre, depois presidente da República, vencem às do entrerriano Urquiza, que trai a causa federal, se retira do combate e cede a vitória a Mitre, traição que anos depois pagaria com sua própria vida, sendo assassinado por *gauchos* federais. A partir daí se impõe sobre as províncias da Confederação um período de paz forçada pelo poder das armas, e se outorgam grandes estímulos ao capital inglês e à produção de gado de qualidade.

Neste período também se verifica o início de um processo de grande imigração (italiana principalmente), e a chegada do capital Inglês. Na sequência, vamos desenvolver considerações sobre a modernização do espaço agrícola da província após firmada a Constituição Nacional, focando na consolidação de sua estrutura agrária diferenciada.

CAPÍTULO III: ESTRUTURA AGRÁRIA DIFERENCIADA. DA CONSTITUIÇÃO DE 1853 A MEADOS DO SÉCULO XX

A Constituição de 1853, assinada em Santa Fé, mesmo sem a presença de Buenos Aires até 1861, permitiu lograr uma relativa estabilidade social e incorporar ao território povoação europeia. Além disso, o capital Inglês começou a realizar investimentos no confiável negócio de bosques, terras e ferrovias. Lentamente foram se consolidando na província três áreas econômicas e produtivas diferenciadas, herdadas em parte dos períodos anteriores: norte, centro e sul; cada uma desenvolvendo uma estrutura agrária com características particulares e desiguais relações de produção. Na figura nº 23, visualizamos a localização da província de Santa Fé no território argentino e sua divisão nas três áreas econômicas e produtivas da província de Santa Fé: as áreas Norte, Centro e Sul, caracterizando a sua formação sócio-espacial.

Figura 23- Localização da província de Santa Fé e áreas Norte, Centro e Sul



Elaboração própria.

Não obstante, antes de desenvolvermos sobre as três áreas econômicas e produtivas da província de Santa Fé, salientamos a importância de relacionarmos às características climáticas e de vegetação, que, de certo modo, conferem com aquelas, ao demonstrar três províncias fitogeográficas com delimitação muito próximas à configuração econômica e produtiva. Afinal, e considerando o fundamento teórico da formação sócio-espacial, natureza e sociedade estão intimamente interligados, como parte de uma totalidade, muito bem evidenciado nos trabalhos de grandes geógrafos brasileiros, como Milton Santos, Aziz Ab'Sáber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, entre outros, bem como, no próprio fundamento teórico marxista da formação econômico e social, que de forma alguma menospreza a natureza.

3.1. Caracteres climáticos e vegetação da província

Embora não seja nossa intenção aprofundarmos nos aspectos físicos e naturais da província, consideramos necessário levantar alguns dos principais caracteres que apresenta a biogeografia santafesina, pois eles estão ligados aos processos produtivos que tiveram e tem lugar na província. Os três principais domínios biogeográficos nos quais está inserida Santa Fé também correspondem às áreas norte, centro e sul na qual temos dividido a província (figura nº 24),mas nós estamos considerando principalmente seus aspectos sócio-históricos.

Figura 24- Províncias fitogeográficas santafesinas.



Fonte: CABRERA, 1976.

No norte santafesino encontramos a *província fitogeográfica chaqueña*, caracterizada por um clima subtropical e precipitações acima dos 1.200 mm anuais, fatos que somados às particulares condições edafológicas tem permitido o desenvolvimento de bosques de madeira dura, sobretudo no setor este. Já no oeste da província *chaquenha* domina a savana santafesina, em geral, uma região inundável, sem capacidade de produção agrícola devido aos altos conteúdos de sais e argila dos solos, mas que permitem o crescimento de espécies gramíneas que são utilizadas para desenvolver a criação de gado, mesmo que com escassa capacidade de carga animal. A província *chaquenha* que domina o norte santafesino é uma extensão do bioma do Pantanal, já na fronteira com a pradaria pampeana (GALLARDO, MANZI, 1970; D'ANGELO, 1993; CABRERA, 1976), conforme percebido na figura nº 25.

Figura 25- Savana santafesina e remanescente do bosque chaquenho



Fonte: Acervo de Pablo Bender, 2017.

Já na área centro, a província do Espinal é caracterizada por ser uma transição entre os bosques da região chaquenha e as pradarias da região pampeana úmida, caracterizada pela presença de árvores dispersas, como o *Algarrobo*, e extensos setores de gramas mais ou menos duras, hoje, em geral, ocupadas por forragens artificiais (figura nº 26). Os solos desta região são de mediana capacidade para a agricultura, e é por este e outros motivos que a criação de gado leiteiro é uma das principais atividades econômicas do centro da província.

Figura 26- Algarrobos na comuna de Humboldt



Fonte: Acervo de Pablo Bender, 2015.

Já a "Província fitogeográfica Pampeana" é no seu estado puro uma pradaria que se desenvolve sob um solo com leve excesso hídrico, suficiente para manter uma cobertura vegetal contínua e verde, mas insuficiente para o desenvolvimento de bosques (figura nº 27).

Figura 27- Ombú e trigo no sul de Santa Fé.



Fonte: Acervo de Pablo Bender, 2017.

Esse equilíbrio de fatores, somado a um clima temperado, permite que os solos do sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires contenham espessas camadas de *humus* e sejam os melhores estruturados, férteis e aptos para a agricultura de toda a região pampeana.

Já a província subtropical oriental está ligada às formações arbóreas que dominam as margens do rio Paraná, relacionadas principalmente aos bosques em galeria e áreas inundáveis. Esta última província fitogeográfica, apresenta características singulares, e se funde nos seus principais aspectos sociais e históricos com as restantes áreas que conformam a província de Santa Fé, sendo uma zona com pouca presença humana.

3.2. Área Norte: grandes latifúndios florestais, "farwest" santafesino e a criação do Território Nacional do Chaco

Depois da batalha de Caseros de 1852, que terminou com o governo de Rosas, e assinada a Constituição, o governo provincial começa a legislar a concessão, venda e entrega de terras públicas. Décadas de guerras civis haviam esvaziado os cofres, dificultando o povoamento e a expansão produtiva. Neste contexto a província oferece bons negócios com terras aos inversores dos países centrais: o capital inglês e a imigração europeia eram vistos como sinônimo de progresso e civilização. O governador que impulsionou decididamente essa política foi Nicasio Oroño, dispendo a venda massiva de terras públicas e a criação de colônias de imigrantes. No seu discurso de 1866 na *Legislatura* assinalava que:

El Gobierno comprende que la población extranjera acumulada en nuestro suelo, estimulada por las ventajas que le ofrece la liberalidad de nuestras leyes, es el elemento indispensable de nuestro progreso y el medio más eficaz para retomar a la provincia su dominio a los vastos territorios que hoy ocupan las tribus del desierto (*citado em ENSINCK, 1979: 36-37*).

Depois da Batalha de Pavón (1861), que sacode novamente a paz provincial, e consumada a organização nacional sob a órbita de Buenos Aires, a Guerra do Paraguai (1864-1870) vai estimular as economias provinciais e o surgimento de colônias de imigrantes. Não obstante, o fim do conflito colocará a província numa nova crise que vai acelerar a venda de terras como via de financiamento público (GALLO, E. 1984).

Num contexto de necessidades orçamentárias, expansão territorial e o tradicional e problemático combate ao índio, é criada a *Gobernación del Chaco* em 1872, com capital em *Resistencia* (atual capital da província do Chaco), se iniciando a chamada *Conquista do Chaco*, quando o Exército Nacional incorpora, pela via militar, os domínios indígenas do bosque chaquenho, entre os quais se encontrava o norte de Santa Fé, situação que a província nunca tinha conseguido impor por seus próprios meios (figura nº 28).

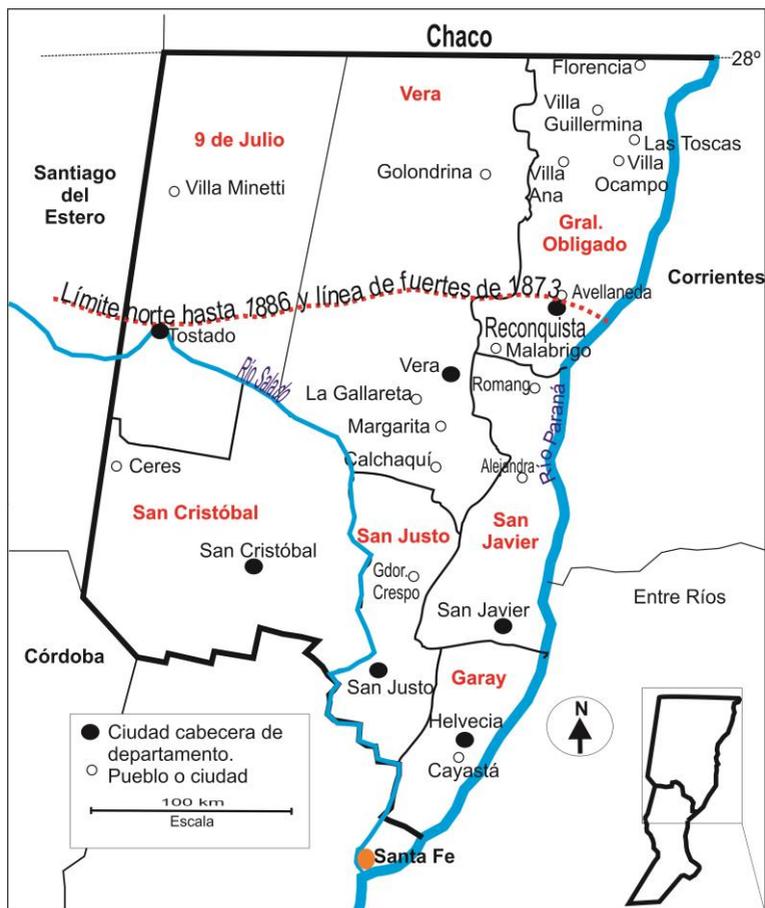
Figura 28- Campanha militar no norte argentino



Título:*Militares costeando el Rio Monte Lindo, Chaco. Autor: ? Ano1911.*
Fonte: *Archivo General de la Nación.*

Também em 1872, no marco dessa campanha, o General do Exército Argentino Manuel Obligado, funda no norte de Santa Fé a cidade de Reconquista, uma das principais bases de operações da Conquista do Chaco, no lugar onde tinha existido a *reducción* de índios de San Jerónimo del Rey, que como foi colocado no capítulo anterior, fora destruída por ataques indígenas em 1818, no período de guerra com Buenos Aires pela autonomia provincial. O General Obligado estende então uma linha de fortes de Reconquista até a atual localidade de Tostado, com a finalidade de evitar a entrada dos índios pelo norte santafesino (figura nº 29).

Figura 29-área do norte santafesino, com seus departamentos, capitais departamentais e outras localidades



Fonte: elaborado pelo autor a partir da Cartografia oficial do Instituto Geográfico Nacional.

Nas figuras nº 30 e 31 percebe-se, respectivamente, o que resta da torre do antigo forte de Tostado e, também nesta localidade, crianças indígenas do povo Toba.

Figura 30- Mangrullo do antigo forte de Tostado



Fonte Acervo de Pablo Bender, 2017.

Figura 31- Crianças do povo Toba na comunidade indígena de Tostado



Fonte acervo de Pablo Bender. Ano 2017.

Pela via militar se consolida o controle efetivo do norte de Santa Fé por parte do Estado nacional e provincial, gerando as condições necessárias para a expropriação definitiva da propriedade comunal indígena e crioula, a venda de terras públicas e o surgimento de novas relações de produção na região.

Afiançada a presença do Estado, foram fundadas no norte de Santa Fé as colônias de *Helvecia* (1864), *San Justo* (em 1868, mas abandonada por causa de secas e ataques de índios e fundada novamente em 1882), *Alejandra* (1870), *Roman* (1873) e *San Cristobal* (1890) entre outras. Também surgem colônias criadas pelo Estado Nacional ao norte da linha de *fortines* construída por Obligado, no Território Nacional do Chaco: *California* (1866), *Villa Ocampo* (1878), *Avellaneda* (1879), *Las Toscas* (1880 – figura nº 32) e *Florencia* (1884 – figuras nº 33 e 34). Essas colônias se localizaram no atual departamento de General Obligado, a zona mais apta para a agricultura nesta área. Esses novos assentamentos (alguns de nacionalidade estadunidense), organizaram-se em armas, e em aliança com a presença militar na região, desencadearam fortes enfrentamentos com os indígenas do Chaco que ainda dominavam a região, fatos que por suas características de confrontos diretos e avanço territorial poderiam ser comparados com o chamado *farwest norteamericano* (MAFFUCCIMOORE, 2007).

Figura 32- Casa de colono com mangrullo, torre para observação da presença de indígenas no chaco santafesino



Colônia Las Toscas, por Ernesto Schlie, 1888. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 33- Índios da tribo do cacique Ramón, Florência



Por Ernesto Schlie, 1888. Fonte: Biblioteca Nacional. À esquerda pode ser observado uma imigrante de cartola apoiado numa espingarda.

Figura 34- Indígenas do norte santafesino, com sua morada ao fundo – tribu del cacique Charra, Florência

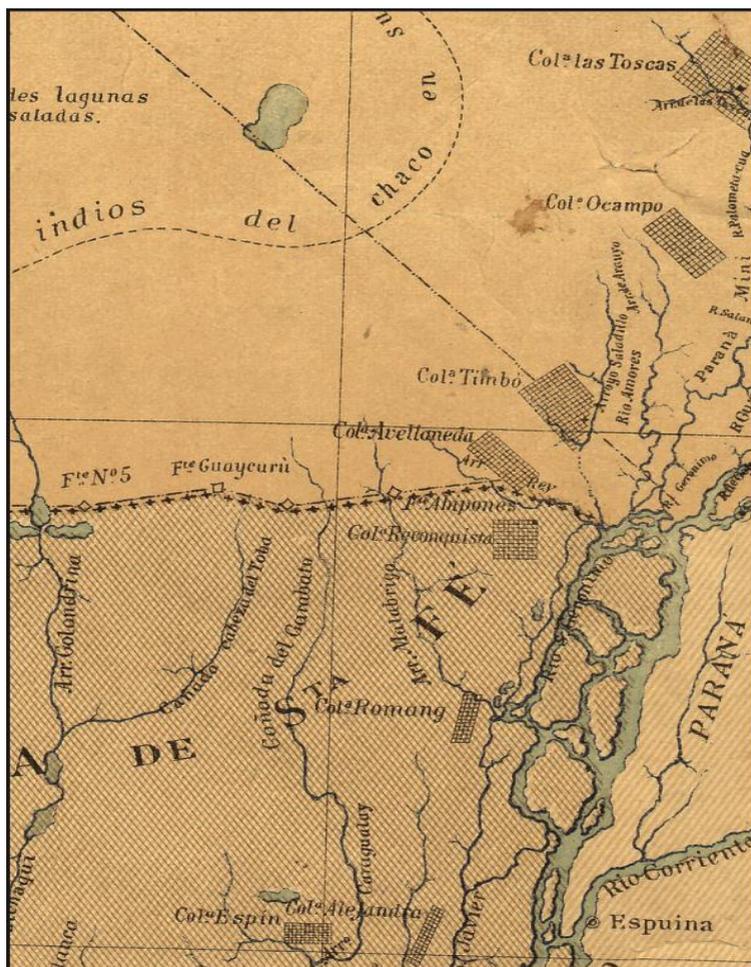


Por Ernesto Schlie, 1888. Fonte: Biblioteca Nacional.

O violento ímpeto para controlar efetivamente a área norte não só estava relacionado a questões "civilizatórias" e orçamentárias, mas também havia uma crença nessa época de que as terras santafesinas mais férteis eram precisamente as do norte, ideia que tempos depois foi totalmente refutada (GALLO, 1984).

No ano de 1886, ao se traçar os limites da província com Santiago del Estero e o Território Nacional do Chaco, parte deste último, desde a linha de fortes construída pelo General Obligado (figura nº 35) até o paralelo de 28°S, é cedida pelo poder Executivo Nacional à província de Santa Fé, que desta maneira estende seu território uns 125 km ao norte. Essa concessão se justificou no avanço político de colonização da província e na histórica e triste luta que Santa Fé manteve contra os índios do Chaco. Com esse novo traçado ficaram sob jurisdição santafesina as colônias localizadas ao sudeste do Território Nacional do Chaco: *Avellaneda, Villa Ocampo, Las Toscas, Timbó, Las Garzase, Florencia*; assim como também vastas extensões de terras de pastoreio e bosques de quebracho colorado.

Figura 35- Colônias ao sul e ao norte da linha de fortes traçada pelo General Obligado e parte da "senda de los índios del Chaco recorrida aún en sus invasiones a Santa Fe".



Detalhe do mapa: "Plan General del Gran Chaco levantado por el Secretario General del Gobierno Teniente Coronel del Ejército Nacional Luis Jorge Fontana, 1882". Fonte: Archivo General de la Nación.

Se a fundação de colônias e a entrega de terras ao produtor direto podem ser consideradas como parte de uma via progressista e até revolucionária de desenvolvimento capitalista no campo, devido a sua

capacidade de fragmentar o latifúndio e criar uma base econômica de médios proprietários, não foi essa transição a que dominou a estrutura agrária do norte de Santa Fé. A *via americana* de desenvolvimento do capitalismo no campo (LENIN, 1954; p: 33-34) ficou restringida a uma pequena proporção das terras do norte, mais precisamente no nordeste santafesino, no atual departamento de General Obligado. Pelo contrário, uma administração fraudulenta da terra pública condicionou o surgimento de um extenso latifúndio de *quebracho colorado* e terras de pastoreio do tamanho semelhante à província de *Tucumán* (noroeste argentino), explorado a base de mão de obra semi-servil, indígena e crioula, pela empresa inglesa La Forestal (GORI G. 2006).

Antes de se iniciar a irracional exploração do quebracho, ele se concentrava e era abundante no norte de Santa Fé, no chamado *distrito fitogeográfico do bosque chaquenho oriental* (CABRERA, A. 1976, p. 21). A palavra quebracho deriva da expressão *quebrahacha* (quebra machado), aludindo à grande resistência e dureza da sua madeira, que por sua alta densidade não consegue flutuar na água. Esta árvore chega a sua idade adulta aos 250 anos e dela é possível extrair até 35% de seu peso em tanino, matéria prima que era de grande importância no mercado externo para a curtição de couro e tintura de tecidos.

3.2.1. Gênese do patrimônio territorial de La Forestal

A conquista militar do Chaco criou as condições jurídicas, políticas e sociais necessárias para a acumulação de capital nessa área, destacando-se o surgimento da empresa La Forestal. Embora não tenha sido o único grande latifúndio que operou na região, foi o mais importante, com mais de 2,1 milhões de hectares. Sua origem está relacionado ao pagamento de parte de uma dívida que a província de Santa Fé adquiriu em 1872 com a casa financeira de Londres Cristobal Murrieta e Cia, dívida que serviu para a criação do Banco de Santa Fé e para a construção do *Ferrocarril del Oeste Santafesino*, que ligou algumas colônias do centro e sul com o porto de Rosário. Na negociação da dívida, da qual a província saiu escandalosamente prejudicada, participou Carlos Casado¹⁷, fundador e primeiro presidente do Banco de

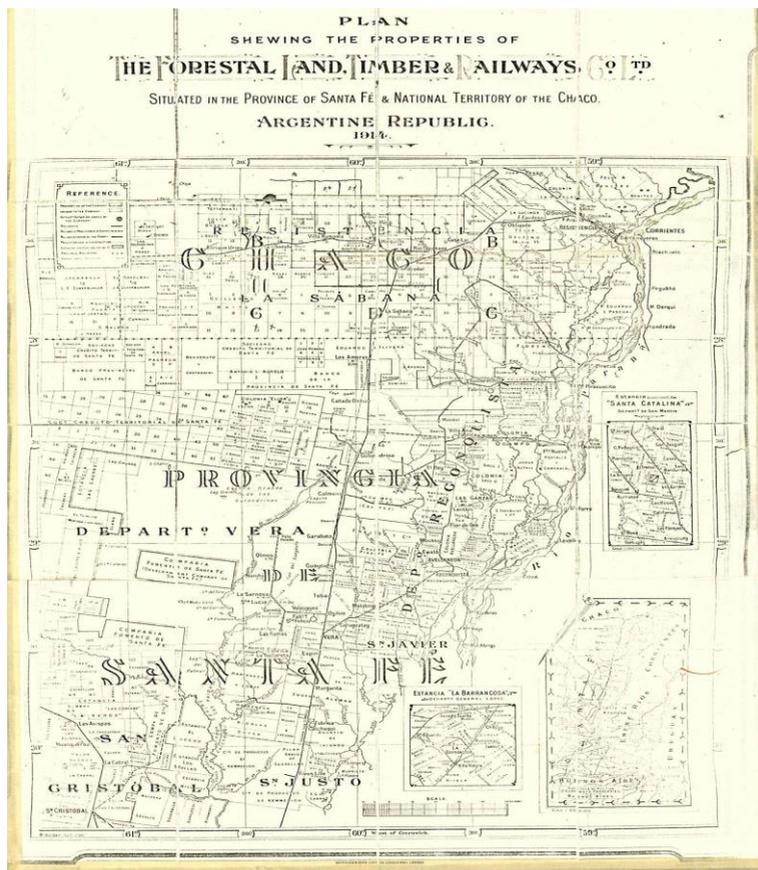
¹⁷ Segundo a professora Gabriela Dalla Corte Caballero (2012), Carlos Casado era, em fins do século XIX, o homem mais rico da Argentina e um dos

Santa Fé, latifundiário, pioneiro na exploração do quebracho, fundador de colônias, e acionista do Banco de Londres e do citado *Ferrocarril del Oeste Santafesino*.

A consolidação da ocupação e da estrutura agrária do norte santafesino esteve ligada intimamente à empresa: The Forestal Land, Timberand Railways Company Limited (figura nº 36), mais conhecida como La Forestal; uma união de capitais nacionais com capitais britânicos que operavam nos ramos dos negócios fundiários, industriais, comerciais, ferroviários e bancários. Entre as empresas que conformaram o *trust* destacamos a Sociedade Companhia de Terras de Santa Fé (S.C.T.S. Fé), as terras de Carlos Casado, e a casa financeira londrinense Cristóval Murrieta e Cia. La Forestal chegou a ter cerca de 20.000 trabalhadores, lenhadores principalmente, e se desenvolveu na área da produção de tanino de quebracho até o ano de 1963. A empresa começou a funcionar oficialmente em 1914, mas desde o século anterior o tanino já era explorado na região por outras empresas florestais (GORI, 2006).

maiores proprietário de terras no mundo. Além dos latifúndios de sua propriedade na Argentina, era dono de 6 milhões de hectares de bosques no Paraguai.

Figura 36-Mapa de La Forestal apresentando seus territórios no norte de Santa Fé

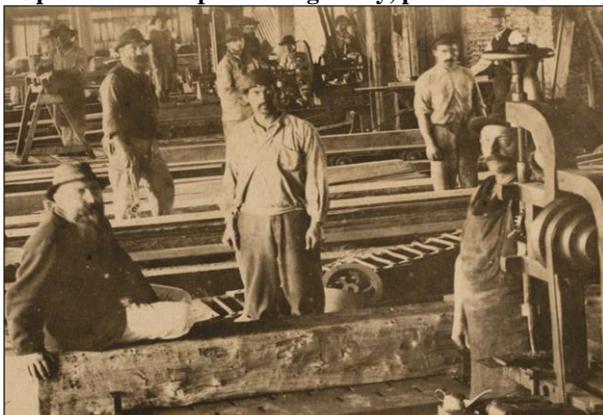


Fonte: Museo del Tanino, do pueblo de La Gallareta.

Analisando os mapas consultados no *Instituto Geográfico Nacional* e no interessante atlas cadastral de Chapeaurouge (1901) podemos reconstruir a gênese do território de La Forestal, sobre a base da fusão de outras empresas já presentes na região, entre as quais se destacaram: *La Compañía Forestal*, a *Argentina Quebracho Company* e a *Compañía de Tierras de Santa Fé*, esta última pertencente a Cristobal Murrieta Cia. (QUARIN, e RAMIREZ, 2005; GORI, 2006). Antes da criação de La Forestal, ainda em fins do século XIX, uma das maiores empresas atuantes na região era a Langworthy, localizada na colônia

Florencia (figura nº 37) que foi adquirida por Carlos Harneteck, um curtidor alemão que vendia sua produção de madeira e tanino em Hamburgo. Com apoio de Carlos Casado e de investidores de origem alemã, Harneteck instalou, em 1895, uma fábrica na colônia Luis D'Abreu, atual cidade de Calchaquí (figura nº 38). Ali trabalharam 400 operários com matéria prima extraída dos seus campos, vizinhos aos da *Compañía de Tierras de Santa Fe*.

Figura 37- Operários na empresa Langworhy, por Ernesto Schlie, 1888



Por Ernesto Schlie, 1888. Fonte: Biblioteca Nacional. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 38- Campos da empresa Harneteck, na colonia Luis D'abreu (hoje Calchaquí)



Detalhe do mapa cadastral do norte de Santa Fe. Fonte: Chapeaurouge, c.1901, p. 39. A escala foi agregada por nós com a finalidade de dimensionar o tamanho das propriedades florestais.

No ano de 1902, Harteneck e a empresa francesa Portalis y Cia. (figura nº 39), ligada à exploração de madeiras e ao negócio ferroviário, formaram uma sociedade que denominaram *Compañía Forestal* (figura nº 40). Esta nova empresa foi pioneira na indústria florestal de grande escala na Argentina, podendo ser considerada esta fusão como o ponto de partida da entrada de grandes capitais estrangeiros na região.

Figura 39- Campos e estação ferroviária da empresa francesa Portalis e Cia. nas imediações do pueblo de Golondrina



Detalhe do mapa cadastral do norte santafesino. Fonte: Chapeaurouge, 1901, p. 39.

Outra das empresas que formaram parte do capital inicial de La Forestal foi a estadunidense *Argentine Quebracho Company* (figura nº40), que surge em 1903 quando investidores radicados em Nova York criam uma sociedade anônima para explorar e comercializar madeiras duras no chaco santafesino, assinando um contrato de arrendamento de

milhões de hectares). Deste modo, forma-se o grande latifúndio de La Forestal, que chegou a produzir 76 % do tanino da Argentina e a transformar na maior empresa do mundo nesse setor (GORI, 1999).

Figura 41- Propriedades da Compañía de Tierras de Santa Fé e de Carlos Casado.



Dentro da primeira se localizavam os povoados de La Gallareta e Colmena. Fonte: Chapeaurouge, c. 1901, p. 39.

La Forestal também foi proprietária de várias estâncias onde criava gado para consumo dos trabalhadores e venda no mercado nacional e internacional, além de bois para o transporte dos troncos de quebracho até as ferrovias. A mais importante delas foi o estabelecimento de Santa Felícia (figura nº 42), na cidade de Vera, onde hoje funciona um centro experimental do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) que, entre outras atividades, desenvolve pastagens adaptáveis às condições climáticas do norte santafesino e trabalha no melhoramento genético do gado. Esta estância está localizada num dos poucos lugares do norte santafesino onde a água do subsolo é de excelente qualidade, e atualmente conta com infraestrutura para receber delegações de estudantes universitários interessados em estudar aspectos ligados à agricultura do norte de Santa Fé.

Figura 42- Casa que foi sede da estância Santa Felícia (cidade de Vera), antiga propriedade de La Forestal e atual sede do INTA –Vera



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2017.

Dentro do latifúndio de La Forestal funcionaram quatro fábricas de extração de tanino nos *pueblos* de *Villa Guillermina*, *Tartagal*, *La Gallareta* e *Villa Ana*; 400 km de linhas férreas da sua propriedade e 3 portos: *Piracuá*, *Piracuacito* e *Ocampo*.

3.2.2. O mercado externo demandava tanino

O crescimento de La Forestal e o monopólio da produção de tanino e de *rollizos* (figura nº 43) foram impulsionados pelo contexto bélico externo que enfrentou Aliados contra Impérios Centrais (1914-1918). Quando começou a Grande Guerra, o tanino converteu-se num material estratégico para a fabricação de milhões de botas para os soldados dos países beligerantes.

Figura 43- Postes de Quebracho em Colônia Florência. por Ernesto Schlie, 1888



Fonte: Biblioteca Nacional.

Ademais, foi necessário na confecção de arreios e selas num conflito onde a cavalaria ainda desempenhava um papel muito importante nos combates e no transporte. Os estofados de couro da incipiente indústria automotriz também requeriam tanino para serem confeccionados, assim como a produção de roupa e uniformes militares. Devido à ampla utilidade que este produto oferecia à indústria do curtume não é estranho que desde que se conheceram as aplicações do extrato de *quebracho colorado* as potências ocidentais tivessem adquirido vastas extensões de terras no Chaco argentino, aproveitando também a abundância do couro no país. Terminado o conflito, a Alemanha pagou parte das indenizações de guerra com ações de La Forestal (até então nacionalidade majoritária na empresa), e que passaram, principalmente, a mãos de acionistas ingleses (GORI, G. 1999).

3.2.3. Aspectos internos de servidão sob domínio do capital inglês

O latifúndio de La Forestal se estendia sobre uma região povoada de índios e crioulos, sobreviventes do período colonial, das guerras civis e de independência, e da *Conquista del Chaco*; muitos deles ainda agrupados em famílias patriarcais. Em geral, ainda possuíam relações de produção ligadas ao comunismo primitivo ou à servidão, como *poseiros* de alguma parcela de terra localizada na estância do proprietário.

Nas terras ocupadas pela empresa, o lenhador não recebia um salário como pagamento, mas era coacionado a aceitar moedas internas cunhadas pela própria empresa, que só podiam ser trocadas por meios de subsistência em comércios que também eram propriedade dela. O endividamento era outra ferramenta útil para reter ao *peón*. La Forestal administrava direta e indiretamente prostíbulos, bares e casas de jogo, além de açogue e produtos de consumo geral (GORI, 2006).

Esta prática de pagamento foi realizada até a primeira presidência de Perón, quando o *Estatuto del Peón Rural*, sancionado em 1946, e o *Convenio sobre la protección del salario*, impulsionado pela Organização Internacional do Trabalho, melhoraram as condições gerais de trabalho no campo procurando controlar estas práticas abusivas. Estas formas de pagamento também eram comuns nas estâncias patagônicas de criação de ovelhas e nos engenhos de açúcar e minas de Salta e Jujuy (Noroeste Argentino) (RAMOS, 2012).

La Forestal, após os trágicos incidentes acontecidos durante a greve de 1919, solicitou ao governo provincial a criação de um corpo militar próprio para atuar em seu território. Assim surgem os temidos *cardenales*, uma grupo paramilitar chamados desta maneira porque utilizavam um lenço vermelho nos ombros, fazendo assim lembrar ao referido pássaro. Sua missão era fazer cumprir o regimento interno da empresa.

Os ranchos para a moradia dos lenhadores e suas famílias eram erguidos nos bosques de La Forestal, onde as famílias também faziam uso da lenha e da caça. Isto forçava ao lenhador, mesmo que ele não

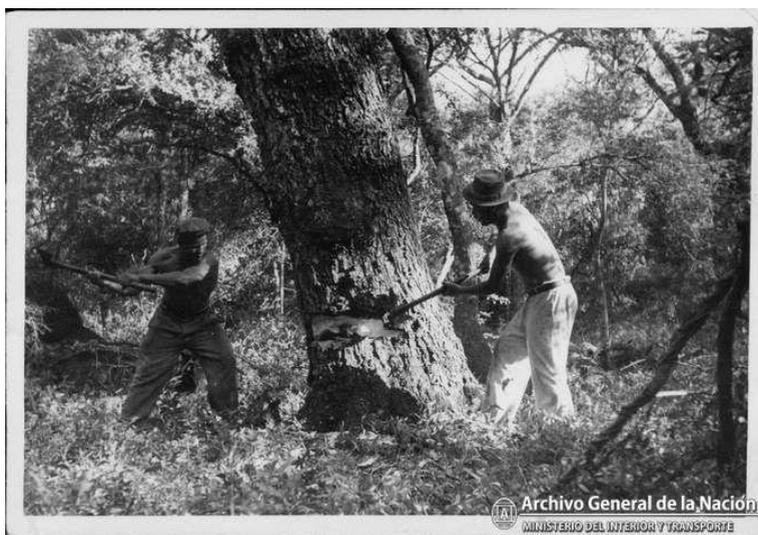
percebesse, a trabalhar nas duras tarefas do bosque¹⁸ em troca de uma moradia e outros benefícios para ele e a sua família. Nos períodos de crise da economia quebrachera, ou quando a empresa vendia frações de terra depois de ter desmatado o quebracho, o lenhador e sua família eram forçados pelos "cardeais" a deixar suas moradas, situação que geralmente provocava fortes conflitos, com queima de ranchos e outros atos de violência. A extensão do latifúndio tornava impossível trabalhar para La Forestal e reproduzir as condições de trabalho fora de seus domínios.

A organização dos espaços urbanos também estava a cargo de La Forestal. Neles moravam os trabalhadores industriais e o pessoal da administração, que recebiam da empresa uma casa que podiam ocupar enquanto estivessem contratados. A luz elétrica, a água, a limpeza das praças e ruas entre outros serviços eram administrados pela empresa (QUARÍN, RAMIREZ: 2005).

Em relação à organização do processo de trabalho, La Forestal subdividia seus latifúndios e entregava parcelas de terra de uns 400 hectares a "capatazes de campo", que subcontratavam a mão de obra do lenhador. Os capatazes organizavam a produção, pagavam, e impunham castigos. Também eram os encarregados de pesar os troncos de quebrachos entregues pelos lenhadores, e a "jornada" dependia do peso dos troncos cortados nesse dia. Mediante estes mecanismos, a gerência controlava o tempo de trabalho em condições de escasso desenvolvimento técnico (figura nº 44).

¹⁸“ (...) entre 1928 y 1938 el 80 % de los fallecimientos en el distrito de Garabato correspondía a la juventud, entre los 11 y los 35 años” (GORI, 2006, p: 9).

Figura 44- "Hacheros" derrubando um quebracho, em Villa Guillermina, norte da província de Santa Fé



Fonte: Archivo General de la Nación, Ano:1909. Autor: ?

Em meados do século XX a economia quebrachera do norte santafesino entrou em decadência devido principalmente ao esgotamento do recurso e ao surgimento de produtos químicos que substituíram o estrato de tanino. Os novos direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais durante as presidências de Juan Domingo Perón também aceleraram a saída da empresa da região. Quando La Forestal fechou sua última planta industrial em 1963, em La Gallareta, levou com ela todos os equipamentos das fábricas e desmontelou seus 400 km de ferrovias, que foram vendidas como sucata (figura nº 45). As terras que tinham sido da empresa foram comercializadas por ela em grandes parcelas. O novo destino a ser explorado foram os bosques da África do Sul, onde o *apartheid* ainda permitia uma maior “flexibilidade” laboral.

Figura 45- Instalações abandonadas da fábrica de tanino em La Gallareta



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2017.

A estrutura agrária da área norte continua sendo a mais concentrada e despovoada da província. O município de Vera, apresenta uma densidade populacional de 2,4 habitantes por km² e o município de 9 de Julio, 1,8; enquanto que a média provincial é de 25,5. Os indicadores de qualidade de vida, nível de emprego e serviços públicos estão entre os mais baixos de todo o território nacional (VELAZQUEZ, 2008), conforme percebidos no quadro abaixo e na condição atual de ex-lenhadores, conforme entrevistas realizadas na região de La Gallareta (figura nº 46). O povoados onde La Forestal tinha suas indústrias foram particularmente afetados por um processo de despovoamento (quadro nº1).

Quadro 1- Evolução da população dos *pueblos* construídos pela Forestal
Fonte: CARTILLA 2009.

Pueblo	1947	1960	1970
Villa <u>Guillermina</u>	7.471	3.082	1.208
Villa Ana	5.413	3.037	1.208
La Gallareta	7.000 <u>aprox.</u>	5.822	4.540

Figura 46- Ex-lenhador de La Forestal, Vicente Cóceres e a sua esposa, na localidade de La Gallareta. Atrás, jovens exemplares de quebracho colorado



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2010.

Não ter outros meios de vida que apenas trabalhar para uma empresa seria completamente impensado no centro de Santa Fé neste período histórico. Como veremos na sequência, enquanto relações semi-servis se desenvolviam no desmatamento do quebracho, na área centro da província o Estado provincial entregou para os imigrantes a propriedade da terra em pequenas e medianas parcelas.

3.3. Área Centro: pequena produção mercantil¹⁹ e desenvolvimento econômico

Diferentemente do acontecido no norte de Santa Fé, no centro desta província as terras públicas e os latifúndios herdados do período colonial e de independência foram subdivididos e entregues a imigrantes europeus em parcelas de 33 hectares. O elevado desenvolvimento econômico é uma constante quase geral nos territórios onde têm existido as condições políticas e econômicas que possibilitaram o surgimento de inúmeras pequenas e médias propriedades rurais trabalhadas por seus proprietários e que começaram a produzir para o mercado. O caso mais emblemático e desenvolvido deste tipo de estruturas agrárias é o do nordeste dos Estados Unidos:

Nas colônias (...) o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor, que possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista (MARX, 1988; 884).

Patrões de um desenvolvimento “*de baixo para cima*”, relacionados ao surgimento da pequena produção mercantil e a subdivisão da propriedade da terra, exemplo comparativo também é percebido em relação à formação sócio-espacial do vale do rio Itajaí, no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil (MAMIGONIAN, 1986; SILVA, 2001).

3.3.1. O contexto político e econômico

Em 1853, a nova Constituição assinada em Santa Fé outorgou algumas garantias legais aos imigrantes deixando estabelecido que o território da Confederação estava aberto “*para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino*”. Uma nova etapa na

¹⁹ Segundo MANDEL (1982, p.28-29) “*Chamamos pequena produção mercantil à organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção.(...) Na pequena produção mercantil, o pequeno agricultor e o pequeno artesão vão ao mercado com os produtos do seu trabalho*”.

organização política e econômica do território argentino estava nascendo, a unidade nacional começava a se consolidar mesmo sem a presença de Buenos Aires nos primeiros anos que seguiram a Constituição. Os imigrantes foram eximidos de ser recrutados pelo exército em caso de conflitos internos ou externos, enquanto que os *gauchos* e *criollos* continuariam na fronteira contra o índio, além de participarem da intermitente guerra civil, conflitos que se mantiveram até 1880.

Neste contexto surge no centro santafesino, em 1856, a primeira colônia agrícola organizada da Argentina: chamada de Esperanza; e logo depois as de San Carlos e San Jerónimo. Essas são as três primeiras colônias que se fundaram na província de Santa Fé, nas cercanias do caminho que conduzia a Córdoba, do qual falamos no capítulo I, conforme se pode observar na figura nº 47, evidenciando mapa produzido em 1865 por Martin de Moussy, em que os antigos domínios *criollos* são transformados em colônias de *gringos*.

Figura 47- As três primeiras colônias agrícolas no centro da província de Santa Fé (representadas com quadrados); o caminho para Córdoba e o lugar da batalha dos Quebrachitos



Fonte: Mapoteca do Archivo General de la Nación.

O Estado provincial permitiu um intenso processo de subdivisão da propriedade fundiária no centro, que foi executado principalmente por empresas de colonização (figura nº 48), sendo que, a falta de crédito monetário era paga com terras, único recurso de uma província que ainda não possuía nenhum banco. Em linhas gerais, por um período que geralmente era de cinco anos, os colonos do centro santafesino entregavam a terceira parte das colheitas de cereais à

administração da colônia, e passado esse tempo podiam conseguir a escritura que lhes assegurava a propriedade.

Figura 48- Subdivisão da propriedade da terra em parcelas quadradas de 33 hectares no centro de Santa Fé



Adaptação própria. Fonte: mapa cadastral de Chapeaurouge, 1901, p. 39.

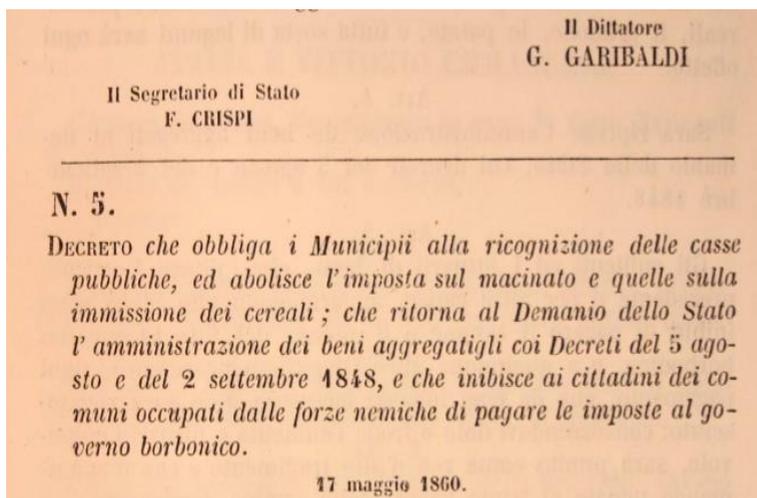
Na Europa, as guerras de unificação nacional do século XIX e o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo no campo geraram o maior processo migratório na história da humanidade. A maioria dos estrangeiros que fundaram as colônias santafesinas provinha da Itália, mas também houve da Alemanha, Suíça, França e Espanha²⁰.

No caso dos italianos, muitos deles eram exilados políticos que formavam parte de uma pequena burguesia comercial e intelectual que se opunha ao poder austríaco. Na maioria dos casos, foram camponeses italianos que sofreram a modernização conservadora da Itália, pela qual eles mesmos tinham lutado sob a promessa não cumprida de reforma agrária. No princípio, o fim dos impostos aplicados à moenda dos cereais (*macinato*), proclamada por Garibaldi em decreto de 1860 (abaixo evidenciado), despertou grande entusiasmo entre os

20

Curiosamente, Villa Califórnia foi a única conformada por imigrantes que vieram dos Estados Unidos por questões relacionadas à Guerra de Secessão.

camponeses, mas logo o desejo de uma vida melhor se apagaria rapidamente entre eles.



Fonte: RACCOLTA degli atti del Governo Dittatoriale. Sicilia, 1860, p. 9.

Mas, no ano de 1868, a modernização do nascente estado italiano já tinha tomado matizes fortemente conservadores, e prova disso foi o restabelecimento do *macinato*, através da Lei 4490, abaixo exposto. Tributo este muito resistido pelos camponeses e contrários aos interesses industriais, símbolo do poder dos grandes proprietários do sul, que não foram afetados pelos impostos nem sofreram a expropriação da terra.

N° 4490.

LEGGE colla quale è imposta una tassa sulla macinazione
dei cereali.

7 luglio 1868

VITTORIO EMANUELE II

PER GRAZIA DI DIO E PER VOLONTÀ DELLA NAZIONE

RE D'ITALIA

Il Senato e la Camera dei Deputati hanno approvato;
Noi abbiamo sanzionato e promulghiamo quanto segue:

Art. 4.

È imposta a favore dello Stato una tassa sulla ma-
cinazione dei cereali, giusta la tariffa seguente:

Grano a quintale L. 2. »

Granturco e segala, id. » 4. »

Avena, id. » 4. 20

Altri cereali, legumi secchi e castagne » 0. 50

Questa tassa dovrà essere pagata dall'avventore nelle
mani del mugnaio, prima dell'esportazione delle farine.

Art. 2.

Torino, ano de 1868.

A modernização conservadora de Itália e as promessas não cumpridas de Garibaldi, que sob a bandeira da reforma agrária tinha conseguido a sublevação do sul contra o rei Bourbon, desencadeou uma nova guerra civil entre os camponeses, que lutavam pela Reforma Agrária, e contra o poder conservador de Torino. Assim, formaram agrupamentos rebeldes conhecidos com o nome de *brigantaggio* (ou *brigante*), geralmente apoiados pela Igreja em Roma e pelos bourbons, e que foram fortemente reprimidos pelo governo de Vittorio Emanuele II, que condenou a fuzilamento ou trabalho forçado aos integrantes destas facções, conforme definido pela Lei 1409 de 1863 contra o *brigantaggio* (abaixo evidenciado), e que eram muito numerosas e populares, principalmente no sul.

N.º 1409.

LEGGE colla quale sono date disposizioni dirette
alla repressione del brigantaggio.

15 agosto 1863

VITTORIO EMANUELE II

PER GRAZIA DI DIO E PER VOLONTÀ DELLA NAZIONE

RE D'ITALIA

Art. 1.

Fino al 31 dicembre corrente anno, nelle Provincie infestate dal brigantaggio, e che tali saranno dichiarate con Decreto Reale, i componenti comitiva, o banda armata, composta almeno di tre persone, la quale vada scorrendo le pubbliche vie o le campagne per commettere crimini o delitti, ed i loro complici, saranno giudicati dai Tribunali militari, di cui nel libro II, parte II del Codice penale militare, e con la procedura determinata dal capo III del detto libro.

Art. 2.

I colpevoli del reato di brigantaggio, i quali armata mano oppongono resistenza alla forza pubblica, saranno puniti colla fucilazione, o coi lavori forzati a vita, concorrendovi circostanze attenuanti.

Torino, 1863.

Desta maneira, o caminho para os camponeses italianos eram poucos e difíceis: sofrer a "*malattiadella polenta*" - ou pelagra - (grave doença causada pela só ingestão de polenta e a falta de outras vitaminas), morrer nas filas do *brigantaggio* ou emigrar. De todas as correntes imigratórias que Argentina recebeu, a de italianos foi a mais numerosa, contabilizando uns 3 milhões de pessoas entre meados do século XIX e princípios do XX.

3.3.2. O processo de industrialização surgido da pequena propriedade

Nas nascentes colônias de imigrantes do centro santafesino existia um espaço produtivo potencial que precisava ser construído, materializado pelo trabalho. Havia grandes probabilidades de sucesso em cada empresa que nascia, devido, sobretudo, à etapa concorrencial do capitalismo, principalmente naquela área, e a um mercado externo demandante de matérias primas.

Na área onde até tempo atrás só existiam algumas estâncias atravessadas pelo caminho a Córdoba e seus pousos os colonos conseguiram diversificar a economia provincial, baseada na escassa produtividade dos grandes latifúndios pastoris de bois e ovelhas. Às tradicionais exportações de couros, carne salgada e lã, se somaram as de cereais e farinhas, e principalmente de trigo. A primeira exportação de trigo da Argentina sai das colônias santafesinas rumo à Inglaterra no ano 1878 (GALLO, 1984). Mas também os produtos industrializados decorrentes dessa atividade começam a circular no mercado argentino, como os arados fabricados por Nicolás Schneider e Federico Urfer (figura nº 49).

Figura 49- Propaganda do arado fabricado por Nicolas Schneider e Federico Urfer, relojoeiro em Esperanza, ano de 1890



Fonte: Museo de la Colonización-Esperanza.

A figura colocada acima é a dos arados mais populares na Argentina daquele tempo, únicos no mercado: tinham três grandes rodas e duas relhas. A estabilidade proporcionada pelas três rodas possibilitou colocar uma importante inovação: assentos nos arados.

Os moinhos de farinha rapidamente começaram a prosperar nas colônias e inumeráveis indústrias nasceram e se desenvolveram com sucesso: fundições, metalurgias, cervejarias, fábricas de sacolas para trigo e milho, de ferramentas e máquinas agrícolas; alimentícias (figura nº 50), móveis, etc.

Figura 50- Molino Angelita - Bosh, Estoessel & Cia em 1888, por Ernesto Schlie; hoje Centro Cultural de Esperanza



Fonte: Museo de la Colonización-Esperanza.

O motor do desenvolvimento industrial nas colônias e nas cidades como Santa Fé e Rosário era a agricultura, que não só puxava outros setores econômicos como também permitia a importação de bens intermediários e de capital. O breve relato do *South American Journal*, de 14 de novembro de 1891, reflete o importante processo industrializador que estava acontecendo nas colônias santafesinas, já no século XIX:

Siguiendo una evolución natural, las colonias pioneras como Esperanza comenzaron a emerger como centros industriales. Treinta chimeneas son testigos de otras tantas fábricas, molinos

harineros, cervecerías (...) fundiciones. Esta última iniciada por un argentino, hijo de un colono, que sólo en este año ha vendido mas de 3.000 arados y segaderas (citado em GALLO, 1984. p:251).

A indústria beneficiadora de leite também cresceu rapidamente nas colônias do centro de Santa Fé, impulsionada desde o início pelos contratos entre colonos e empresários de terras, que geralmente incluíam até sete vacas leiteiras como contrapartida. Todavia, boa parte das terras do centro não era necessariamente apropriada para a agricultura, possuindo, para a época, capacidade agrícola é média. Por essa razão a criação de gado era uma boa alternativa e diversificava os riscos perante as secas e invasões de gafanhotos. Por outro lado, os imigrantes europeus (suíços, italianos do *piemonte*, alemães, franceses) já tinham uma grande bagagem de conhecimentos relacionados ao beneficiamento do leite e começaram a desenvolver as *cremerias*, primeiras indústrias processadoras de leite.

O cooperativismo foi uma forma de organização da produção bastante precoce entre os colonos do centro: em 1909 foi fundada a primeira cooperativa leiteira da Argentina, a *Unión La Nueva*, na localidade de Humboldt. Os exemplos de cooperativas com maior sucesso foram Sancor e Milkaut, ainda em funcionamento e cujos produtos podem ser encontrados no mercado brasileiro. No ano de 1885 a ferrovia, financiada com a entrega das terras do norte santafesino, uniu as colônias do centro oeste com a capital provincial e Rosário, tornando a estas cidades em importantes mercados e centros de exportação.

Nas colônias santafesinas grande parte dos produtores diretos conseguiram ser proprietários dos meios de produção com os quais trabalhavam: a terra e a maquinaria. O intenso processo de subdivisão da propriedade da terra determinou que a mão de obra livre fosse escassa nesta área nas primeiras décadas de surgimento das colônias, incentivando o uso de maquinaria. Do livro de Zeballos, *La Región del Trigo*, podemos extrair um fragmento escrito em 1883 onde se refere à escassez de trabalhadores livres que se necessitam em Santa Fé para fazer a colheita:

Tuvo lugar entonces una lucha desesperada por brazos, a cuyo espectáculo asistí en el final de 1882. La colecta exigía cien mil hombres y solamente con centenas de máquinas podría ser sustituida aquella inmensa fuerza humana y

todavía así no sería suficiente. Brazos! Brazos! Era la exclamación del día, y la máquina a vapor que necesitaba de treinta peones para cargar el trigo, apenas conseguía catorce! A la fabulosa paga de tres pesos fuertes (15 francos). En ese momento llegaron mil peones contratados en Europa para la construcción del ferrocarril, y los colonos les hablan de un clima insoportable en los lugares donde se dirigen..., en cuanto allí, a dos leguas, tienen un clima saludable, paga segura... buen alojamiento, comida succulenta y ciudades y campiñas del tipo europeo (1984 [1883], p. 236).

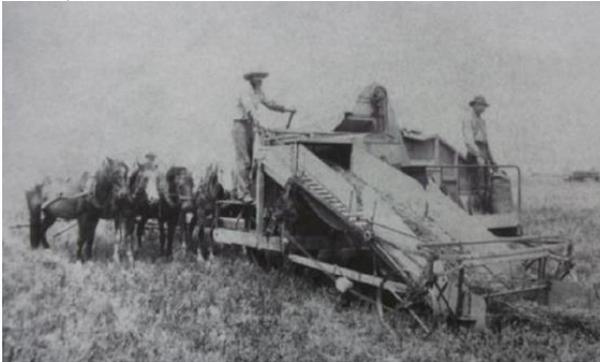
Esta situação de escassez de mão de obra foi resolvida com a entrada de grandes massas de imigrantes a partir de 1885 (cujo acesso à propriedade da terra já foi bem mais difícil), com a importação de maquinarias provenientes principalmente dos Estados Unidos e Alemanha (BARKSI; GELLMAN, 2001), e com o surgimento das oficinas locais de máquinas e ferramentas, como a mencionada fábrica de arados Schneider, as *trilladoras* de Federico Urfer, ou as de Amado Duran (figuras 51 e 52).

Figura 51- Colheita semi-mecânica do trigo no século XIX, na Colônia Humboldt



Por Ernesto Schilie, 1888. Fonte: Museo de la Colonización, Esperanza.

Figura 52- alzadora inventada por Federico Urfer - Colonia Esperanza por Ernesto Schilie, 1888



Fonte: Museo de la Colonización-Esperanza.

No contexto de certas facilidades estatais para o acesso à propriedade da terra foi intensa mobilidade social da população, ou como disse um cronista italiano: maior que na Itália antiga:

Allá (en Santa Fé), como habitantes de una región practicamente creada por ellos mismos, no tienen ninguna clase social por encima de ellos; aquí (en Italia) sienten sobre sus espaldas, por el contrario, todo el peso del edificio jerárquico de la sociedad antigua. (D`AMESIS. [1887] E. In America, p. 102-3, citado em GALLO, 1984. p. 303).

Atualmente a área central santafesina apresenta um número muito elevado de pequenas e médias cidades altamente industrializadas. A colônia santafesina de Rafaela, por exemplo, é uma cidade reconhecida internacionalmente por sua importante indústria de auto peças. Esperanza é considerada um distrito industrial de móveis de madeira e metalurgia, enquanto que em San Carlos se produzem artigos de cristal de alto padrão. As empresas de laticínios de Sunchales, Esperanza, Frank, Humboldt e Rafaela estão entre as mais competitivas do país. Nessas cidades encontramos as fábricas da Sancor, Milkaut, Corlasa e Ilolay. Na área central de Santa Fé se localiza 31% da produção de leite argentina, que conforma uns dos complexos econômicos mais dinâmicos do país. A política de subdivisão do latifúndio e entrega em posse ou venda a preços

acessíveis aos trabalhadores diretos (colonos), teve na província e no país uma escala espacial e um período temporal limitados. Na região sul santafesina, os imigrantes da "segunda onda" se converteram em *chacareiros* arrendatários.

3.4. Sul de Santa Fé no século XIX, uma fronteira no interior

Conseguida a independência da Espanha em 1816, as “*Provincias Unidas del Rio de la Plata*” incluíram a seu território parte dos espaços herdados do vice-reino do *Rio de La Plata*; alguns dos quais, como a Patagônia, ao sul, o *Gran Chaco* no norte, e vastos setores da região pampeana, como o sul de Santa Fé, ainda estavam em disputa com as populações indígenas.

Com a Constituição de 1853, o fim das guerras civis e o advento do moderno Estado argentino, iniciaram-se políticas expansivas da fronteira interna através de ações militares diretas e avanço na linha de fortes. No contexto de disputa de territórios com o índio, se inseriam as férteis e bem localizadas terras do sul de Santa Fé, próximas a Rosário, cidade que começou a ter particular relevância em meados do século XIX, quando foi declarada porto oficial da *Confederación Argentina*.

Os indígenas da área sul da região pampeana (povos *pinzen* e *ranqueles*) eram excelentes ginetes e guerreiros, e mantinham uma rota de comércio de gado com o Chile. No sul de Santa Fé, o gado se reunia abundante devido à presença de bons pastos e grandes lagoas de água doce como *La Picasa* e *Melincué*, onde as manadas se reuniam para comer e abrandar a sede.

Até a década de 1870, os fortes do sul e do norte de Santa Fé, como os restantes existentes em outras províncias pampeanas, tinham procurado deter os avanços indígenas ou negociar tratados de paz. Com estes fins, vários *fortines* foram construídos, como os de *Melincué*, *Venado Tuerto*, Esquina entre outros, os quais, com o tempo, originaram pequenas cidades.

O ministro da guerra Adolfo Alsina em 1876, sob o governo de Avellaneda, conseguiu avançar a fronteira e expulsar definitivamente do extremo sul do território santafesino à original população indígena que ocupava toda aquela região, conforme observado na figura nº 53 através do mapa da nova linha de fronteira contra o índio, do sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires. O bocejo do mapa foi realizado por Lucio V.

Mansilla e incluído na sua obra *Una excursión a los indios ranqueles*²¹ ([1870] - 2003).

Figura 53- Nueva línea de fronteras sobre La Pampa. Autor: Adolfo Alsina, 1877



Adaptação própria. Fonte: Mapoteca do Archivo General de la Nación.

Mas será o sucessor de Alsina, o general Julio Argentino Roca (posteriormente duas vezes presidente da República), que será o responsável por dar término ao domínio indígena na região pampeana e patagônica, na chamada *Conquista del desierto* (1878-1883). Por volta de 1885, a maioria dos nativos do atual território argentino tinham sido mortos ou forçados a trabalharem em engenhos de açúcar, minas ou explorações florestais, como as do norte de Santa Fé. As fotos a seguir (figuras 54 e 55) foram tomadas durante a *Conquista del Desierto*, nelas

²¹ A obra *Una excursión a los indios Ranqueles* é outro dos grandes livros argentinos. Escrito pelo militar *criollo* Lucio V. Mansilla relata em primeira pessoa os encontros que manteve com o *lonkonato*, o grupo de caciques ranqueles que habitavam o que hoje é província de La Pampa. Publicado em 1870, a obra do Coronel ganhou o primeiro premio no Congresso Internacional de Geografia de Paris. Infelizmente não é citado nos programas curriculares universitários de Geografia.

observamos um grupo de índios, do cacique *Anque-Cura*, prisioneiros; e sacerdotes “evangelizando” índios em *Choele-Choel*, uma das sedes do poder indígena na região.

Figura 54- A Campanha do Deserto terminou com o domínio índio no sul de Santa Fé e em toda a região pampeana



No verso da foto: "El comandante Ruibal llega a Colihue con el Cacique Anque-Cura y su tribu sometidos, 1883". Fonte: Archivo General de la Nación.

Figura 55- Sacerdotes batizando e evangelizando índios



No verso da foto: "Campana del desierto". Campamento Choele Choel. Indios prisioneros con los religiosos que acompañan la expedición, bautizando", 1879. Fonte: Archivo General de la Nación.

3.4.1. *Chacareros* arrendatários

A expansão da fronteira e o fim dos *malones*²² de indígenas permitiram o aprofundamento da política migratória, que num primeiro momento tinha sido realizada pelo Estado provincial santafesino e agora se transformava numa política de ordem nacional. A lei de imigração do presidente Avellaneda (1876) propiciou a chegada de europeus através de vários mecanismos: a criação do Departamento de Imigração, a propaganda no exterior, o pagamento de passagens, alimentação e moradia; segurança jurídica, entre outros. Mas o Departamento de Imigração era dependente do conservador Ministério de Agricultura e a lei não garantia a propriedade para estes novos imigrantes. A forma dominante de acesso à terra que tiveram a maior parte dos imigrantes estrangeiros a partir do último quarto do século XIX foi mediante o arrendamento.

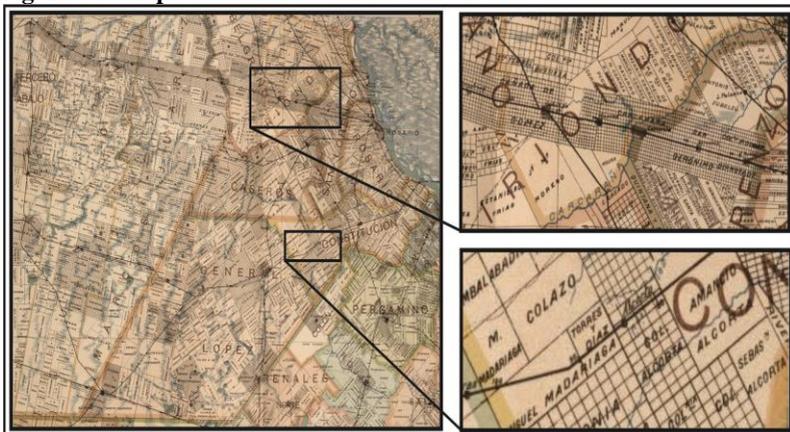
Para essa época as classes altas criadoras de gado já tinham um bom conhecimento acerca das importantes rendas que poderiam extrair da região pampeana. Para estas elites, a criação de gado de qualidade além de ter motivações econômicas, os vinculava a um sentimento de tradição de nobre.

A construção da ferrovia Rosário-Córdoba estruturou boa parte da área sul santafesina (figura 56) e fez aumentar o valor da terra nessa área, dificultando o acesso à propriedade por parte dos imigrantes (GALLO, 1984). O Estado nacional outorgou à empresa ferroviária inglesa *Central Argentine Land Company Limited*, livre de todo imposto, uma légua (5 km aproximadamente) a cada lado da ferrovia e por um trecho aproximado de 400 km, como parte do pagamento da obra. Além de entregar grandes extensões das melhores terras argentinas, os Estados nacional e provincial fizeram milionários aportes financeiros para concluir a obra. Não por acaso a rede ferroviária britânica na Argentina foi uns dos negócios mais prósperos por sete décadas na bolsa de valores de Londres, até que finalmente foi estatizada no primeiro governo de Juan Domingo Perón (SCALABRINI ORTIZ, 2009). As terras concedidas a essa empresa foram parceladas e colocadas em arrendamentos (figura 52).

22

Malón: Ataque de índios montados a cavalo.

Figura 56- Mapa cadastral do sul de Santa Fé

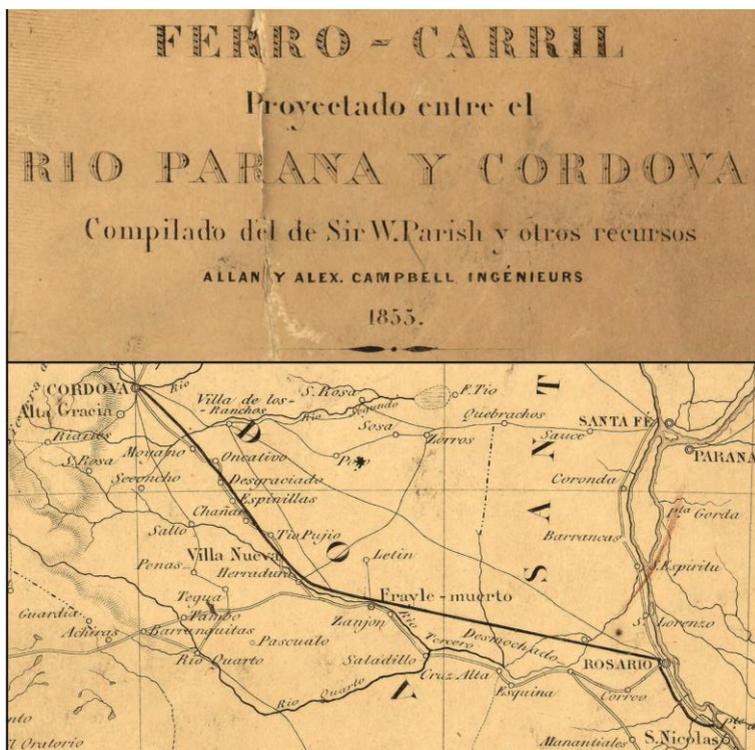


No detalhe, acima, parte das terras subdivididas entregues à Central Argentine Land Company Limite. Embaixo, o latifúndio se mistura com a terra subdividida para arrendar, nos arredores de Alcorta. Adaptação própria, Fonte: CHAPEAUROUGE, 1901, p. 46.

Allan Campbell, um engenheiro estadunidense, por pedido do presidente da *Confederación Argentina* Don Justo José de Urquiza, já havia apresentado, em 1855, o projeto de construção da ferrovia entre Rosário e Córdoba. Segundo o detalhado informe do engenheiro, a obra era de fácil execução e a Confederação poderia realizá-la sem crédito externo. Importaria as maquinarias necessárias e as locomotivas, usaria mão de obra nativa e contrataria alguns engenheiros de fora. A planície da região pampeana e os escassos cursos de água que tinha no trajeto faziam desta, nas palavras de Campbell "uma das ferrovias mais fácil de construir no mundo" (SCALABRINI ORTIZ, 2009; p. 109). O custo da obra, segundo cálculos de Campbell, era o equivalente ao preço de toda a bebida importada pelo país em um ano.

Depois do triunfo de Buenos Aires contra a Confederação na batalha de Pavón, a ferrovia Rosário-Córdoba foi administrada e executada finalmente pelo engenheiro britânico William Wheelwright, que também recebeu grandes extensões de terras no sul provincial, além das concedidas à empresa ferroviária. Ele conhecia o trabalho de Campbell, mas o projeto dele terminou custando décadas de domínio britânico no transporte isento de impostos. Na figura nº 57 apresentamos alguns detalhes do mapa elaborado por Campbell em 1855 para seu projeto.

Figura 57- Detalhes do mapa da ferrovia Rosário Córdoba



Primeiro projeto de Campbell, que seguia o antigo caminho dos fortines. Ano 1855. Fonte: Mapoteca do Arquivo General de la Nación. Montagem própria.

Esse mapa é um documento especialmente raro e importante porque se sabe que o projeto original de Campbell foi roubado por Wheelwright do arquivo do Senado (SCALABRINI ORTIZ, 2009).

3.4.2. O sistema trienal de arrendamentos

Num contexto de abundância de mão de obra imigrante propiciada pela lei estabelecida pelo presidente Avellaneda, se desenvolve, em fins do século XIX e primeiras décadas do XX no sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires principalmente, uma estrutura agrária bastante particular denominada *sistema trienal de arrendamientos*. Este

modo de produzir e utilizar a terra era efetuada da seguinte maneira: o proprietário de terras subdividia seus campos e arrendava as parcelas aos imigrantes agricultores por um prazo de três anos. Os *chacareros* (como eram conhecidos estes arrendatários), por contrato expresso, deviam cultivar no primeiro ano milho, no segundo trigo e por último linho, combinando os cereais para manter a fertilidade do solo. Depois da última colheita, devolviam a parcela semeada com alfafa para serem logo ocupadas pelo gado do proprietário. Era comum a contratação de mão de obra assalariada por parte dos *chacareros*, sobretudo no tempo da colheita.

Assim, o estancieiro rentista, virava, sem muito investimento, fazendeiro capitalista, ao expandir sua produção animal sobre terras plantadas pelos arrendatários com alfafa, uma forragem de alta qualidade; enquanto que seu campo se valorizava pelas melhoras introduzidas. Muitos *chacareros* chegaram a formar parte de uma classe média rural, mas que devia trabalhar junto à sua família e assalariados, e que obtinha lucros em épocas de bons preços ou ficava endividado quando o clima ou o mercado externo não o favoreciam. A forma de uso da terra em arrendamento dominou a estrutura agrária pampeana desde 1880 até 1962, quando as políticas agrícolas de Juan Domingo Perón destinadas a fragmentar o latifúndio, e o paulatino enriquecimento dos *chacareiros*, começou a materializar seus efeitos em favor de uma classe média rural de médios proprietários (BARKSI, GELLMAN, 2001).

As elites Argentinas de fins do século XIX e princípios do XX estiveram principalmente relacionadas à produção de carne, enquanto que a agricultura foi desenvolvida por uma classe média agrícola subordinada, fato representado no critério desigual de aplicação dos fretes através de ferrovias: "*En el transporte desde General Lavalle, Ferrocarril Pacífico, el trigo pagaba 24,57% sobre el valor del producto transportado, el lino 16%, la avena 32% y los novillos 6,2%*" (GORI, 1958; p: 91).

Sendo os imigrantes arrendatários atores subordinados, se generalizaram os abusos cometidos pelos fazendeiros que iam aumentando suas exigências conforme avançava o fluxo imigratório, que pressionava a demanda pelo acesso à terra. Na figura nº 58, consta a seguinte inscrição: "*La población ha presenciado este triste espectáculo: gente enviada por el dueño del campo El Oeste arroja al camino los enseres domésticos y útiles de labranza de tres colonos desalojados violentamente por el propietario, luego de haberles destruido sus viviendas. Esta escena evoca los procedimientos de los*

señores feudales que creíamos, en verdad, imposible de reproducirse en nuestro país y en nuestra época". Na figura nº 59 outro exemplo do que ocorria de expulsão de chacareros no sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires, cujo verso da foto aparece a inscrição: "Una vez alejados los colonos, las casas son reducidas a escobros".

Figura 58- Chacareros expulsos pelos proprietários



Por verdadeiros senhores feudais, segundo descrição do ano de 1912, de autor desconhecido. Fonte: Arquivo General de la Nación.

Figura 59- Expulsão de chacareros e destruição de suas casas no sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires, 1912



De autor desconhecido. Fonte: Archivo General de la Nación.

Aliás, era comum que os proprietários assumissem direta ou indiretamente a comercialização dos grãos, insumos e a concessão de crédito. Esta situação se tornaria tensa até desembocar numa série de levantes e greves dos *chacareros* cujo epicentro foi Alcorta, localidade do sul santafesino, revolta que marcou um ponto de inflexão na historia do agro pampeano.

A greve dos chacareros de Alcorta contra os contratos abusivos foi comandada pelo advogado italiano Francisco Netri, assassinado em Rosário por esta causa em 1916.

3.4.3. El grito de Alcorta

Depois da colheita cerealífera do ano de 1912, muitos *chacareros* ficaram endividados. Os contratos de arrendamentos exigiam uma parte da colheita (renda produto) que variava entre a metade e 3/4 desta e, além disso, possuíam cláusulas que estabeleciam onde comprar os insumos e vender os cereais, com quem contratar a maquinaria e com quem transportar e armazenar a produção. Os contratos as vezes estipulavam até o número de cachorros e galinhas que o chacareiro poderia ter, e muitos deles eram anulados quando o estancieiro o considerava pertinente. Estima-se que 50% dos arrendatários não possuíam contrato formal (GRELA, 1985).

Esta situação levou os arrendatários a desafiar a reacionária *Lei de Residência*²³, e a organizar, em 1912, na citada localidade de Alcorta (sul de Santa Fé), uma greve geral que paralisou a mais de 100.000 agricultores de toda a região pampeana por três meses.

Depois da greve, os arrendatários conseguiram algumas melhorias nas condições de arrendamento, mas o movimento não finalizou em Reforma Agrária, apesar dos chacareiros:

Si bien habían llegado ya a ser dueños de sus útiles de trabajo, de sus animales de labor, de sus viviendas, etcétera, subsistía aún una traba para su ulterior desenvolvimiento. Esta traba consistía en el "contrato" de formas feudalistas que lo sujetaba a la omnipotencia del terrateniente (BOGLICH, 193; p 204).

O Grito de Alcorta colocou em evidência o surgimento de uma classe média rural que fazia sua aparição na história argentina. A força desse movimento colocaria no governo ao presidente Hipólito Yrigoyen em 1916.

Com a onda de prosperidade e bons preços dos cereais que se sucederam ao fim da Primeira Guerra Mundial, muitos *chacareros* que pagavam seu arrendamento em espécie começaram a fazê-lo em dinheiro e outros viraram proprietários, desenhando uma evolução clássica do capitalismo agrário neste período (BOGLICH, 1937: 204).

Apesar de no seu início o movimento *chacarero* ter sido contra o *status quo* daquela época, essa nova classe social agrícola defenderá historicamente seus interesses específicos de classe média, marginalizando os direitos dos trabalhadores rurais. Nos grandes movimentos políticos populares argentinos, tanto os colonos do centro quanto os *chacareros* do sul, ficaram do lado dos grandes proprietários ligados à *Sociedad Rural Argentina*, mas sendo prejudicados nos períodos de aplicação de políticas ultra-liberais, como aconteceu durante a década de 1990, e que teremos a oportunidade de discutir no capítulo a seguir.

²³ Criada em 1902, a *Lei de Residência* outorgava o direito ao Estado Argentino de extraditar, sem necessidade de julgamento prévio, a qualquer imigrante por causa de suas ideias políticas.

CAPÍTULO IV: AS MUDANÇAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO CAMPO SANTAFESINO

Passada a segunda metade do século XX, as áreas santafesinas começam a mudar lentamente suas relações de produção e atividades produtivas. No norte, o fim do ciclo do quebracho vai dar lugar a uma intensificação das atividades relacionadas com a criação de gado e à agricultura, enquanto que a população em geral vai migrando para as cidades ou continua sua vida rural como peão de estância. No centro começa a se expandir o tamanho das propriedades que haviam sido colocadas em produção pelos imigrantes com a decisiva ajuda dos Estados Provincial e Nacional, ao tempo que se intensifica sensivelmente a industrializaçãocooperativa de leite e grãos. Já no sul, os antigos arrendatários do Grito de Alcorta foram virando pequenos e médios proprietários, ao tempo que também foram experimentando o processo de concentração da terra, fenômeno intrínseco ao capitalismo. Em comum, as três áreas apresentam um aumento das relações capitalistas de produção e a expansão do cultivo de soja, com epicentro nos arredores da cidade de Rosário e com fortes repercussões em toda a agricultura de exportação argentina, processo que abordaremos a continuação.

4.1. O sul santafesino como epicentro de fortes transformações no setor agrícola pampeano

No ano de 1955 um golpe de Estado liderado por parte do setor opositor ao governo e por setores conservadores relacionados ao sistema financeiro internacional e ao capital agroindustrial termina antecipadamente com a segunda presidência de Juan Domingo Perón. Por 18 anos seu partido, o Justicialista²⁴, o mais popular ao na Argentina, estará proscrito. A progressista Constituição de 1948 será derrotada e inclusive, proibido por lei se mencionar os nomes de Perón e de Evita. Os governos *justicialistas* tinham se caracterizado por captar

²⁴ Constituído pela classe trabalhadora argentina, era um partido de massas e popular, sobre tudo no seu primeiro governo.

parte das rendas agrícolas pampeanas dos grandes proprietários através de um imposto as exportações chamados coloquialmente de *retenciones*, com a finalidade de subsidiar os setores industriais e o consumo interno.

Em 1973 é permitido o regresso de Perón à Argentina e depois de ganhar as eleições por ampla vantagem retoma novamente ao poder. Mas a morte do líder justicialista um ano depois de assumir seu terceiro mandato deixa o país inserido numa marcada luta de classes, enfrentando um movimento operário e sindical com facções radicalizadas contra os setores da extrema direita e boa parte da oscilante classe média. Neste contexto social turbulento, em 1976 assume, através de um golpe, uma ditadura cívico-militar de perfil entreguista e fortemente repressiva, pioneira junto a Chile em programar um plano de governo com claras tendências neoliberais, e que rapidamente procurou favorecer aos setores que se diziam prejudicados pelas políticas redistributivas dos governos anteriores. Os sindicatos relacionados às agroindústrias e aos órgãos públicos encarregados de administrar a política econômica e agrícola serão especialmente perseguidos e muitos dos seus líderes "desaparecidos".

A partir de então o setor privado toma conta de um grande e complexo sistema de armazenagem e comercialização de grãos que estava até aquele momento em poder do Estado Nacional, que atuava de forma a garantir preços baixos no mercado interno e valores mínimos para as mercadorias agropecuárias dos pequenos e médios produtores. Além disso, a ditadura estimulou a instalação de portos privados nas proximidades da cidade de Rosário e a partir de então as grandes agroindústrias como *Bunge Born*, *Molinos Rio de la Plata* e *Louis Dreyfus*, começam a intensificar a exportação e o processamento de grãos desta área sul de Santa Fé. Neste contexto de expansão do capital agroindustrial, cujo principal epicentro era a Grande Rosário, também foram criados os canais sinalizados que ligam o rio da Prata com os portos do sul santafesino.

A partir de então, o mercado de grãos e carnes, que já desde a década de 1930 contava com uma forte proteção do Estado Nacional, começou paulatinamente a ser controlado por agentes privados. Na década de 1990 a *Junta Nacional de Granos* e a *Junta Nacional de Carnes* (principais órgãos públicos de controle, comércio e armazenagem desses produtos), que ainda conservavam funções reguladoras, foram totalmente extintos e substituídos pelos atores do mercado, entre os quais se destaca a Bolsa de Comércio de Rosário, que atualmente é um referente mundial no preço do óleo e da farinha de

soja. Os produtores agropecuários, depois de varias décadas, ficaram totalmente livres a sua própria capacidade de se adaptar à renovada estrutura e superestrutura agropecuária argentina.

Na década de 1960 havia-se iniciado com fins comerciais o cultivo de soja, um produto que participaria de maneira protagônica na mudança produtiva da região pampeana das últimas décadas e que ajudaria a expandir, junto com as renovadas forcas do mercado, formas de organização da produção agrícola tipicamente capitalistas. Em 1956 o Laboratório Brand funda no país a associação Agrosoja, dedicada à experimentação e desenvolvimento deste cultivo na região pampeana, cujas primeiras plantações vão se localizar nas férteis terras do sul de Santa Fe. A partir de 1961 se produzem as primeiras grandes colheitas, e que um ano depois começam a ser exportadas:

Soja, campaña con éxito: casi todo el territorio argentino es apto para el cultivo de soja, la más rica fuente de proteínas que se conoce. Como se sabe, la soja es una leguminosa originaria del Lejano Oriente. Se la ha llamado la Vaca de China, pues en ese país, como en Japón, Manchuria y otros, suple la falta de ganados. En proteínas, un kilo de soja equivale a dos quilos y medio de carne, o a 58 huevos de gallina o a 6,5 litros de leche (...). Una hectárea de soja da por lo bajo, 1200 kilos de granos, de los que se obtienen 480 kg de proteínas. Esa misma extensión, criando 3 novillos de 500 kilos cada uno, proporciona 240 kg de proteína. Para igualar la primera cantidad se necesitan 48 quintales de maíz. Es suficiente para darse una idea del valor inestimable de esta planta (Jornal La Nación, 4 de oct. de 1961, p: 6).

A soja vai substituir, na região pampeana, ao girassol, logrando produzir no mesmo campo duas colheitas anuais, uma de trigo (no inverno) e outra de soja (no verão), se transformando em poucas décadas no principal complexo agroexportador argentino.

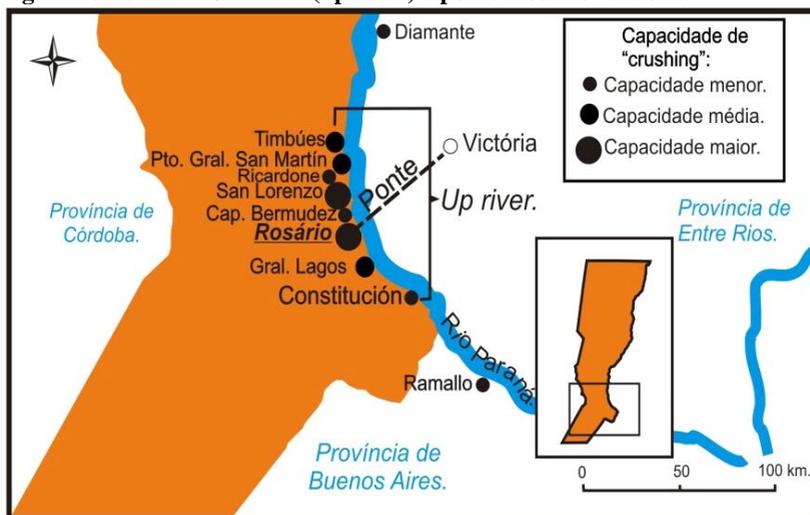
As plantas processadoras de girassol que já existiam na área da grande Rosário, a partir de algumas adaptações, vão processar também a soja. O novo "ambiente de negócios" e a introdução do cultivo de soja, gerarão algumas mudanças nas tradicionais economias regionais

santafesinas. O sul de Santa Fé será o epicentro destas transformações por dois motivos principais, nesta área e nas cercanias dela se encontram as terras mais aptas para a agricultura de toda a região pampeana e, além disso, nos arredores de Rosário estão localizados os principais portos e agroindústrias do país.

4.1.1. Características gerais da agroindústria de soja Santafesina

Denomina-se nos informes apresentados pelo setor agroindustrial de *up-river* ou *Rosafé*, à zona fluvial da Argentina que reúne nos arredores da grande Rosário, sob a margem oeste do rio Paraná, as grandes agroindústrias e portos exportadores de grãos e subprodutos, e onde convergem as principais rodovias e ferrovias do país (figura nº 60).

Figura 60- Localização do pólo agroindustrial e exportador de soja argentino no sul de Santa Fé (up river) e ponte Rosário-Victória



Elaboração própria. Fonte: dados do CIARA e cartografia oficial do Instituto Geográfico Nacional.

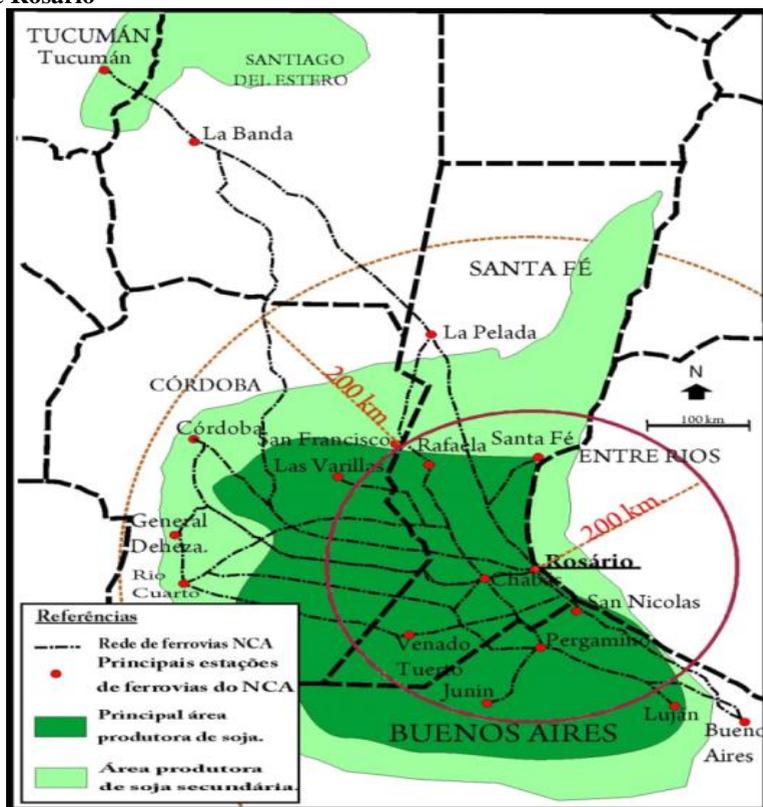
Estima-se que 80% da produção agroindustrial argentina parte dos portos fluviais do sul de Santa Fé, enquanto que os portos marítimos de Quequén e Bahia Blanca, localizados ao sul de Buenos Aires,

participam com 10% cada um das restantes agro exportações ²⁵ (MECON, 2014). A zona Rosafé se estende sobre o rio Paraná ao longo de 67 km, entre Constitución, no extremo sul da província de Santa Fé, até Timbúes, 35 km ao norte de Rosário. Essa localização permite que as distâncias a serem percorridas pelos caminhões e trens que transportam os grãos de soja da zona núcleo até as agroindústrias rosarinas não superem 300 ou 400 km, sendo que a maior parte da colheita se dá num raio de 200 km ²⁶ ao redor dos portos rosarinos (figura nº 61).

²⁵ O porto de Buenos Aires não recebe nem exporta cargas a granel, mas é o único do país que concentra a comercialização e distribuição de contêineres.

²⁶ No caso brasileiro, a distância desde Sorriso, no Mato Grosso (principal município e estado produtor de soja respectivamente) até o Porto de Santos fica em torno de 2000 km. Um informe realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2008) avaliou que o custo de transporte interno no Brasil é em média 83% e 94% superior, respectivamente, ao dos Estados Unidos e da Argentina; e que escoar a produção desde Sorriso e Campo Novo do Parecis (MT) tem um custo de frete que oscila entre 29% e 34% do preço recebido pelo produto, equivalente aproximado ao montante que recebe o Estado argentino por imposto às exportações de soja.

Figura 61- Localização das principais áreas de cultivo de soja; ferrovia do Nuevo Central Argentino (NCA); e distância em relação às agroindústrias de Rosário



Elaboração própria.Fonte: CIARA, 2014.

A zona que compreende o *up river* é a mais alta concentração espacial de indústrias processadoras de soja no mundo, assim como também é a que apresenta a maior capacidade de *crushing* por planta. No caso norte-americano, a capacidade instalada para processar oleaginosas é de 210.000 toneladas diárias, distribuídas entre 70 plantas espalhadas por todo o país. No Brasil, a capacidade de processamento é de aproximadamente 160.000 toneladas diárias distribuídas em 116 plantas (WESZ JUNIOR, 2011). A Argentina possui uma capacidade instalada de moenda de 217.000 toneladas diárias, e 80% da produção é repartida em 20 plantas localizadas nos arredores de Rosário, sendo que várias unidades podem processar mais de 20.000 toneladas por dia.

Nelas também é processada soja proveniente do Paraguai e da Bolívia, transportada por via fluvial pelo Paraná (MECON, 2014). Desta maneira, as agroindústrias de soja argentinas obtêm os benefícios advindos da aglomeração territorial, a especialização e a escala produtiva, descritos por Perroux em seu clássico texto “*O conceito de pólo de crescimento*” (1975).

A infraestrutura ferroviária colabora já desde o século XIX na geração de renda na região pampeana. A Ferrovia do *Central Argentino* foi cedida em concessão pelo Estado Nacional durante o governo Menem à empresa *Aceitera General Dehesa*, de capitais argentinos (mais precisamente cordobeses), que processa aproximadamente 7% do total da soja mundial na sua planta de *Timbúes*, num *joint venture* com a Bunge (CIARA, 2014).

Outra obra de infraestrutura que ajudou a posicionar Rosário no cenário do agronegócio mundial foi a ponte *Nuestra Señora del Rosario*, que une as cidades de Rosário e Victória, na província de Entre Rios (figura nº 62), atravessando todo o sistema fluvial e geomorfológico do baixo Paraná, que nessas latitudes vai configurando seu delta num emaranhado de ilhas de sedimentação que abarca dezenas de quilômetros de largura. Sua inauguração, em 2003, permitiu economizar custos de transporte e dinamizar a circulação das produções de soja *enterrerianas* para os portos agroindustriais da grande Rosário. Antes da construção da ponte, a distância a ser percorrida por um caminhão que viajava de Victória até Rosário era de 318 km, devendo atravessar em balsa desde a cidade de Paraná até Santa Fé, para logo retomar novamente para o sul rumo a Rosário. Transitando pela ponte essa distância se reduz a 60 km. Esta grande obra de engenharia está construída por cima de 43 km de terraplanagens levantadas sobre as ilhas paranaenses, e por uns 15 km de pontes que atravessam o rio e todos os seus braços.

Figura 62- Ponte Nuestra Señora del Rosario (Rosário-Victória)



.Fonte: Google Earth Pro (2017).

Devido aos depósitos fluviais nessa área, a dragagem do rio Paraná é de fundamental importância para a economia argentina. Em áreas próximas a sua desembocadura no rio da Prata, o Paraná diminui sua velocidade e deposita grande quantidade de sedimentos provenientes, sobretudo, dos rios *Pilcomayo* e *Bermejo* (que descem das montanhas andinas, no norte argentino e sul boliviano), fato que permitiu, no transcorrer do tempo geológico, a formação de um vasto sistema de ilhas. A Hidrovia S.A. é a empresa concessionária encarregada da dragagem e sinalização do Rio Paraná. As obras de dragagem começaram em 1995, ano no qual a profundidade entre Puerto General San Martín e o mar era em média de 27 pés, com setores de 22-23 pés. Na atualidade se tem conseguido uma profundidade de 36 pés até Puerto General San Martín (o que permite que um barco Panamax possa sair completamente carregado), e de 28 pés rio acima até o porto de Santa Fé, 200 km ao norte de Rosário. De Assunção do Paraguai até Santa Fé o calado mínimo é de 10 pés (3,2 m), podendo navegar balsas de até 36.000 toneladas (ESTUDIO..., 2010).

Outra das particularidades logísticas que permitem maximizar as rendas das empresas agrícolas na área está relacionada à adequada infraestrutura das agroindústrias rosarinas, as quais conseguem integrar vários elos da cadeia produtiva dentro de uma mesma unidade. Sistemas de descarga de balsas, caminhões e trens, esmagamento, industrialização, armazenagem e carga em barcos funcionam como uma unidade orgânica sob o mesmo chão (figuras 63 e 64).

Figura 63- Elevadores do porto agroindustrial de Molinos Rio de La Plata



De capitais argentinos, na cidade de San Lorenzo, às margens do rio Paraná. Fonte: acervo de Pablo Bender, 2011.

Figura 64- Porto agroindustrial de Vicentín, de capitais argentinos, na cidade de San Lorenzo



As ferrovias se integram aos portos agroindustriais para maximizar a logística dos grandes volumes e pesos. Fonte: acervo de Pablo Bender, 2011.

A produção e moenda de grãos, assim como de minérios, precisam movimentar grandes volumes e pesos, pelo que a proximidade

espacial entre produção, circulação e processamento são fatores de fundamental importância na geração de renda²⁷.

4.1.2. Rendas por fertilidade da terra

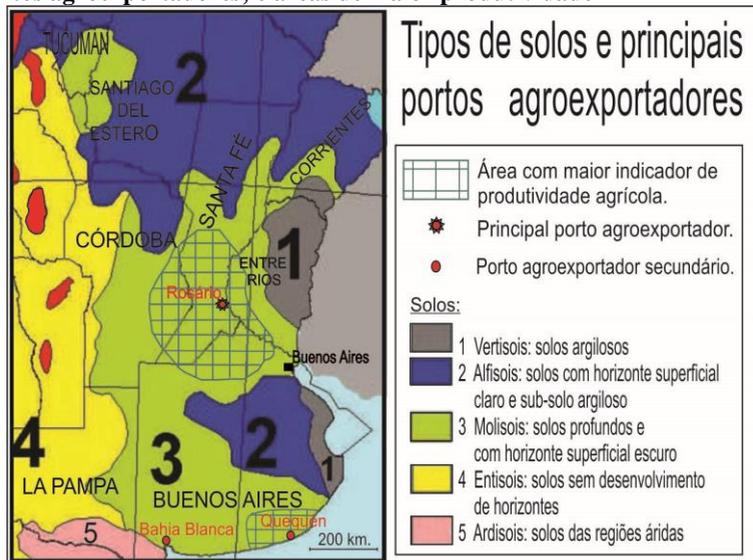
Na região pampeana, os solos dominantes são da ordem dos *molisois*, considerados entre os de maior fertilidade para a produção agrícola extensiva. Os estratos superiores estão formados na Argentina por sedimentos quaternários que são conhecidos pelo nome de *loess pampeano*, devido à sua similitude com outros depósitos de *loess* no mundo. Suas características físicas favorecem ao desenvolvimento das raízes e um bom escoamento da água, encontrando-se geralmente, quando ainda não foram antropizados, cobertos de prados. São solos escuros e profundos, ricos em húmus e minerais, fruto de um delicado equilíbrio entre precipitações moderadas e decomposição de matéria orgânica. Esta ordem de solo também se acha presente em outras importantes regiões agrícolas do mundo, como as estepes europeias e as extensas planícies norte-americanas e chinesas, estimando-se que ocupem aproximadamente 7% das terras livres de gelo (PANIGATTI, 2010).

Em geral, os solos molisois da Argentina, excetuando os presentes na província de Tucumán, se estendem num contínuo sobre boa parte da região pampeana, incluindo o centro e sul de Santa Fé, e seus limites externos não superam os 400 km de distância de pelo menos algum dos principais portos argentinos. Por outro lado, existem áreas sobre estes solos que apresentam indicadores superlativos de produtividade agrícola e que foram mapeadas por técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia agropecuária - INTA (GIORGI, 2004). Estas áreas, chamadas de zonas núcleo, apresentam os maiores rendimentos produtivos e coincidem, como também é mostrado na figura nº 65, com

²⁷ Em média, a espera de um barco para carregar soja no porto de Santos foi, em 2012, de 11,4 dias, e no caso de milho, 16 dias (AMATO, 2013). No *up river* argentino, devido aos fortes investimentos realizados pelas empresas em infraestrutura de descarga, armazenagem e elevadores que a concorrência (oligopolista) das empresas aglomeradas nessa área tem estimulado, esse tempo se reduziu, em 2008, para quatro dias (IBÁÑEZ, 2008).

os *hinterland* dos portos e agroindústrias exportadoras da grande Rosário e Quequén. Para definir estas áreas, o INTA teve em consideração não só a fertilidade do solo e sua textura, mas também o nível de escoamento das águas, a condição climática, o nível de sódio, a profundidade, a erosão, entre outros.

Figura 65- Solos dominantes na região pampeana argentina; principais portos agroexportadores; e áreas de maior produtividade

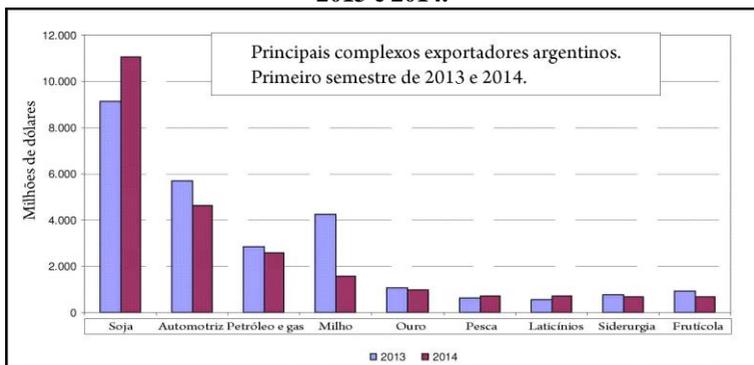


Solos Elaboração própria. Baseado em PANIGATTI, 2010 e GIORGI, 2004.

Esta série de fatores locais, naturais, políticos e econômicos permitiram que a expansão do cultivo de soja nas últimas décadas fosse vertiginosa, passando de 4,9 milhões de hectares em 1990 a mais de 20 milhões em 2014, chegando a um recorde de 61 milhões de toneladas na safra 2014/2015 (CIARA, 2015). O principal destino da soja argentina e seus derivados são a China e a União Europeia, onde se utiliza principalmente como matéria-prima para a elaboração de ração animal, consumo culinário e produção de biodiesel. O complexo soja é o maior da economia argentina, representando 29% do total das exportações em 2016, e com taxas sustentadas de crescimento superiores a 23% anual nos últimos 20 anos, mesmo em períodos de contração produtiva, como tem acontecido em 2013-2014 (gráfico1). A

Argentina é o terceiro produtor mundial de soja depois do Brasil e dos EUA, e o principal exportador de óleo e farinha desta oleaginosa.

Gráfico 1- Exportações argentinas por complexos, primeiro semestre de 2013 e 2014.



Elaboração própria. Fonte: MECON, 2014.

Desde um ponto de vista impositivo, no sul santafesino se gera um significativo imposto que é federal, isto é, captado pelo Estado Nacional e logo distribuído às províncias e à cidade autônoma de Buenos Aires. É o imposto chamado coloquialmente de *retención*, sob o qual Santa Fé não tem nenhum tipo de regalia diferencial nessa repartição. A Argentina é o único país do Mercosul que impõe tributo às exportações de soja e derivados. Durante os governos Kirchner e Fernandez eles chegaram a representar 35% do valor de exportação, enquanto que era cobrado 32% ao óleo e farinha, e 20% no biodiesel. As *retenciones*, consideradas o maior imposto aplicado por um Estado à exportação de um produto agrícola no mundo (O`CONNOR, JACOBO, 2011) vão diminuindo a medida que a industrialização do grão avança, mas sem deixar de ser representativo.

Na década de 1990, no governo Menem, o imposto às exportações agrícolas, que historicamente tinha sido uns dos pilares da arrecadação pública, foi eliminado. Quando em 2015 Mauricio Macri assume a presidência, se decide retirar a *retención* a todos os cereais pampeanos que também eram fortemente taxados (em torno ao 25 e 30%), deixando somente a *retención* à exportação de soja, que atualmente (junho de 2018) é de 27% para o grão, e 24% para farinhas e óleos de soja. Por decreto de janeiro de 2018 esses impostos vão decrescendo 0,5% mensal até dezembro de 2019. As rendas da

agricultura de soja argentina permitem a aplicação de fortes impostos às exportações desse produto sem que o investimento no setor diminua.

4.2. As mudanças na estrutura agrária santafesina das últimas décadas

A nova superestrutura jurídica e política que vai se gestando conforme as pressões do novo padrão de acumulação que surge após a crise do petróleo de 1973 e se acentua após a queda da URSS, aceleram o ritmo das mudanças da estrutura agrária pampeana, e em particular, na província de Santa Fé, por estar constituída por uma forte classe de pequenos e médios proprietários com certo grau de diversificação produtiva.

Em relação ao tamanho das propriedades rurais, como resultado do avanço das forças do mercado e a retirada das proteções paternalistas da agricultura, os Censos Nacionais Agropecuários (CNA) de 1988 e 2002²⁸ verificam um sensível aumento da extensão média das Empresas Agropecuárias (EAP) que em 1988 era de 300 hectares e passa a 401 hectares no ano de 2002, isto é, mais de 25% de aumento no tamanho médio em quatorze anos. Essa expansão se deu mais pela diminuição do número de propriedades que pelo uso de novas terras antes improdutivas. O número de EAP em toda a província caiu no período 1988-2002 em 23,9%, e a superfície produtiva se incrementou em 1,7% (quadro nº 2). Para efeito da compreensão quanto à localização dos departamentos no território da província santafesina, colocamos antes um mapa administrativo da mesma (figura nº 66).

²⁸ Apesar de ter ocorrido um censo nacional Agropecuário em 2008, o mesmo foi um fracasso porque segundo o próprio INDEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS) faltaram registrar 24 milhões de hectares. Aquele Censo se deu no contexto da greve agropecuária que durou mais de três meses, relacionada ao aumento às *retenciones* da soja durante o governo de Cristina Fernandez Kirchner. Em 2018 haverá um novo censo, mas por enquanto o mais confiável é o de 2002 (Bache estadístico: el Indec reconoció el fracaso del Censo Agropecuario 2008, disponível em: <<http://www.infocampo.com.ar/bache-estadistico-el-indec-reconocio-el-fracaso-del-censo-agropecuario-2008/>> Acesso: 03 fev. 2018).

Figura 66- Divisão departamental da província de Santa Fé



Fonte: Cartografia oficial do Instituto Geográfico Nacional.Elaboração própria.

Quadro 2- Número de EAP e seu tamanho médio nos anos de 1988 e 2002.

Departamentos	Nº de EAP 1988	Nº de EAP 2002	Tamanho médio 1988.	Tamanho médio 2002.	Incremento do tamanho médio das EAP em %
Belgrano	1.237	1.016	182	223	18%
Caceros	2.513	2.218	133	153	14%
Castellanos	3.237	2.132	219	308	29%
Constitución	2.167	1.641	130	165	21%
Garay	650	570	454	504	10%
Gral. López	4.042	3.031	242	337	28%
Gral. Obligado	2.752	2.027	351	495	29%
Iriondo	1.785	1.435	164	208	29%
La Capital	1.229	798	135	296	54%
Las Colonias	3.128	2.122	186	286	35%
9 de Julio	1.066	1.018	1167	1186	1,6%
Rosario	1.757	1.253	92	115	20%
San Cristóbal	2.653	2.074	488	647	25%
San Javier	1.050	945	505	573	12%
San Jerónimo	1.904	1.329	176	249	30%
San Justo	1.467	1.093	347	474	27%
San Lorenzo	841	844	175	198	11%
San Martín	2.142	1.389	214	320	33%
Vera	1.172	1.099	1341	1464	8%
Total Santa Fe.	36.862	28.034	300	401	25%

Fonte: CNA 1988; 2002.

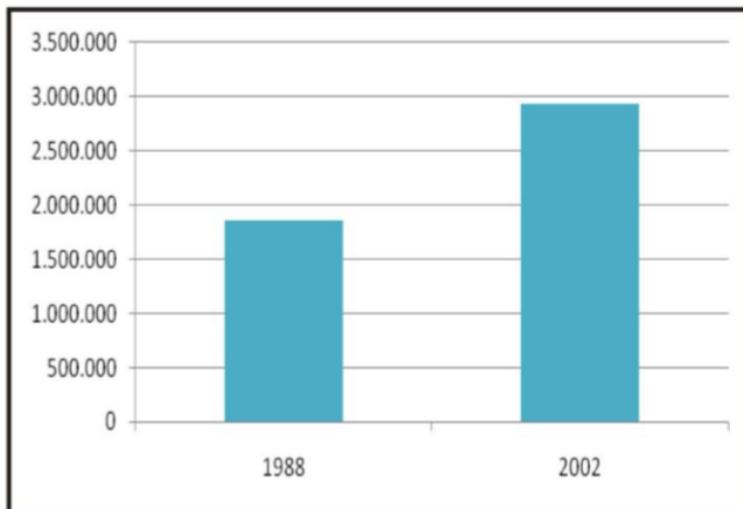
A diminuição do número de EAP e a posterior expansão do tamanho via arrendamento foi a maneira mais utilizada pelas empresas para incrementar a produção sem a necessidade de imobilizar capital na compra de terras. Como podemos ver no quadro nº 3, o número de proprietários passou de 34.600 em 1988 para 28.000 em 2002, enquanto que a superfície das EAPs que combinam propriedade com arrendamento se elevou em 58% (gráfico nº 2). O número de EAPs em toda a província que combinam essas duas formas de posse da terra se manteve quase constante (passou de 5.396 para 5.525), embora a superfície arrendada tenha aumentado em 65%.

Quadro 3- Arrendamentos em Santa Fé por departamento, variação 1988-2002.

Departamentos	Arrendamento 1988.	Arrendamento 2002	Variación absoluta	Variación %
Belgrano	33.720	66.043	32.323	95,80%
Caseros	25.385	78.029	52.644	207,38%
Castellanos	189.048	241.873	52.825	27,94%
Constitución	14.696	10.109	-4.587	-32,21%
Garay	64.107	59.731	-4.376	-6,82%
Gral. López	75.592	117.869	42.277	55,92%
Gral.Obligado	73.022	226.059	153.937	209,57%
Iriondo	26.488	69.144	42.656	161,03%
La Capital	24.430	59.348	34.918	142,93%
Las Colonias	120.458	215.893	95.435	79,22%
9 de Julio	99.198	120.860	21.662	21,83%
Rosario	14.165	19.934	5.769	40,72%
San Cristóbal	148.164	289.002	140.838	95,05%
San Javier	70.286	101.456	31.170	44,34%
San Jerónimo	49.089	99.338	50.249	102,36%
San Justo	59.931	122.507	62.576	104,41%
San Lorenzo	21.141	15.363	-5.578	-27,33%
San Martín	98.431	167.198	68.767	69,86%
Vera	152.578	177.705	25.127	16,46%
Total Santa Fe.	1.360.329	2.257.455	897.126	65,90%

Fonte: CNAs: 1988-2002.

Gráfico 2- Superfície em hectares das EAPs que combinam propriedade com arrendamento.



Fonte: CNA 1988-2002. Elaboração própria.

Cabe destacar que o aumento das superfícies arrendadas foi facilitado graças à flexibilização dos contratos de aluguel durante a década menemista, os quais podiam ser estabelecidos por um prazo de só um ano, fato que propiciou a participação de investidores urbanos atraídos pelas facilidades técnicas que o cultivo de soja apresenta sob os denominados *pools de siembra*. Já durante o governo de Cristina Fernandez Kirchner se elevou a duração mínima dos contratos de aluguel a 3 anos.

As áreas que maior impacto experimentaram na sua estrutura agrária a partir do *boom* da soja foram aquelas que, por um lado, desenvolviam alguma atividade regional não relacionada à agricultura pampeana, e cujos solos têm algum grau de capacidade agrícola. Ao mesmo tempo eram terras nas quais tinha se desenvolvido historicamente a pequena ou média propriedade.

Na área centro da província, o departamento *Las Colônias* tinha, em 1988, uma média de 185,6 hectares por EAP, e passou para 285,8 hectares (+35%), enquanto que a superfície média de Castellanos subiu em 29% e em San Martín 33%. Com relação à principal atividade regional da área centro, é importante destacar que 70% dos *tambos*²⁹ santafesinos e 30% da produção nacional de leite se encontram nesses departamentos. À escala provincial, dos 8.500 *tambos* existentes em 1988, há 3.600 em 2018, os quais geram 16.000 postos de trabalho de maneira direta.

Na Argentina, dos 30.141 *tambos* em 1988, passou-se para 15.529 em 2002, registrando-se, em 2008, aproximadamente 11.000 destas unidades produtivas: em duas décadas fecharam 64% dos *tambos* na Argentina. Mas ao contrário desta tendência decrescente, a produção de leite no país passou de 6 bilhões de litros em 1990 para 11,3 bilhões em 2015. Neste mesmo sentido, apesar de ter diminuído o número de indústrias no setor, assim como também das áreas destinadas a forragens na província (-31% de hectares a menos entre 1988 e 2002), conforme vistono quadro nº 4, a quantidade de vacas leiteiras se incrementou. No ano 1988 existiam no território provincial 517.000 vacas, produzindo pouco mais de 1,5 bilhão de litros de leite. Em 2006 se contabilizam 621.000 destes animais, produzindo 2,8 bilhões de litros. O incremento

²⁹ *Tambo* é a denominação que recebem em Argentina e Uruguai as unidades produtivas de leite.

do número destes animais foi de 16%, e a produção de leite subiu em 46,4%, devido principalmente ao melhoramento genético, forragens de melhor qualidade e aumento da utilização da ração como suplemento alimentar. O circuito produtivo do leite e laticínios gera pouco mais de 10% do PIB provincial e, à escala nacional, é o quarto maior complexo industrial da economia argentina.

Quadro 4- Áreas com forragem em Santa Fe, anos 1988 e 2002.

Departamentos	Hectares de forragem 1988	Hectares de forragem 2002	Variación absoluta	Variación %
Belgrano	45.313	27.368	-17.946	-39,70%
Caseros	42.642	19.789	-22.853	-53,60%
Castellanos	296.506	254.603	-41.903	-14,10%
Constitución	24.337	14.671	-9.666	-39,70%
Garay	2142	735	-1.407	-65,6%
Gral. López	251.286	105.278	-146.008	-58,10%
Gral. Obligado	8.053	8.469	+416	+5,20%
Iriondo	65.099	44.131	-20.968	-32,20%
La Capital	34.971	22.730	-12.241	-35%
Las Colonias	226.150	170.945	-55.805	-24,60%
9 de Julio	51.983	50.580	-1.403	-2,70%
Rosario	11.680	5.566	-6.114	-52,30%
San Cristóbal	221.080	223.812	+2.732	+1,20%
San Javier	5.360	5.027	-333	-6,20%
San Jerónimo	75.902	42.522	-33.380	-44%
San Justo	54.630	37.115	-17.515	-32%
San Lorenzo	15.951	7.997	-7.954	-49,90%
San Martín	210.478	93.658	-116.820	-55,50%
Vera	21.934	11.026	-10.909	-49,70%
Total Santa Fe.	1.666.298	1.146.020	-520.278	-31,20%

Fonte: CNA 1988-2002.

Durante a década de 1990, o setor industrial de laticínios (8 empresas processavam aproximadamente 80% do leite nacional) começou a exigir dos produtores argentinos equipes de ordenha mecânica e refrigeração de leite como condição imprescindível para comprar a produção. No ano de 1988, existiam 1900 *tambos* (22,8%) que ainda utilizavam o sistema de ordenha manual, enquanto que 6.477 possuíam ordenha mecânica. Destes últimos, 65,6% não tinham sistema de refrigeração de leite nem faziam inseminação artificial. A necessidade de modernizar a produção como condição para manterem-se na atividade determinou o endividamento de muitos *tamberos* e produtores agrícolas:

Hacia fines del año 1999, informes oficiales estimaban que los agricultores argentinos registraban un endeudamiento cercano a los 6000 millones de dólares con el sistema financiero. (...) A ello se unía una deuda con las empresas de abastecimiento de insumos, estimada en 3000 millones de dólares. (...) Sobre el endeudamiento con sistemas de crédito no formales (...) no se contaba con datos, pero los montos debían ser de importancia (LATTUADA, NEIMAN, 2005, p: 89).

Como refere a figura nº 67 a atividade leiteira (representada pelo moinho) deixa espaço para o cultivo de soja, enquanto que aquela aumenta e concentra suas rendas via aplicação de tecnologia: um sinal das mudanças produtivas no centro santafesino das últimas décadas.

Figura 67- Humboldt (centro de Santa Fé.A pecuária cede superfície à agricultura



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2011.

Por outro lado, as áreas que não apresentam possibilidades de desenvolvimento agrícola, devido a graves problemas de salinização e escorregamento de águas, como acontecem em boa parte do norte santafesino, não mudaram de maneira significativa o tamanho e destino do uso das parcelas agrícolas. Assim, por exemplo, enquanto que o

departamento 9 de Julio, com uma média, em 1988, de 1.166,6 hectares, só sofreu um incremento do tamanho médio de 1,64%, passando para 1.186,2 hectares, a média de expansão das unidades produtivas na província foi de 25%.

Depois da queda da atividade florestal no norte santafesino a produção dominante começou a ser a criação de gado, que já vinha se desenvolvendo paralelamente durante o ciclo do tanino. Nesta área domina hoje um uso do solo principalmente para a criação extensiva, mas com animais de boa qualidade genética (figura nº 68).

Figura 68- Gado nas cercanias da localidade de Tostado, norte de Santa Fé



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2018.

Embora o solo presente nesta área norte não permita geralmente o plantio de forragens, as queimadas dos pastos velhos (figura 69) possibilita que eles cresçam renovados, de maneira tal que possam ser digeridos facilmente pelos animais. O norte santafesino, especialmente sua savana, longe de centros urbanos, selvagem e indômita; ainda é praticamente um deserto populacional.

Figura 69- Queimadas nos campos do norte santafesino



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2018.

No norte de Santa Fé, o elo principal do circuito produtivo da carne é a criação, porque as limitações edafológicas dificultam a engorda final do animal *in situ*. Em linhas gerais se utilizam como forragem pastos naturais, os únicos que por enquanto parecem se adaptar a esse difícil ambiente: falta de água, enchentes e condições de elevada salinidade. A carga animal por hectare é baixa, e vários quilômetros podem ser percorridos sem que consigamos observar algum novilho pastando no campo. Não obstante, a falta de espaço não é um problema nesta região; as unidades produtivas são as maiores da província, superando em média a 1000 hectares. Atualmente 60% do total do gado santafesino se localiza na sua área norte, sendo esta província a segunda produtora a nível nacional de carne de boi, depois de Buenos Aires. Mas a maioria dos animais criados nesta área são enviados para engorda intensiva aos departamentos do sul de Santa Fé, área onde se concentram também os maiores frigoríficos. Neste sentido, sabemos que nas cercanias de Rosário se localizam 77% das Empresas Agropecuárias dedicadas à atividade de invernada(engorde final) e também os maiores frigoríficos da província (SANTANGELO, F; GIL, F., 2016). Desta maneira, boa parte do valor do produto final fica nas EAPs do sul da província. Considerando isto, é interessante lembrar que, segundo Sábato (1991), os estancieros argentinos podiam ser divididos

em duas categorias, os *criadores* e os *invernadores*, sendo que estes últimos sempre resultavam mais prósperos que os primeiros e que por esta condição e à diferença dos *criadores*, eram mais propensos a formar parte das classes dirigentes argentinas.

Por outro lado, a agricultura é a atividade que escolta à criação de gado no norte de Santa Fé. Já há algumas décadas, os cultivos tradicionais e as forragens vêm perdendo superfície em relação do avanço da soja (quadro nº 5).

Quadro 5- : Variação dos cultivos não pampeanos no norte da província de Santa Fé em 1988 e 2002.

Cultivos não pampeanos	Ano 1988/ Hectares.	Ano 2002/ Hectares.	Variação absoluta em hectares.	Variação porcentual.
Algodão	55.424	7.867	47.557	-85,80%
Cana de açúcar	10.861	5.341	-5.520	-49,20

Fonte INDEC, 1988-2002. Elaboração própria.

De qualquer forma, o capital aplicado na agricultura têm permitido que o cultivo de algodão não diminuísse nas últimas 5 décadas, dominando o norte santafesino 10% da produção nacional de algodão, parte do qual é processado nas *desmotadoras* de Villa Mineti e Avellaneda. O cultivo de girassol e sorgo, e em menor medida de trigo e milho, também se produzem no norte de Santa Fé, principalmente no departamento General Obligado. No departamento de Garay, mas principalmente em San Javier, a atividade agrícola destacada é o cultivo de arroz. Em conjunto, os departamentos do norte santafesino dominam, em relação à produção nacional, 9 % do arroz, 5% do girassol, e 1% de soja, trigo e milho. A empresa Vicentin, que surge na colônia Avellaneda de imigrantes italianos, é a maior agroindústria do norte de Santa Fé e umas das maiores da Argentina, com grandes plantas de processamento de soja e girassol na localidade de Ricardone e San Lorenzo, nas cercanias de Rosário; e no estado do Paraná (Brasil). Vicentin também participa de outras atividades agroindustriais no departamento de General Obligado, como a criação e engorda de gado, indústria frigorífica da marca "Friar" (uns dos processadores de carne mais importantes da Argentina), ração animal, agroquímicos e fiação de algodão.

Os departamentos do sul provincial, onde as rendas por fertilidade e localização se encontram entre as melhores da Argentina e do mundo, e cuja atividade dominante é a agricultura, também experimentaram o processo concentrador da terra, mas abaixo da média provincial. Mas conforme a tendência geral diminuíram as áreas destinadas à criação de gado e aumentaram as destinadas à agricultura.

O cultivo de trigo também cresceu na província, passando de 664.140 hectares em 1988 para 967.465 em 2002 (a sua superfície aumentou em 46%). Geralmente este cereal é semeado no inverno enquanto que no verão dá lugar para a soja ou o milho. Já o girassol caiu de 145.180 hectares para 80.171. Esta oleaginosa é mais eficiente na produção de óleo em comparação com a soja, mas o seu aporte protéico (e por isso a sua capacidade para produzir farelos e ração animal) é menor.

4.2.1. A expansão do cultivo de soja

Em escala nacional, nas províncias pampeanas o aumento das superfícies cultivadas em geral no período 1988-2002 foi de 9,3%, enquanto que nas províncias extra-pampeanas esse incremento foi substancialmente maior, na casa do 50,3%. O processo de expansão da fronteira agrícola se incrementou em quase 5 milhões de hectares sendo a soja e as províncias do norte argentino as principais protagonistas deste processo.

Em Santa Fé, a superfície plantada com soja subiu 65% entre 1988 e 2002, incremento experimentado por todos os departamentos, excetuando Rosário (quadro nº 6). Inclusive este cultivo foi plantado em espaços públicos, como na beira das estradas do município de Cavour, no centro da província de Santa Fé (figura nº 70).

Quadro 6- Produção de soja 1988-2001.

Departamento:	Hectares de soja 1988.	Hectares de soja 2002	Variación absoluta:	Variación porcentual
Belgrano	122.470	155.302	32.832	26,80%
Caseros	199.821	245.098	45.277	18,50%
Castellanos	48.956	194.036	145.081	296%
Constitución	168.990	183.808	14.818	8,80%
Garay	919	4.147	3.328	362,10%
Gral. López	285.398	421.473	136.076	47,70%
Gral. Obligado	32.709	104.975	72.266	220,90%
Iriondo	150.225	188.768	38.544	25,70%
La Capital	8.993	35.680	26.688	296,80%
Las Colonias	39.646	136.501	96.855	244,30%
9 de Julio	7.434	60.759	53.325	717,30%
Rosario	104.550	97.300	-7.250	-6,90%
San Cristóbal	13.331	76.158	62.827	471,30%
San Javier	17.371	31.636	14.265	82,10%
San Jerónimo	103.912	157.737	53.825	51,80%
San Justo	35.719	105.866	70.147	196,40%
San Lorenzo	89.926	120.179	30.253	33,60%
San Martín	126.006	253.729	127.723	101,40%
Vera	15.664	34.061	18.398	117,50%
Total Santa Fe.	1.572.044	2.603.147	1.031.103	65,60%

Elaboração própria. Fonte: CNA 1988-2002.

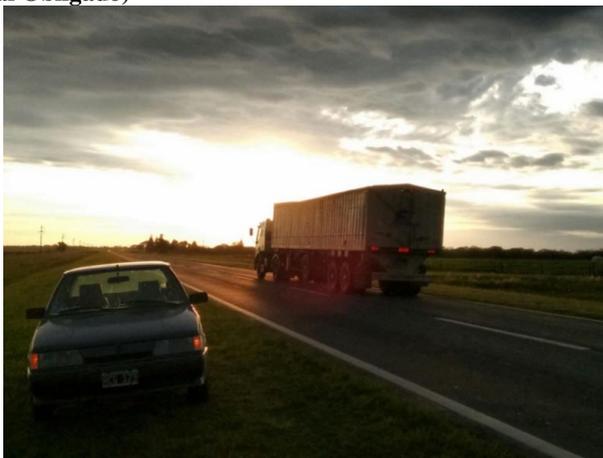
Figura 70- Soja cultivada em espaço público



Fonte: acervo de Pablo Bender, 2011.

Os maiores incrementos relativos de áreas plantadas com soja se deram no centro, em detrimento das áreas de forragens, mas também no departamento General Obligado, no norte de Santa Fé (figura nº 71). Aqui a produção de soja avançou sobre áreas de bosques naturais e cultivos regionais como o de cana de açúcar e algodão. No norte de Santa Fé, entre os anos 1998 e 2006, foram desmatadas 32.064 hectares de bosques, e a nível nacional foram 2.215.726 hectares, sobretudo no nordeste e noroeste argentino (SANTANGELO, GIL: 2017).

Figura 71- Caminhão transportando soja em Reconquista: (departamento de General Obligado)



Fonte: acervo de Pablo Bender. Ano 2018.

O linho, com 53.000 hectares plantados em 1988, desapareceu da província. Seu óleo foi substituído pelo de soja e seu tecido por fibras sintéticas ou algodão. A superfície destinada ao cultivo de árvores frutíferas também diminuíram, sendo que dos 2.034 hectares existentes em 1988, restaram 1.234 (-39%) em 2002. Neste sentido, os hectares cultivados com hortaliças experimentaram a mesma tendência à baixa, afetando principalmente os cinturões verdes dos grandes centros urbanos santafesinos: Santa Fé e Rosário.

4.2.2. Meios de produção: máquinas e insumos

As semeadoras de plantio direto, muito utilizadas nas lavouras de soja e trigo, não havia registro do seu uso em Santa Fé no censo de 1988. Elas começam a serem introduzidas na agricultura argentina massivamente na década de 1990 e, inclusive, sendo fabricadas no sul da província de Santa Fé. Em 2002, o CNA constata a utilização de 9.149 destas semeadoras e na campanha agrícola de 2009, 82% das terras produtivas da província foram semeadas com plantio direto. A crescente utilização da semeadora na província foi acompanhada do aumento da potência dos tratores. Neste sentido, os tratores com mais de 75CV de potência (potência mínima requerida para trabalhar com semeadoras de plantio direto) aumentaram de 16.170 em 1988, para 21.228 em 2002 (lembrando que em 2002 havia na província 28.000 produtores agropecuários). Os tratores com menos de 75 CV diminuíram no mesmo período de 28.095 unidades para 16.211. Em linhas gerais, a quantidade de tratores na província diminuiu de 44.270 para 37.442, ao tempo em que a potência das unidades aumentou e boa parte da sua frota foi renovada (CNA - 2002).

O caso das *cosechadoras* é similar ao dos tratores, com uma diminuição no número destas máquinas no estrato das que apresentam potências menores, mas com um sensível aumento no número das unidades maiores.

Outras das tecnologias que fizeram a sua aparição na década de 1990 na agricultura extensiva pampeana foram as equipes de irrigação. As áreas irrigadas passaram de 13.190 hectares em 1988 para 37.421 em 2002. É interessante destacar que o departamento que mais aumentou neste incremento foi o sulino General Lopez (mais de 18.000 hectares). Enquanto que, anteriormente à década de 1990, as áreas irrigadas estavam somente relacionadas ao cultivo de arroz (nos departamentos Garay e San Javier) e de hortaliças (nos cinturões verdes que rodeiam as cidades de Rosário e Santa Fé). A respeito da utilização de fertilizantes, a renda da terra dos solos pampeanos e as proteções do Estado permitiam administrar repetidamente as colheitas sem a necessidade de comprar fertilizantes no mercado até épocas relativamente recentes. Assim, no ano 1988, das 12.297 EAP que tinham cultivado trigo na província, só 1.817 (14,77%) tinham aplicado fertilizantes, enquanto que em 2002, das 10.359 EAP com trigo, 7.384 (71,28%) fertilizaram o solo.

4.2.3. Relações de produção no campo santafesino

Quanto às relações de produção nas EAP santafesinas também se verificaram significativas mudanças no período de tempo que estamos analisando. Os trabalhadores permanentes diminuíram, passando de 33.489 em 1988 para 22.249 em 2002 (-34%). No mesmo sentido, no CNA de 1988, se registraram 17.429 pessoas que trabalhavam de forma permanente nas EAP da província e que eram familiares do produtor. Já para o ano 2002 se contabilizam 6.404 familiares trabalhando nas EAP (-63%). Os departamentos Las Colônias e *Castellanos* (na área centro) eram os que apresentavam maior número de familiares trabalhando nas EAP. A população rural passou de 254.289 pessoas em 1991 para 223.903 em 2001. (CNA 1988 - 2002).

O número de meeiros que desenvolvem suas atividades principalmente no centro da província e estão relacionados à atividade *tambora*, também mudou sensivelmente. De um total de 5.664 *tambos* no ano 1995 na província de Santa Fé, 2.825 (49%) eram trabalhados mediante esta modalidade de *mediería*, na qual o trabalhador direto era retribuído em 59% dos casos, com uma percentagem que variava entre 20 e 30% do total produzido³⁰.

4.2.4. Alguns conflitos agrários resultante da maior inserção no mercado

O *Movimiento de Mujeres en Lucha* surge na província de La Pampa como reação das mulheres (geralmente esposas e filhas) das famílias dos produtores que tinham ordem de despejo nos seus campos, procurando, a partir de diversas manifestações públicas, conseguir acordos de pagamento de dívidas com os bancos, interessados em executar as propriedades.

Em Santa Fé também surgiu na década de 1990 a *Asociación de Deudores Hipotecários*, com a finalidade de evitar leilões de casas e campos. Outro dos conflitos que este novo modelo agropecuário forçou é de tipo ambiental e está relacionado ao uso indiscriminado de glifosato. No ano de 2009, surgiu um movimento que pretende colocar

³⁰ As informações foram coletadas da página web: <<http://www.portalechero.com>> Acesso: 21 Dez. 2017.

no debate da opinião pública e política este problema. Nesse ano se realizou o primeiro *Encuentro de los Pueblos Fumigados*, em uma das cidades centrais do atual sistema agrícola argentino: San Lorenzo.

Em linhas gerais podemos dizer que as rendas diferenciais da agroindústria de exportação argentina sempre tiveram um peso superlativo nas horas decisivas da história argentina, apoiando com sucesso períodos políticos repressivos e conservadores, como foi o caso dos golpes de Estado do século XX, ou na adesão a governos neoliberais, como as presidências Menem, De La Rúa ou Macri. Essas políticas foram celebradas por setores médios rurais, que geralmente são logo depois afetados pela dolarização da economia, os altos juros, o aumento dos insumos e o fim dos subsídios, vendo-se deste modo obrigados a vender ou alugar suas terras. A configuração espacial agroindustrial, com solos muito férteis localizados nas cercanias do pólo agroexportador de Rosário, permitiram a formação de fortes elites ligadas ao negócio exportador-importador, sob termos de intercâmbio desvantajosos para a economia nacional durante a maior parte da história argentina (PREBISCH, 2012).

CONCLUSÃO

Escrever uma tese relacionada à formação sócio espacial da província de Santa Fé foi uma grande satisfação por vários motivos. Na Argentina existem só dois cursos de pós-graduação em Geografia, um na Universidade de Buenos Aires e outro na Universidade do Chaco, mas nenhum há na província de Santa Fé. Até agora não existia uma tese de doutorado em Geografia que utilize como escala de análise a totalidade da província e nenhum destes trabalhos que aborde o estudo de aspectos relacionados à formação sócio-espacial santafesina no período aqui considerado: desde o primeiro assentamento espanhol até suas atuais dinâmicas produtivas. A delimitação das três áreas abordadas nesta tese: norte, centro e sul, já haviam sido expostas e trabalhadas por geógrafos como D'angelo, Manzi e Gallardo, mas eles colocaram ênfase fundamentalmente no que se refere a seus aspectos climáticos, biogeográficos e edafológicos, enquanto que os fatores sociais aparecem de uma maneira estática, como se caídos por cima do território, e não como fruto de um desenvolvimento histórico e dialético concreto. Acontece que a Geografia da província de Santa Fé, que teve seus anos de glória na década de 1970, ainda não contava com aquela renovação que a Geografia Nova trouxe justamente por aqueles anos.

Esta carência dos aspectos históricos e produtivos se faz sentir na única disciplina de Geografia de Santa Fé que existe na província, na *Universidad del Litoral*, que, aliás, não é obrigatória, mas optativa. Analisando a bibliografia do seu programa de estudos percebemos rapidamente a ausência da problemática do desenvolvimento da província, não tanto pela falta de interesse em ensinar esses conteúdos, mas por a quase inexistência de trabalhos geográficos desse tipo. Atualmente, os primeiros doutores estão surgindo no departamento de Geografia da UNL, pelo que acreditamos que esta disciplina acadêmica entrará numa fase de renovação, processo ao qual, humildemente, pretendemos contribuir com esta obra.

Um dos principais desafios que tivemos no transcurso da escrita da tese foi o de vencer os problemas relacionados com a distância física que separa Florianópolis da província de Santa Fé, em torno a 1900 km, umas 30 horas de viagem de ônibus. De qualquer modo, e pese não termos recebido auxílio financeiro para trabalho de campo devido aos cortes nos orçamentos que são de público conhecimento, foram realizadas quatro saídas a campo em Santa Fé nestes quatro anos, onde foram levantados dados, mapas, fotos, entrevistas e bibliografia. Em

duas dessas viagens, a província foi percorrida de carro desde seu extremo norte até seu extremo sul, e nas outras duas viagens foram realizados trabalhos de arquivo no *Archivo Histórico de Santa Fé*, na *Biblioteca Nacional*, no *Instituto Geográfico Nacional*, e no *Archivo General de la Nación*. Nesta última instituição podemos verificar que existe uma grande quantidade de mapas, documentos e fotos já catalogados e digitalizados, relacionados principalmente à Argentina, mas também a todos os países do mundo, especialmente do Brasil. O mesmo pode ser dito da Biblioteca Nacional. Mapas antigos de todas as regiões do planeta, assim como as imagens mais variadas são de fácil acesso nestas duas instituições, e o pesquisador pode obter elas em formato digital com resolução de 40 megapixels a um preço quase simbólico. Já no Instituto Geográfico Nacional a informação e os mapas (com destaque a sua interessantíssima coleção de Atlas) estão bem menos sistematizados, e até um pouco desorganizados, enquanto que no Arquivo Histórico da Província de Santa Fé a maioria das atas do Cabildo está digitalizada até o ano 1850, mas não os mapas e documentos posteriores. A procura da bibliografia específica requereu um especial esforço, devido a que foi necessário achar e fotocopiar os livros (principalmente de história) bastante antigos e que em geral nunca foram reeditados. Já os dados do capítulo IV estão em geral disponíveis na internet.

Os estudos relacionados à Geografia de Santa Fé precisam ser aprofundados, sobretudo tendo em consideração a importância política e econômica que ela tem tido no decorrer de toda a história argentina. Mas acreditamos que nesta tese foram expostas algumas grandes linhas de pesquisa, entre as quais podemos mencionar: o papel de Santa Fé como ponto de encruzilhada comercial e área de fronteira durante o período colonial, os conflitos com Buenos Aires em torno a sua falta de autonomia, e o destacado rol geopolítico que desempenhou durante as guerras civis e que permitiram assinar a Constituição Argentina em 1853; o processo imigratório e a consolidação de estruturas agrárias diferenciadas, e por fim, o destacado desenvolvimento da sua agroindústria e zona portuária nos arredores de Rosário.

Como síntese podemos dizer que no período do "descobrimento" da América, a Espanha gozava de seu auge no mundo, com um império onde o sol nunca se ocultava. Mas depois da morte de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, reinado durante o qual a Espanha se transformou numa nação unificada, começa a decair rapidamente o poder desse grande Império, que não obstante, mesmo

sendo a sombra do que tinha sido, consegue organizar e administrar seu território colonial na América.

Em 1527, quando já tinham sido dominados Astecas e Incas no México e Peru, o veneziano *Sebastiano Gaboto*, contratado para buscar especiarias nas Ilhas Molucas, funda, nas margens do rio *Carcarañá*, onde hoje se localiza a localidade santafesina de Puerto Gaboto, o primeiro assentamento de espanhóis na bacia do Prata. Nem Gaboto nem nenhum outro encontrou ao Rei Branco ou Eldorado, mas ele desde Sancti Spíritus conseguiu cartografar e explorar boa parte da bacia do Prata, chegando até o Rio Paraguai ao norte e as *Sierras cordobezas* ao oeste. Já nessa ocasião os “conquistadores” experimentaram a força e tenacidade dos povos indígenas santafesinos, que nunca se deixaram submeter facilmente à servidão, e forçaram aos espanhóis a fugir sob o fogo das suas flechas incendiárias.

Décadas mais tarde seria fundada a cidade de *Asunción del Paraguay*, entre outros motivos, para impor presença espanhola em territórios muito próximos à colônia portuguesa. Rapidamente os *asunceños* perceberam que os caminhos para Lima (capital do vice-reino) e Potosi (centro mineiro), rumo oeste/noroeste, eram quase impossíveis de transitar, devido às montanhas andinas, o bosque impenetrável e a presença indígena. Os paraguaios logo acharam interessante o fato de não ter contato fluído com o Peru, que detinha o monopólio comercial e político, e preferiram começar a "abrir portas à terra" rumo ao Atlântico, para se conectar diretamente com a metrópole. Santa Fé ajudaria a assegurar a travessia, sobretudo na viagem de volta, rio acima. Por outro lado, era importante conseguir um passo rumo ao interior do continente, e neste contexto se produz a improvisada primeira fundação de Santa Fé no ano de 1573, delimitando terras desejadas por *Córdoba e Tucumán*, que ansiavam um porto, que não conseguiram ter.

Mal localizada, muito ao norte, sem aborígenes para reduzir à servidão, na borda de um meandro que corroia a cidade, rodeada de tribos inimigas, sem porto de águas profundas, a situação de Santa Fé era pouco favorável para qualquer tipo de atividade econômica. Os santafesinos logo começaram a procurar outro lugar para transladar a cidade, com a devida permissão do Rei. Mas no local desta primeira fundação, onde hoje se encontra a cidade de *Cayastá*, aconteceu um fato digno de ser lembrado, a chamada *revolución de los 7 jefes*. Se bem podemos considerar um pouco exagerado chamar de revolução a este movimento, sim é verdade que foi o primeiro grito de reclamo de

criollos no atual território argentino, que desejavam ter os mesmos direitos no acesso à terra e na administração pública que os espanhóis. A conservadora política espanhola vai considerar em parte esses reclamos demasiado tarde, só em fins do século XVIII. Enquanto isso, Santa Fé ficou dependendo administrativamente da *Gobernación del Paraguay* até 1637, quando foi criada a *Gobernación del Rio de la Plata*, com capital em Buenos Aires, época na qual começam as disputas entre Santa Fé e essa cidade pela caça do gado livre e a prescrição unilateral de autoridades e impostos.

Entre 1650 e 1660 a cidade de Santa Fé é "mudada" uns 80 km ao sul, onde se encontra atualmente. Esta nova localização não era muito melhor que a primeira, o problema com as inundações, a falta de porto e os índios continuavam existindo. Mas agora a cidade tinha melhorado, não muito, sua conexão com o interior; rumo oeste se poderia chegar a Córdoba atravessando o centro de Santa Fé, área de pastos e árvores isoladas, sem bosque e poucos rios. Mas os ataques dos índios, as inundações, o atraso espanhol, a falta de "aborígenes de serviço" e as travas à caça de gado continuavam dificultando o progresso econômico.

A partir de inícios do século XVIII se desata uma feroz guerra entre as tribos do norte de Santa Fé e a cidade capital, dizimando a região e produzindo um movimento migratório que foi povoando a atual província de Entre Rios e o sul de Santa Fé, nas cercanias do *Pago de los Arroyos* (atual Rosário). Depois de transcorridos vários anos de guerra, os espanhóis conseguem chegar a acordos de paz com chefes tribais, sendo fundados os primeiros povoados de índios *reducidos* em Santa Fé, na área norte, únicos assentamentos populacionais estáveis do Chaco Austral naquela época. Depois daqueles difíceis anos de guerra, o Rei de Espanha decidiu proclamar a Santa Fé como "Porto Preciso", fato que na prática significava que todos as cargas de erva mate trazidas desde Paraguai deveriam descer em Santa Fé, pagar impostos nessa cidade e continuar rumo Córdoba ou Buenos Aires através de carretas que também deviam ser santafesinas. Desta maneira o Rei tentava reforçar a fronteira norte do ecúmeno espanhol na região pampeana ao tempo que livrava a Buenos Aires de ataques pelo norte. A capital da *Gobernación del Plata* precisava transcorrer seus dias sem grandes sobressaltos para poder ficar atenta a possíveis invasões de portugueses, que já tinham em Colônia do Sacramento uma base de operações.

Desta maneira Santa Fé cumpria uma dupla função, ponto de defesa contra o índio da fronteira norte e passagem "natural" e obrigatória das mercadorias que iam do Paraguai para o interior, e de

Lima até Assunção. Enquanto isso acontecia, Buenos Aires era um porto de segunda ordem, subordinado ao Peru, e que sobrevivia do contrabando e a venda ocasional de couros.

Já em fins do século XIX, a crise do Império espanhol era dramática e a família dos Bourbon tentou tardiamente modernizar aquela corroída estrutura de poder. Uma das medidas adotadas foi a de criar o vice-reino do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, no ano de 1776. Desde então Buenos Aires se converteu não só na capital de um vasto território como aquele que compreendia o vice-reino, senão também, ao mesmo tempo, continuava sendo a capital da província de Buenos Aires da qual Santa Fé fazia parte. Além disso, os recursos de Potosí e aduana de Buenos Aires eram administrados agora pela capital portenha.

Além da criação do novo vice-reino, entre as reformas impulsionadas pela metrópole cabe destacar o fim dos recursos provenientes do "Porto Preciso" para Santa Fé. Por outro lado, esta cidade começa a sofrer maiores pressões impositivas (e poucas contraprestações públicas) por parte da capital do vice-reino. Nesta época a criação de mulas se converte numas das principais atividades econômicas santafesinas, além da caça de gado, que já vinha ocorrendo desde a fundação da cidade.

A partir da revolução de Maio de 1810 se abrem novas esperanças de independência e desenvolvimento, Santa Fé participa ativamente do movimento entregando soldados, gado e cavalos à causa libertadora. Neste contexto, nos arredores de Rosário, Manuel Belgrano fez jurar pela primeira vez a bandeira argentina e San Martín combate aos espanhóis nos campos de San Lorenzo. Mas o governo centralizado e livre-cambista de Buenos Aires não dá ouvidos aos reclamos de autonomia das províncias do interior e promove uma guerra cruel a Santa Fé que vai durar 7 anos, até a batalha de Cepeda, onde Estanislao López vence a Buenos Aires, que deve aceitar a autonomia e limites santafesinos pela força das armas.

No referente às relações de produção, os povos indígenas não submetidos, que eram a maioria na província, viviam numa espécie de comunismo primitivo e, salvo os guarani, que não abundavam na província, não conheciam a agricultura nem praticavam a criação de gado. A caça, a pesca e a colheita de frutos silvestres, como a *vaina de algarrobo*, eram seu principal sustento, enquanto que viviam agrupados em famílias sob a direção de um cacique cujo mando era hereditário. Os índios submetidos eram servos das igrejas e não participavam da

repartição dos excedentes. Os *gauchos* foram uma figura chave da sociedade colonial da região do Litoral. Até meados do século XVII, quando o gado livre vai sendo dominado pelos donos das estâncias, ele formava parte da sociedade colonial, mas às margens desta. Com a crescente comercialização do couro, a carne e a banha, seu recurso vai sendo reduzido, devendo servir a um patrão, medida que foi obrigatória depois da Independência, sob pena de ter que lutar na fronteira.

Depois da Independência de 1816, e até o ano de 1880, o país experimenta uma cruel e intermitente guerra civil, cujo motivo principal, como expressou Alberdi, foram causas relacionadas à centralização do poder em Buenos Aires e à negativa desta cidade em distribuir os recursos impositivos da aduana. O ingresso da região pampeana no mercado internacional de couros e carne salgada vai precipitar aumentos nos preços do principal artigo de consumo dos *gauchos*. A guerra civil estará organizada entorno à figura dos "caudilhos" provinciais, sendo Estanislao López, governador de Santa Fé, o principal referente do federalismo entre as províncias do Litoral.

Depois da batalha de Pavón, é assinada a Constituição Argentina em 1853, na cidade de Santa Fé, sem a participação de Buenos Aires que formou um estado separado até 1861. Nesse período o porto oficial da Confederação Argentina foi Rosário, que desde então começa a ganhar relevância e a crescer em população. Neste contexto jurídico e político mais estável, começa a imigração de povoação advinda da Europa, e em 1856 se funda a primeira colônia agrícola de imigrantes da Argentina: *Esperanza*, e depois dela muitas outras, todas no centro da província. Logo o triunfo definitivo de Buenos Aires em 1862, na segunda batalha de Cepeda, o processo imigratório se acentua, agora propiciado por leis nacionais que não asseguravam a posse da terra, senão que as classes *terratenientes* poderiam usufruir das suas rendas alugando as terras em parcelas.

A partir das garantias legais da Constituição e da massiva chegada de imigrantes, lentamente vão se cimentando três áreas diferenciadas na província, se produzindo uma transição nas relações de produção com relação aos períodos anteriores. Cada uma vai desenvolvendo de maneira relativamente rápida e com certa autonomia em relação às demais, uma estrutura agrária e produtiva particular, as quais vão se inserir de maneira rápida no mercado. No norte existia uma população crioula e aborígene que ainda habitava em terras de uso comum: o trabalho da população foi sendo explorado a partir de coações extra econômicas por "La Forestal", dedicada à extração de tanino de

quebracho para a indústria do curtume, num contexto bélico externo demandante de couros. Já no centro da província foi desenvolvida uma via do tipo "americana", onde os médios produtores de origem europeia foram donos das suas parcelas e produziram para o mercado. As terras de média produtividade agrícola, a necessidade de diversificar a produção e os contratos com as empresas de colonização, que incluíam gado leiteiro na contrapartida, impulsionou o desenvolvimento da indústria de laticínios na área centro. Já a área sul foi efetivamente povoada depois da área centro, logo da Conquista do Deserto que expulsou e dizimou os índios *ranqueles* do sul argentino. As rendas agrícolas que poderiam gerar essas terras já eram conhecidas e a política nacional de imigração permitiu a consolidação da grande propriedade, que foi sendo parcelada e arrendada por períodos que geralmente compreendiam três anos, para logo criar gado nessas mesmas parcelas, agora sob administração do grande proprietário.

Neste contexto se produz o chamado "Grito de Alcorta", o reclamo dos arrendatários contra os grandes proprietários da *Sociedad Rural*. Esses arrendatários criaram a *Federación Agrária Argentina* e as bases do Partido Radical, levando à presidência a Hipólito Yrigoyen. Aos poucos irão se diferenciando socialmente e muitos deles viraram proprietários de parcelas médias; para logo assumir uma postura conservadora diante dos grandes processos políticos populares argentinos.

A partir da década de 1970, um novo padrão de acumulação emerge no mundo. Na Argentina, sobretudo a partir da última ditadura (1976), se produz uma forte retirada das proteções que o Estado reservava para os pequenos e médios produtores, além do incentivo ao investimento privado nas áreas próximas a Rosário. Desta maneira, começa a crescer o número de agroindústrias que decidem montar suas processadoras e portos nesta área, transformando em poucas décadas à zona "Rosafé" no maior polo de "*crushing*" de soja no mundo.

A partir da década de 1990 o processo de "modernização" produtiva agropecuária se acelera consideravelmente, produzindo-se um forte processo de concentração de terras via arrendamento e do avanço das áreas plantadas com soja. As infraestruturas públicas de armazenagem e transporte de grãos que ainda eram parte do Estado foram privatizadas e os órgãos de controle e regulamentação agropecuários desativados. Não obstante, apesar da diminuição das áreas destinadas a forragens, a quantidade de gado e de leite aumentou consideravelmente fruto das melhores pastagens, o melhoramento

genético e a maior utilização de ração. As relações sociais de produção também mudaram, com diminuição do número de *medieros* e de familiares dos produtores que trabalham no campo e o aparecimento dos *pools de siembra*, capitais de origem urbano que fazem investimentos na forma de Sociedades Anônimas.

No norte, se desenvolve principalmente a criação de gado, que já vinha acontecendo desde o ciclo do tanino, concentrando esta área 60% do gado provincial. Mas boa parte desse gado termina de engordar antes do abate nas áreas próximas à cidade de Rosário, onde se concentra o maior número de frigoríficos da província, produzindo-se uma importante transferência de valor agregado do norte para o sul, fato que mereceria maiores pesquisas e aprofundamentos. A cidade de Reconquista no norte é o centro industrial e econômico dessa área. A presença da empresa Vicentín, uma das maiores da Argentina, mobiliza boa parte da produção regional entre as que se destacam no processamento de algodão, oleaginosas e carnes.

Na região centro a principal cidade é Santa Fé, histórica e merecida capital provincial. Outras cidades importantes e dinâmicas desta área são algumas das antigas colônias de imigrantes, como Esperanza, Rafaela e Sunchales, as quais contam com destacado desenvolvimento industrial no setor metalúrgico e de laticínios, entre outras atividades.

Na área sul a cidade mais destacada é Rosário, a segunda em população da Argentina junto a Córdoba, ambas com um milhão de habitantes aproximadamente. Nos seus arredores se concentram não só as grandes agroindústrias processadoras de soja mas também refinarias de petróleo e indústrias automobilísticas.

Entre os desafios que pranteia o final desta etapa de estudos, merecem maiores aprofundamentos as temáticas relacionadas a: 1) transferência de valor entre as diferentes áreas da província (principalmente desde o norte para o centro e sul), 2) "rivalidade" entre Rosário e Santa Fé em torno a qual das duas cidades deveria ser a capital da província, 3) as possibilidades produtivas que o norte de Santa Fé, a área mais "selvagem" e subdesenvolvida da província, tem para oferecer.

Desde um ponto de vista político, Santa Fé foi uma província federal, e as intermitentes batalhas desde a autonomia provincial até a assinatura da Constituição, em 1853, dão prova do compromisso desta província pela união nacional. Entretanto, sempre existiram fraturas dentro do movimento. A batalha contra Rosas é uma prova dessa

divergência interna, mas sem deixar de considerar que a facção que apoiou ao estancieiro era a *oficialista*, e foi à guerra junto com ele. Atualmente existe uma forma federal de governo na Argentina, as constituições provinciais estão subordinadas à Constituição Nacional, mas a margem de manobra política e econômica das províncias é relativamente pequena.

Desta maneira temos desenvolvidos os objetivos propostos na tese. Por um lado, analisar o processo de formação sócio espacial da província, tendo em consideração as relações de produção que foram se desenvolvendo, e suas atividades produtivas, desde o período colonial até suas atuais dinâmicas sociais e produtivas. Neste processo temos conta de explicar a importância da província no comércio de erva mate e gado, por ser via de entrada interior do território; e na defesa do ecúmeno pampeano espanhol durante o período colonial. Depois da Independência, demonstramos as causas materiais pelas quais Santa Fé e as províncias do interior lutaram contra Buenos Aires, desestimando as explicações de índole cultural que permeiam a bibliografia dominante. No transcorrer de nossos estudos percebemos que o desenvolvimento territorial e econômico dentro da província não foi uniforme, propondo e explicando uma divisão da província em três áreas: Norte, Centro e Sul, diferenciadas em relação às divergências da estrutura agrária santafesina, atividades produtivas e relações sociais de produção. Além disso, temos analisado o pólo agroindustrial de Rosário e como tem conseguido crescer e modificar as tradicionais atividades produtivas agropecuárias santafesinas e pampeanas, estimulado pelas rendas diferenciais que sua localização, fertilidade e infraestrutura oferecem. Por fim, foram apresentados um importante número de mapas históricos e didáticos, além de dados estatísticos, fotos e atas do cabildo de Santa Fé.

REFERÊNCIAS

AMATO, F. **Navios esperam até 16 dias para atracar em porto do país, diz MDIC**. Globo.com. São Paulo. 24/03/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/navios-esperam-ate-16-dias-para-atracar-em-porto-do-pais-diz-mdic.html>>. Acesso: 20 de jul. de 2015.

ALBERDI, J. B.: **Crisis permanentes en las repúblicas del Plata**. In: Obras selectas, Ed.Libertad: Buenos Aires, 1920.

ALVAREZ, J. **Ensayo sobre la Historia de Santa Fe**. Establecimiento tipográfico E. Malena: Buenos Aires, 1910.

_____. **Estudio sobre la guerras civiles argentinas**. 3ra. ed. Círculo Militar, Biblioteca del Oficial. Buenos Aires, 1938.

_____. **Historia de Rosario: 1689 - 1939**. 3ra. ed. UNR Editora, Editorial Municipal de Rosario: Rosário, 2000.

ARROYO, M. **Sobre el concepto de estructura agraria**. In: Revista Geográfica, N° 112. IPGH. México, D.F., 1990, p.141-152.

BARSKI, O. GELMAN, J. **Historia del agro argentino. Desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI**. 3° ed. Sudamericana. Bs.As. 2001.

BASTOS, J. M. CASARIL, C. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 62, p 271-298, jul./ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2016v31n62p271>. Acesso: 4 nov. 2016.

BATTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BENASSI, M. **Ganaderia, estancias y primer registro de marcas de ganado del rio de la Plata**. In: Santa Fe en la gestación y desarrollo de la argentina. p: 49-52. Santa Fe, 2015.

BOGLICH, J. **La cuestión agraria en Argentina**. Ed. Claridad, Buenos Aires, 1937.

BRENNAN, G. **El laberinto español**. Ed. Ruedo Ibérico, París, 1962.

BUSANICHE, J. L. **Estanislao López y el federalismo del litoral**. Librería Cervantes, Buenos Aires, 1927.

_____ **Historia Argentina**. Ed. Taurus, Buenos Aires, 2005.

CABRERA, A. **Regiones fitogeográficas argentinas**. Acme: Buenos Aires, 1976.

CARTILLA del **circuito histórico de La Gallareta**. Comuna de la Gallareta: La Gallareta, 2009.

CNA - **CENSONACIONALAGROPECUARIO**. Años 1988-2002, Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC); Argentina.

Disponível em:

<<http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/guia/estadistica?lista=6244>>

Acesso: 20 oct. 2014.

CERVERA, F. **Encrucijadas espaciales y procesos históricos en la Argentina**. Junta Provincial de Estudios Históricos: Santa Fe, 2000.

CERVERA, M. **Historia de la ciudad y provincia de Santa Fe, 1573-1853**. La Unión de Ramón Ibáñez, Buenos Aires, 1907.

CHAPEAUROUGE, C. **Atlas del plano catastral de la República Argentina**. Buenos Aires: Eigendorf y Lesser, 1901.

CIARA - **CÁMARA ARGENTINA DE LA INDUSTRIA ACEITERA ARGENTINA**. Superficie, rendimiento y producción. Base de datos em linha, 2015. Disponível em:

<http://www.ciara.com.ar/estadisticasNac.php>. Acesso: 10 de jul. de 2015.

DÁNGELO, M. **Geografía de Santa Fé**. In: Nueva enciclopedia de la provincia de Santa Fé. Ed. Santa Fé: Sudamérica, 1991.

DAMIANOVICH, A. A. **La ciudad de Santa Fe y el poblamiento de Rosario y Paraná.** In: Santa Fe en la gestación y desarrollo de la argentina. p: 49-52. Santa Fe, 2015.

DALLA-CORTE CABALLERO, G. **Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco paraguayo.** Historias negocios y guerras (1860-1940). Intercontinental editora: Asunción del Paraguay, 2012.

DIEZ DE ANDINO, J. I. **Diario de don Manuel Ignacio Diez de Andino.** Crónica santafecina, 1815-1822. Universidad Nacional del Litoral. Santa Fé, 2008.

DOBB, M. **A evolução do Capitalismo.** 7º ed, trad. M. do R. Braga, RJ.: Guanabara, 1987.

ENSINCK, O. **Historia de la inmigración y la colonización en la provincia de Santa Fe.**FECIC, Buenos Aires, 1979.

EMBRAPA. **Sistemas de produção: Tecnologias de produção de soja.** Embrapa soja, Londrina: 2008. Disponível em:<http://www.cnpso.embrapa.br/download/tpsoja_2008.pdf> Acesso: 15 de Ago. de 2015.

ESCOLAR, A.; ESCOLAR I. **La Nación inventada. Una historia diferente de Castilla.** Ed. Península, Madrid, 2010.

ESTUDIO del **Sistema de Transporte Fluvial de Granos y Productos Procesados en la Hidrovía Paraguay – Paraná.** CSI Ingenieros S.A. Montevideú: 2010. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2011/09379.pdf>. Acesso: 10 de jul. de 2015.

FERREIRA, L. **Desenvolvimento econômico e questão nacional na Argentina.** Paco editora: ão Paulo, 2016.

GALLO, E. **La pampa gringa. La colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895).** 2º edic. Ed. Sudamericana. Buenos Aires. 1984.

GIORGI, R. **Índices de aptitud agropecuaria.** Factores considerados y criterios para su ponderación. INTA: Rafaela, 2015. Disponível em:

<http://rafaela.inta.gov.ar/mapas/suelos/texto_relevamiento_suelos_santafe.htm>. Acceso: 20 de ago. de 2015.

GORI, G. **El Pan nuestro**. Galatea, Buenos Aires, 1958

_____ **La agonía del Quebracho**. Rosario, Homo Sapiens, 1999.

_____ **La Forestal. La tragedia del quebracho colorado**. Mauro Yardín Ediciones. Santa Fe. 2006.

GARDIEL, J. **Breve relación de las misiones del Paraguay**. In: Organización social de las doctrinas Guaraníes de la compañía de Jesús”, por el padre Pablo Hernández, 1911, Barcelona, Gustavo Gil, 2 tomos. Disponible em:

<<http://www.fondazioneintorcetta.info/pdf/biblioteca-virtuale/documento452/Paraguay2.pdf>> Acceso: 4 de nov. de 2017.

GRELA, P. **El grito de Alcorta**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1973.

HERNANDEZ, J. **El gaucho Martín Fierro**. Librería Martín Fierro: Buenos Aires, 1897. Disponible em:

<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-gaucho-martin-fierro--1/html/ff29ee5a-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html> Acceso: 21 dez. 2017.

HOBSBAWN, E. **La era de la revolución: 1789 - 1848**. Ed. Planeta, Buenos Aires, 2012.

IBÁÑEZ, C. **Costos de Estadía de Buques en Puertos Argentinos 2000/2008**. Ministerio de Agricultura, ganadería y pesca. 2008.

Disponible em:

<http://www.minagri.gob.ar/dimeagro/regimenes_especiales/publicaciones/informe_costo_portuario_buques_2008_vs_2000-1-1.pdf> Acceso 10 de ago. de 2015.

JAMES FREYRE, R. **El Tucumán del siglo XVI (Bajo el gobierno de Juan Ramirez de Velasco)** Ed. ? Bs As. 1914.

JAURETCHE, A. **Manual de las zonceras argentinas.** 6ta. ed. Ed. Peña Lillo, Buenos Aires, 1973.

MAFFUCCI MOORE, J. Indios, **Inmigrantes y Criollos en el Nordeste Santafesino (1860-1890). Un caso de violencia en una sociedad de frontera.** Revista ANDES N° 18 - 2007, p. 1-27.
Disponível em <<http://www.scielo.org.ar/pdf/andes/n18/n18a11.pdf>.
Acesso: 20 jan. 2017.

MAMIGONIAN, A. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau.** Revista Brasileira de Geografia, ano XXVII, jul/set. 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, p. 389-481. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201965%20v27_n3.pdf> Acesso: 20 mar. 2015.

_____ **A geografia e “A formação social como teoria e como método”.** Texto apresentado no Seminário Internacional: O Mundo do cidadão Um Cidadão do Mundo. USP, São Paulo: 1996. Disponível em: <<http://www.geocrocetti.com/armen/fse.htm>.> Acesso: 27 de out. 2015.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo.** Porto Alegre: Movimento, 1982.

MANSILLA, L. Una excursión a los indios ranqueles". Biblioteca virtual universal, ? 2003. Disponível em <<https://www.biblioteca.org.ar/libros/10068.pdf>> Acesso: 20 jun. 2017.

MANZI, R.; GALLARDO, M. **Geografia de Santa Fe.** Ed. Spadoni SA. Mendoza, 1970.

MARX, K. **O Capital - Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Fronteira, 1983.

_____ **La España revolucionaria.** Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/9-ix-54.htm>> Acesso: 20 Ene. 2016.

_____ **Contribuição para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

----- **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MECON - MINISTERIO DE ECONOMIA. **Complejo oleaginoargentino.** Buenos Aires: 2014. Disponível em:

<http://www.mecon.gov.ar/peconomica/docs/Complejo_Oleaginoso.pdf

> Acesso: 3 de jul. de 2015.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, R. **As categorias espaciais da construção Geográfica das sociedades.** Revista GEOgraphia, ano III, n° 5. Niterói: PPGEO/UFF: 2001.

LATTUADA, M. NEIMAN, G. **El campo argentino, crecimiento con exclusión.** Ed. Capital Intelectual. Buenos Aires, 2005. 96 p.

LÊNIN, V. I. **O Programa Agrário da Social Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.** Cap. 5: Dois tipos de evolução agrária burguesa. RJ: Ed. Vitoria, 1954.

LUCAIOLI, C. **Guerra y persuasión en las fronteras de Santa Fe: la gestión de Francisco Antonio de Vera Mujica (1743-1766).** Revista Memoria Americana. N°.23-1 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, jul. 2015.

LUNA, F. **Breve historia de los argentinos.** Ed. Planeta: Buenos Aires, 1993.

O`CONNOR, E. JACOBO, A. **El sistema tributario en el mundo: una comparación con la Argentina.** In: Sistema tributario argentino: Un análisis comparativo de la contribución por sectores productivos y de la equidad sectorial. O`CONNOR, E.; VIGNALE, J. Coordinadores. UCA, Buenos Aires: 2011. Disponível em: <http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo83/files/2011_Sistema_tributario_argentino_Contribucion_por_sectores_productivos.pdf>. Acesso: 10 de Jul. de 2015.

PACTO de Santo Tomé, celebrado entre el Coronel Mayor Eustoqui Días Véliz y D. Cosme Maciel, Comandante de la Fuerza de Mar de Santa Fe, el 9 de abril de 1826.

PANIGATTI, J. L. **Argentina: 200 años, 200 suelos**. Ediciones INTA, Buenos Aires: 2010. Disponible em<http://inta.gob.ar/documentos/argentina-200-anos-200-suelos/at_multi_download/file/INTA-200-Suelos.pdf>. Acceso: 20 de ago. de 2015.

PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento**. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 97-110.

PICKENHAYN, J. A. **Trama geográfica en las utopías de Sarmiento**. ScriptaNova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona nro. 62: Barcelona, 2000. Disponible em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-62.htm>> Acceso: 2 abril de 2016.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Cepal, Buenos Aires, 2012. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/prebisch_desarrollo_problemas.pdf?sequence=4&isAllowed=y> Acceso: 6 Nov. 2017.

PUIGGRÓS, R. **De la colonia a la revolución**. Buenos Aires: Carlos Perez Editor, 1969.

QUARÍN, D. RAMÍREZ, C. **La Gallareta, una mirada histórica en el año de su centenario**. La Gallareta: Ed.: Comuna de la Gallareta, 2005.

RACCOLTA degli atti del Governo Dittatoriale e Prodittoriale in Sicilia - 1960. Edizione Officiala, Palermo, 1961.

RAMOS, J. A. **Historia de la Nación Latinoamericana**. Ed. Continente: Buenos Aires: 2011.

_____ **Revolución y contrarrevolución en Argentina.** Cuatro tomos. Buenos Aires: Ed. Continente, 2012.

ROCCATAGLIATA, J. A. **La Argentina: Geografía general y los marcos regionales.** Ed. Planeta, Buenos Aires, 1998.

SÁBATO, J. F. **La clase dominante en la Argentina moderna.**

Formación y características. Buenos Aires: Imago Mundi, 1991.

SANTA FE, **Una provincia que se destaca.** Ministerio de producción de Santa Fe: Santa Fé, 2016. Disponible em:

<<https://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/240708/1269030/>> Acceso: 17 Oct. 2017.

SANTANGELO, F; GIL. **Potencial productivo de la ganadería**

bobina de la provincia de Santa Fe. IPCVA, s.l., 2016. Disponible em:

http://www.ipcva.com.ar/documentos/1620_1473257551_potencialproductivodelaprovinciadesantafe.pdf. Acceso: 10 ene. 2017. Acceso: 10 Jan. 2017.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e**

como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977. Disponible em:

<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092> Acceso: 21 dez. 2014.

_____ **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 1978.

_____ **Espaço e Sociedade (Ensaio).** Petrópolis, Vozes, 1982,

_____ **Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____ **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SARMIENTO, D. F. **El Facundo: Civilización y Barbarie en las pampas argentinas.** Ed. Aleph: Buenos Aires, 2011. Disponible em:

<<http://bibliotecadigital.educ.ar/uploads/contents/DomingoF.Sarmiento-Facundo0.pdf>> Acceso: 01-04-2016.

SCALABRINI ORTIZ, R. **Historia de los Ferrocarriles**

Argentinos. Buenos Aires: Editorial Lancelot: 2009.

SILVA, M. A. **As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista do nordeste catarinense (uma nota crítica)**. Geosul. V 16. N 31. p 101-111. jan-jun. Florianópolis. 2001.

SILVEIRA, M. L. **Argentina, território e globalização**. Editora brasiliense, São Paulo, 2003.

TAKAHACHI, K. Uma contribuição para o debate. *In*: Sweezy, P: **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2004.

VADEON, J.; PEREZ, J.; JULIA, S. **Historia de España**. Espasa Libros: Madrid, 2003.

VELÁZQUEZ, G. **Geografía y bienestar. La situación local, regional y global de la Argentina luego del censo de 2001**. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2008.

VITTORI, G. **Vigencia del Plan fundacional de Juan de Garay**. In: Jornal El Litoral, ed. especial 80 aniversario, Santa Fe, domingo 9 de agosto de 1998.

_____ **De la yerba mate a la soja**. Revista 125 años de la Bolsa de Comercio de Santa Fe, 1884-2009. Diario el Litoral, 28 de Agosto de 2009.

WOOD, E. **The Agrarian Origins of Capitalism**. Monthly Review, New York, vol. 50, July-August, 1998 [em linha]. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/1998/07/01/the-agrarian-origins-of-capitalism>> Acesso: 20 fev. 2016.

ZEBALLOS, E. **La región del trigo**. Madrid: Hyspamérica, 1984.